

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

TÍTULO:

**AS IMPLICAÇÕES DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NA VIDA DE MULHERES  
USUÁRIAS DO SUAS EM DUQUE DE CAXIAS: UM ESTUDO A PARTIR DOS  
CRAS JARDIM GRAMACHO E CENTENÁRIO**

DISCENTE: LAÍS VARGAS FERNANDES  
ORIENTADORA: LUCÍFARIA PINHEIRO

NITERÓI

2023

LAÍS VARGAS FERNANDES

**AS IMPLICAÇÕES DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NA VIDA DE MULHERES  
USUÁRIAS DO SUAS EM DUQUE DE CAXIAS: UM ESTUDO A PARTIR DOS  
CRAS JARDIM GRAMACHO E CENTENÁRIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Política Social.  
Área de Concentração: Sujeitos Sociais

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Luci Faria Pinheiro

NITERÓI

2023

LAÍS VARGAS FERNANDES

**AS IMPLICAÇÕES DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NA VIDA DE MULHERES  
USUÁRIAS DO SUAS EM DUQUE DE CAXIAS: UM ESTUDO A PARTIR DOS  
CRAS JARDIM GRAMACHO E CENTENÁRIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Política Social.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais

BANCA EXAMINADORA:

---

Orientadora: Profª Dra. Luci Faria Pinheiro (UFF)

---

Profª Dra. Maria Thereza Candido Gomes Menezes (UFF)

---

Profª Dra. Rita de Cássia Freitas – UFF -

---

Profª. Dra. Adriana de Andrade Mesquita – UFOP

---

Assistente Social Doutora Leila Maribondo Barbosa (Suplente-UFF)

NITERÓI

2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

F363i Fernandes, Laís Vargas  
As implicações da violência estrutural na vida de mulheres usuárias do suas em Duque de Caxias: um estudo a partir dos Cras Jardim Gramacho e Centenário / Laís Vargas Fernandes. - 2023.  
125 f.: il.

Orientador: Lucí Faria Pinheiro.  
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, Niterói, 2023.

1. Usuárias do Suas. 2. Cras Jardim Gramacho. 3. Violência estrutural. 4. Produção intelectual. I. Pinheiro, Lucí Faria, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD - XXX

Dedico todos os meus estudos e as forças para ter chegado até aqui aos que verdadeiramente torcem por mim e me impulsionam a chegar cada vez mais longe, em especial, a minha mãe, alguns familiares e às mulheres profissionais e usuárias dos serviços aos quais fiz parte e que contribuíram para esta pesquisa. Sobretudo, às usuárias do SUAS.

## **AGRADECIMENTOS**

O processo de formação e qualificação profissional é um dos momentos mais difíceis e solitários, porém algo necessário ao amadurecimento pessoal e profissional, o qual batalhei muito para conquistar, desde a época que entrei na universidade pública, sendo a primeira pessoa da minha família a ter ensino superior e público! E agora a primeira a obter a titulação de mestre.

Esta dissertação é para além do requisito de mestre, significa uma conquista pessoal imensurável, sobretudo pela jornada que foi realizá-la, embarcar neste estudo em meio a uma Pandemia de Covid-19, sendo trabalhadora da linha de frente do SUS e do SUAS ao mesmo tempo, além de encarar a tripla jornada com os afazeres domésticos e dar conta de tudo praticamente sozinha, significa muito para mim!

Àqueles que contribuíram direta ou indiretamente nesta jornada de dois anos, registro neste documento, as minhas gratidões.

À Valéria Vargas, minha mãe linda e inteligente, e mais uma mulher sobrecarregada neste país, que muitas vezes, senão todas deixou seus sonhos de lado para que meu pai, eu e minha irmã conquistássemos os nossos sonhos, e que com todo seu amor deu-me forças para realizar este trabalho e me amparou em todos os momentos. Eu te amo muito e serei eternamente grata por tudo que sempre fez por mim!

Ao Angelo Lopes, um grande pai e amigo, que me ensina a colocar as minhas realizações e conquistas em primeiro lugar!

In Memoriam de Nilza Lopes, minha avó que sempre se interessou pelos meus projetos e estudos e não pôde ver onde cheguei, Maria da Conceição, minha tia-avó e Angela Lopes, minha tia, que partiram nesta pandemia dando um duro golpe em meu coração.

Aos meus amigos (as), por cada contribuição neste trabalho, pelas trocas de mensagens, choros, risos, pelo colo fornecido sempre que precisei, pelo incentivo em não deixar nada pelo meio do caminho, por acreditarem em mim, mais do que eu mesma em várias situações

demonstrando o orgulho que sentem da minha trajetória. Em especial: Vanessa, Penélope, Letícia, Alda, Raquel, Daniel e Daniela. Vocês ocupam um lugar especial em meu coração!

Aos amigos que fiz no meio do caminho e da minha trajetória acadêmica e profissional que sempre contribuem com trocas afetivas, incentivos e inspiração, em especial: Luciana Silva, Vinícius – desde a época da residência, Regina, Pâmela e Alessandra – dos duros e doces momentos do HEAPN.

Às parceiras e amigas de trabalho, de tantas angústias e desabafos, Vivianne, Solange, Adriana, Juliana e Denice que também contribuíram para este trabalho.

À minha querida orientadora, Luci: um ser humano e profissional exemplar!

À turma de Mestrado e Doutorado de Política Social 2021.1, por todos os momentos prazerosos de discussão, de brincadeiras mesmo que remotamente e por grupos de rede social. E aos docentes que com maestria nesse tempo de isolamento ministraram todos os conteúdos e fizeram esses períodos ficarem mais leves.

Aos técnicos e aos funcionários dos CRAS Centenário e CRAS Jardim Gramacho, em especial ao Marcos Aurélio e a Natália. À Diretora da PSB Gleice Sanches e a Teresa, pela confiança e contribuição neste estudo.

Obrigada!!

A vida é o dever que nós trouxemos para fazer em casa.

Quando se vê, já são seis horas!

Quando se vê, já é sexta-feira!

Quando se vê, já é natal...

Quando se vê, já terminou o ano...

Quando se vê perdemos o amor da nossa vida.

Quando se vê passaram 50 anos!

Agora é tarde demais para ser reprovado...

Se me fosse dado um dia, outra oportunidade, eu nem olhava o relógio.

Seguiria sempre em frente e iria jogando pelo caminho a casca dourada e inútil das horas...

Seguraria o amor que está a minha frente e diria que eu o amo...

E tem mais: não deixe de fazer algo de que gosta devido à falta de tempo.

Não deixe de ter pessoas ao seu lado por puro medo de ser feliz.

A única falta que terá será a desse tempo que, infelizmente, nunca mais voltará.

MARIO QUINTANA

## **RESUMO**

FERNANDES, Laís Vargas. As implicações da violência estrutural na vida das mulheres acompanhadas pela política de assistência social em Duque de Caxias. Universidade Federal Fluminense, 2023.

O presente estudo se dedica a compreender e explicar as implicações da violência estrutural na vida das mulheres acompanhadas pela política de assistência social do município de Duque de Caxias. Elas estão inseridas num contexto de pobreza, apresentando baixa escolaridade, más condições de moradia, desemprego e baixa renda. Em contraposição, o município tem uma elevada arrecadação tributária. O objetivo é analisar as implicações da violência estrutural, especificamente no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), levantando: as principais características apresentadas pelas mulheres; as respostas do Estado para as suas demandas; as principais formas de violações de direitos a que estão submetidas; as formas de violência estrutural que têm repercutido na saúde das usuárias, assim como, a visão destas em relação à contribuição do Cras frente a essas contradições sociais, expressas em forma de vulnerabilidade social. A pesquisa é de natureza qualitativa, tendo sido entrevistadas 11 mulheres, as quais se dividiram em dois grupos: - 8 compõem o grupo de usuárias do Cras Jardim Gramacho e 3 são Técnicas em Gestão do Suas do Cras Centenário e do Cras Jardim Gramacho. Foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas e observação participante. A pesquisa revelou que: a maioria das mulheres sofrem com os rebatimentos da violência estrutural, no que tange às múltiplas formas de violência doméstica; no acesso à saúde e outros direitos básicos, e no sofrimento mental ocasionado pelas condições de vida; para elas seria necessário o aumento de emprego e renda, oportunidades de escolarização, aumento no número de serviços básicos, como creches e postos de saúde.

Palavras-chave: Usuárias do SUAS, CRAS Jardim Gramacho, Violência Estrutural;

**ABSTRACT**

FERNANDES, Laís Vargas. The implications of structural violence in women's lives accompanied by the social assistance policy in Duque de Caxias. Fluminense Federal University, 2023.

The present study is dedicated to understanding and explaining the implications of structural violence in the lives of women followed by the social assistance policy of the municipality of Duque de Caxias, which represents the majority of the public served. This population is inserted in a context of poverty, with low schooling, poor housing conditions, unemployment and low income. In contrast, the municipality has a high tax collection. The objective of the master's research is to analyze the implications of structural violence, specifically in the Reference Center for Social Assistance (CRAS), raising: the main characteristics presented by the followed women; the State's responses to these women's demands; the main forms of violation of rights to which they are subjected; the forms of structural violence that have had repercussions on the health of users, as well as their view of Cras' contribution to overcoming social contradictions, expressed in the form of vulnerability Social. The research is of a qualitative nature, with 11 women being interviewed, who were divided into two groups: - 8 make up the group of users of Cras Jardim Gramacho and 3 are Management Technicians at Suas at Cras Centenário and Cras Jardim Gramacho. Semi-structured interviews and participant observation were applied. The survey revealed that: most women suffer from the repercussions of structural violence, with regard to the multiple forms of domestic violence; access to health and other basic rights, and mental suffering caused by living conditions;

Keywords: SUAS Users, CRAS Jardim Gramacho, Structural Violence;

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CAPS – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO

COHAB – COMPANIA DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

CNSS - CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

CNAS – CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

CREAS – CENTRO ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESF – ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

IAPS – INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

LA – LIBERDADE ASSISTIDA

LBA – LEGIÃO BRASILEIRA DA BOA VONTADE

LOAS – LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

MPAS - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

MR – MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO

NOB-SUAS – NORMA OPERACIONAL BÁSICA

SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

SUAS – SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

PAIF – SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA

PNAS – POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PSB – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

PSE – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

PSC – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A COMUNIDADE

PSS – PROCESSO SELETIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

SCFV – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

SMASDH – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 - QUESTÃO SOCIAL, VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E POLÍTICA SOCIAL</b>	<b>20</b>
1.1 A Violência Estrutural como expressão da questão social: Reflexões teóricas	20
1.2 Considerações sobre a Política Social	24
<b>CAPÍTULO 2 - O MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>32</b>
2.1 Resgate sócio-histórico da Política de Assistência Social Brasileira	32
2.2 Breve histórico do Município de Duque de Caxias	36
2.3 O Sistema Único de Assistência Social em Duque de Caxias: caracterização do local de pesquisa	41
<b>CAPÍTULO 3 – GÊNERO, RENDA E POBREZA</b>	<b>49</b>
<b>CAPÍTULO 4 – AS MULHERES TRABALHADORAS DO CRAS JARDIM GRAMACHO</b>	<b>58</b>
4.1 Eixo de análise 1 - : Informações Gerais – Identificação	60
Eixo de Análise 2: A percepção das mulheres do Cras Jardim Gramacho sobre as violações de direito e a relação entre violência estrutural e vulnerabilidade social	71
Eixo de Análise 3: O impacto da vulnerabilidade social sobre a saúde das mulheres do Cras Jardim Gramacho	76
Eixo de Análise 4: O papel do Governo na superação de suas condições sociais e o que você faria para as mulheres que são pobres ou sozinhas, chefes de família, para superar essas questões de vulnerabilidade social?"	83
<b>CAPÍTULO 5 – AS APREENSÕES DAS TRABALHADORAS DO SUAS E OS DESAFIOS IMPOSTOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19</b>	<b>91</b>
5.1 Eixo de análise: Identificação das Profissionais	91
5.2 Eixo de Análise: O Impacto das vulnerabilidades sociais na saúde e vida das mulheres acompanhadas nos Cras sob a ótica da Equipe Técnica	94
5.3 Eixo de Análise: A violência estrutural nos atendimentos sociais e a identificação das violações de direitos mais recorrentes – o que as técnicas entendem ?	96
5.4 Eixo de Análise: O papel da política de assistência social no contexto de agravamento das expressões da questão social advindos com a Pandemia de Covid-19 – O Caso de Duque de Caxias.	98
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>107</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>117</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, da Universidade Federal Fluminense, surgiu da necessidade de compreender e explicar os rebatimentos das formas de violência “estrutural” sobre a vida das mulheres que são acompanhadas pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), em Duque de Caxias, onde estou vinculada como Técnica em Gestão do Suas I - Assistente Social.

O estudo teve como objetivos específicos analisar o perfil das mulheres acompanhadas no CRAS Jardim Gramacho e como elas identificam as respostas que o Estado tem apresentado às demandas sociais apresentadas. Procuramos ainda levantar as principais formas de violações de direitos e os rebatimentos na vida das mulheres, tornando-as mais suscetíveis e vulneráveis à violência estrutural e local.

Neste trabalho, também foram incluídas as mulheres trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que atuam como Técnicas de Referência dos Cras Jardim Gramacho e Centenário, os quais atuam no espaço de pesquisa, buscando entender as formas de interpretação da violência estrutural a partir do ângulo do trabalho desenvolvido, a exemplo de violações de direitos percebidas no cotidiano da instituição e como as questões de vulnerabilidade social da população e dos técnicos se apresentam em sua saúde e quais os limites e possibilidades de atuarem nesta política específica.

O debate sobre a questão social, que auxilia na compreensão do fenômeno da pobreza e orienta o trabalho dos profissionais de Serviço Social, requer uma atualização de acordo com a relevância apresentada na análise da violência estrutural e suas manifestações na vida dos usuários, em especial das mulheres usuárias que dependem dos serviços prestados pelo CRAS.

Propomos contribuir para a construção de um espaço crítico-reflexivo sobre as determinações sociais da pobreza e suas expressões cotidianas nos Cras, tendo em vista a centralização da política de assistência social na mulher e as consequências do período marcado pela Pandemia de Covid-19. Esperamos contribuir com os processos de formação de consciência sobre a autonomia e emancipação das trabalhadoras do SUAS e das usuárias destes serviços.

Salientamos que as expressões da questão social atravessam em permanência a atuação dos Assistentes Sociais, exercendo total relevância quando se trata de compreender e explicar

as formas de violência estrutural que as atingem enquanto mulheres, em especial quando suas determinações sócio-políticas e culturais tendem a ser negadas ou naturalizadas.

Para Iamamoto (2010) a questão social é indissociável da sociedade capitalista, cujas configurações envolvem, tanto determinantes histórico-objetivos que limitam a vida dos sujeitos, quanto expressam dimensões no âmbito subjetivo, fruto das ações dos indivíduos na construção da história.

Deste modo, a questão social na sociedade burguesa:

deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classes na condução das políticas econômicas e sociais. (IAMAMOTO, 2010, p.156).

A questão social vem se expressando sob inéditas condições históricas, mas com uma potenciação dos seus determinantes, já identificados por Marx e expressos através da lei geral de acumulação capitalista e na tendência de crescimento populacional.

Para Marx (1890) a acumulação reproduz a relação capitalista em maior escala, ou seja, de um lado estão os capitalistas, e do outro, estão os assalariados. Nesta relação, a força de trabalho deve se incorporar cada vez mais ao capital e a sua valorização, não podendo desligar-se dele e essa submissão se apresenta de forma velada. Porém, Marx afirma que “a acumulação do capital é, portanto, a multiplicação do proletariado.” (MARX, 1890, p.453).

Trata-se de uma lógica estrutural que envolve diversas dimensões objetivas e subjetivas, que interferem no cotidiano das relações, onde perpassam processos de violência. Neste trabalho, adotamos a violência estrutural como expressão da questão social, seus rebatimentos na mulher trabalhadora mais pobre e em sua invisibilidade na sociedade.

Minayo (2008) caracteriza a violência estrutural como naturalizada e oculta em estruturas sociais, pois tem sua gênese em instituições e estruturas organizadas de poder, que se expressam ainda em sistemas de injustiças, explorações e opressões dos sujeitos.

No que tange a essas mulheres pode-se afirmar que algumas estão mais suscetíveis e vulneráveis a processos sociais violentos do que outras, seja por questões de raça, de gênero ou de classe social. Nesse sentido, identificamos que as mulheres atendidas pelo Cras Jardim Gramacho, onde realizou-se a pesquisa, são pauperizadas, negras ou pardas e periféricas.

Alguns grupos sociais são mais diretamente afetados por uma diversidade de opressões, em razão das desigualdades sociais e da pobreza às quais estão submetidos. Este

fator aumenta quando relacionado ainda às discriminações de gênero e raça, vivenciadas em razão das particularidades da questão social no Brasil onde a pobreza não está presente em todo o território de forma idêntica, mas concentrada e vigiada todo tempo pelos aparatos de violência do Estado e de grupos organizados, nos centros de maior desenvolvimento econômico, como a região metropolitana do Rio de Janeiro, em Duque de Caxias.

Pode-se afirmar que no Brasil, ser mulher é um fator determinante para que sofra violência, contudo, a mulher negra em situação de pobreza vive em maior condição de vulnerabilidade e violência do que outros segmentos da população, conforme mostram pesquisas recentes.

Para o alcance dos objetivos deste estudo, realizou-se uma pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (2010), se ocupa com um nível da realidade que não pode ou deve ser quantificado, trata-se de um:

“universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.  
(Minayo, 2010, p.22).

Como estratégia metodológica para a coleta das informações utilizou-se a entrevista semi-estruturada, direcionada às usuárias que são acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) do Cras Jardim Gramacho e às trabalhadoras do SUAS, que compõem a Equipe Técnica dos equipamentos, tanto do Cras Jardim Gramacho, quanto do Cras Centenário. A amostra foi selecionada entre aquelas que participavam mais assiduamente do Grupo de Mulheres proposto pelo CRAS, através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), e das que frequentam e aderem melhor ao acompanhamento proposto pelo PAIF do Cras Jardim Gramacho<sup>1</sup>.

Em relação a Equipe Técnica, a amostra se deu através das participantes que quiseram contribuir com a entrevista, uma vez que, toda a equipe foi convidada. No Cras Centenário a equipe é composta por 5 profissionais técnicos em Gestão do SUAS, sendo 3 assistentes sociais, 1 pedagogo e 1 psicóloga. No Cras Jardim Gramacho a equipe se compõe de 4 técnicas em Gestão do SUAS, sendo 2 assistentes sociais (incluindo a pesquisadora), 1 psicóloga e 1 pedagoga. O pedagogo do Cras Centenário não foi incluído na pesquisa por critérios de exclusão (sexo masculino).

---

1

O equipamento citado é espaços sócio-ocupacional da autora deste trabalho.

Foram entrevistadas 11 mulheres, das quais 8 são usuárias dos serviços do Cras Jardim Gramacho e 3 são técnicas do Suas. No entanto, participaram desta pesquisa duas técnicas do Cras Centenário e outra do Cras Jardim Gramacho, perfazendo um total de 3 participantes. As demais técnicas não se dispuseram a participar.

A entrevista contou com perguntas abertas e fechadas a fim de oferecer maior liberdade de resposta, conforme a motivação, atitudes e sentimentos. As perguntas fechadas permitiram analisar o perfil destas mulheres mais fidedignamente.

Na interpretação dos dados utilizou-se o método da Análise de Conteúdo, que atribui e analisa os significados das falas das entrevistadas. Propusemos categorizar as variáveis por meio de eixos temáticos, utilizando a técnica de Análise Temática, segundo as orientações de Bardin (1997), organizando os conteúdos manifestos em eixos de análise.

Para todas as participantes foram explicitados os objetivos da pesquisa, bem como, fornecidos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participação em pesquisa, como determina a Resolução No. 466 de 12 de Dezembro de 2012, que regulamenta as providências em relação às pesquisas envolvendo seres humanos.

Além disso, enviamos uma Carta Convite para as Técnicas em Gestão do Suas. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Fluminense, sob o número: 65439622.3.0000.8160 e aprovado em Fevereiro de 2023, data na qual deu-se início a coleta dos dados, que teve o seu término em Março de 2023.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, procura-se definir e analisar a questão social, a violência estrutural e a política social, correlacionando seus conceitos a partir do debate atual. Como indicam, a bibliografia especializada, Iamamoto (2007) e Netto (2009) referem que a questão social é matéria-prima da atuação profissional dos assistentes sociais, objeto de atuação de uma profissão que está inscrita na divisão social e técnica do trabalho.

No entanto, as discussões acerca da violência estrutural não têm sido o suficiente abordadas no debate profissional, como outras formas de violência reiteradas diante do crescimento das desigualdades sociais.

No segundo capítulo, apresenta-se um resgate histórico da política de assistência social brasileira, a construção do sistema único de assistência social (SUAS) e seus efeitos na vida cotidiana da população, enquanto política pública de direito.

Foi realizada também uma caracterização e breve histórico do município de Duque de Caxias, mostrando a forma contraditória em que se desenvolveu econômica e politicamente.

Procura-se descrever a organização da política municipal de assistência social, para situar os locais de desenvolvimento da pesquisa e a realidade através de dados disponíveis.

No terceiro capítulo buscou-se enfatizar questões relacionadas ao gênero, renda e pobreza das mulheres, evidenciando o debate sobre a feminização da pobreza, as desigualdades de gênero voltadas ao empobrecimento do público feminino, mostrando como essas relações são explicadas pela literatura.

Os capítulos subsequentes se debruçam sobre a análise dos dados coletados pela pesquisa. No capítulo quatro enfocamos diretamente os dados que se referem ao perfil do grupo de mulheres entrevistadas, usuárias dos SCFV e PAIF do Cras Jardim Gramacho e de que forma elas entendem o impacto da violência estrutural e das vulnerabilidades a que são expostas, em suas vidas, como na saúde das mesmas.

Por fim, o quinto capítulo encerra o trabalho com uma análise dos dados sobre a apreensão das técnicas de referência dos respectivos Cras sobre as temáticas abordadas pela pesquisa e seus desdobramentos na atuação profissional.

## **CAPÍTULO 1 - QUESTÃO SOCIAL, VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E POLÍTICA SOCIAL**

### **1.1 A Violência Estrutural como expressão da questão social: Reflexões teóricas**

A questão social constitui-se como objeto e matéria-prima da profissão do Serviço Social e as demandas da sociedade por serviços e equipamentos sociais, que contemplem suas necessidades, em especial no que tange às violências, envolvendo demandas por políticas públicas. Desta forma, este item vai se limitar a pontuar algumas reflexões sobre a questão social e sua correlação com a violência estrutural.

A violência é um fenômeno que vem ganhando repercussão nacional e internacional, tendo múltiplos significados, sendo assumida como uma questão de saúde pública, uma vez que interfere na qualidade de vida das pessoas e da coletividade, ocasionando impacto nos serviços de atenção à saúde e de assistência social.

As violências, ao lado dos acidentes, doenças crônicas e degenerativas têm configurado um novo perfil dos problemas de saúde pelo Brasil e pelo Mundo. Desde os anos 1960 e 1970, houve um grande esforço acadêmico e político para compreender a saúde como uma questão ampliada.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência é conceituada como: “o uso da força contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”. (OMS, 2002, p.27).

A Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências e o Ministério da Saúde brasileiro assumem a violência como: “o evento representado por ações realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações, que ocasionam danos físicos, emocionais, morais e/ou espirituais a si próprio ou a outros”. (BRASIL, 2005. p.7).

A violência passou a ser considerada como uma questão de saúde pública e de grave violação de direitos humanos, culminando em profundas repercussões sociais e requerendo cada vez mais respostas do poder público, através de políticas sociais no que tange ao seu

enfrentamento e a rede de atendimento. Além disso, deve ser considerada uma das expressões mais graves da questão social.

Nos estudos levantados sobre a sociedade capitalista, a violência não aparece como eixo central de reflexões, mas como parte das relações de classe, através da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, no processo produtivo e que se manifesta em múltiplas formas na sociedade, como resultando do desemprego, da miséria e da fome, dentre outras formas.

Embora o fenômeno da violência contra a mulher, contra a criança, a violência urbana e outras formas de violência sejam mais visíveis na sociedade, existe uma violência que perpassa todas elas e está presente no cotidiano da população, mas que é pouco discutida e conhecida, aquela que gera outros tipos de violência.

Trata-se da violência estrutural, apontada por muitos autores como aquela que permeia todos os tipos de violência. Para Faria, Garcia e Ruviaro (2020) apud Minayo a violência estrutural pode ser compreendida como:

Aquela que se aplica tanto as estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e a morte. (FARIA, GARCIA e RUVIARO apud MINAYO, 2020, p.3235).

A autora nos faz refletir sobre o quanto esses processos sociais, políticos e econômicos criam e recriam a miséria, a fome e as desigualdades, se perpetuando em processos históricos naturalizando-se na cultura e em formas de dominação. É estrutural, pois é um tipo de violência produzida pela estrutura socioeconômica, que se constitui como base fundante desse sistema, tornando-se elemento fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

Esse caráter de violência envolve tanto “um caráter econômico – da estrutura, quanto o ideológico – superestrutura, uma vez que a ação violenta se dá no plano material, mas que se utiliza da ideologia para legitimá-la socialmente e torná-la imperceptível.” (CAVALLI, 2011, p.6).

Desta forma, a autora exemplifica os estudos de Marx no que refere a exploração da força de trabalho da população, pois a classe subalterna enquanto detentora apenas de sua força de trabalho, é submetida a um processo de exploração sem que compreenda as nuances a que está subjugada neste modelo de produção. Sendo assim provoca mediante outros mecanismos de exploração a violência estrutural, na sua forma ideológica, produzidas e reproduzidas independente da vontade e consciência dos homens.

Essa violência relaciona-se ainda à questão social, não só por multiplicar suas expressões e formas, mas por estar intimamente interligada ao processo produtivo, gerando repercussões drásticas na vida da classe trabalhadora.

A autora busca refletir que já no processo de acumulação e exploração dessa classe há um processo legitimador da violência, porém não sendo a que estamos acostumados a ver fisicamente, psicologicamente a exemplo das violências quanto a um grupo discriminado: mulheres, idosos, crianças, mas uma violência quase que imperceptível, invisibilizada, que atravessa e garante a reprodução de outras formas de violência.

A violência já perpetrada no processo de acumulação produtiva serve de base para intensificar as condições precárias de vida da classe trabalhadora e acabam acentuando a violência física, pobreza, desigualdades, violência urbana, violência contra a mulher, entre outras que se tornam cada vez mais presentes no cotidiano desta classe.

Quanto à questão social, ressalta-se que ela está na base das teorias empreendidas por Marx em colaboração com Engels ao desvendar a gênese da desigualdade social do capitalismo com vistas a explorar as potencialidades dos trabalhadores organizados para lutar pela sua superação.

Behring e Santos (2010) afirmam que este processo – a configuração da desigualdade, bem como, as respostas engendradas pelos sujeitos a elas – se expressam na realidade como questão social. Para as autoras, há um esforço até os dias de hoje, desde a obra de Marx e Engels, de explicitar a questão social considerando sua relação com a acumulação capitalista, produzida e reproduzida pela lei do valor e pela subsunção do trabalho ao capital, a desigualdade social e o aumento da pauperização.

Behring e Santos (2010) demarcam que a questão social nessa concepção:

é expressão das contradições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor, e, ao mesmo tempo, reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital - o que implica num predomínio do trabalho morto (capital constante) sobre o trabalho vivo (capital variável) – promove a expansão do exército industrial de reserva (ou superpopulação relativa) em larga escala. (BEHRING E SANTOS, 2010, p.5).

Sobre esta relação, Iamamoto (2010) relata que devido ao progresso da acumulação há uma mudança na composição técnica e no valor do capital, “reduzindo de forma proporcional o emprego da força viva de trabalho, ante ao emprego de meios de produção eficientes, impulsionando o aumento da produtividade”. (IAMAMOTO, 2010, p.156).

Para a autora fica evidente que a incorporação de meios técnicos e científicos pelos empresários capitalistas, faz com que os trabalhadores produzam mais em menos tempo,

reduzindo o tempo de trabalho socialmente empregado e ampliando o trabalho excedente ou mais-valia.

Dessa forma, o processo de acumulação produz uma população supérflua e subsidiária às necessidades médias de seu aproveitamento pelo capital. Behring e Santos (2010) citam o estudo de Harvey sobre as expressões dessa tendência e da constituição e potencialização de uma superpopulação relativa sobrando dando destaque para o debate acerca do desemprego estrutural, flexibilização e precarização das relações de trabalho e o impacto sobre os direitos.

Iamamoto (2010) reflete que o crescimento dessa superpopulação relativa de acordo com esse padrão de desenvolvimento, não é inútil para o mundo, como se referia Castel, mas aos sujeitos supérfluos para o capital, fazendo com que ocorra um acirramento entre os trabalhadores, que impacta na regulação dos salários (oferta e procura).

No que se refere a lei da acumulação capitalista, a autora reitera que uma parcela da população trabalhadora cresce mais rápido do que a necessidade de seu emprego, para fins de valorização do capital, gerando assim uma acumulação de miséria relativa, a acumulação do capital é a raiz da produção e reprodução da questão social na sociedade capitalista.

A autora ainda declara que nessa categoria podem ser incluídos aquela parcela estagnada de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e eventuais, os que possuem vínculos precarizados, temporários, com máximo tempo de serviço e mínimo de salário, que sobrevivem abaixo do nível da classe trabalhadora.

Soma-se a isto o crescimento do pauperismo,

segmento formado por contingentes populacionais miseráveis aptos ao trabalho, mas desempregados, crianças e adolescentes e segmentos indigentes incapacitados para o trabalho (idosos, vítimas de acidentes, doentes, etc) cuja sobrevivência dependa da renda de todas as classes e em maior medida, do conjunto de trabalhadores. (IAMAMOTO, 2010, p.158).

Salienta ainda que esse pauperismo é uma especificidade da produção fundada no capital, e que torna o indivíduo excluído de toda riqueza e alijado das condições essenciais na criação de seus meios de sobrevivência, afirmando que a concepção de pobreza não se deve ao fato da distribuição de renda, mas também relaciona-se diretamente com a própria produção.

Nesse processo, Iamamoto (2010) refere ainda a destituição da responsabilidade do Estado na preservação do direito à vida dos segmentos sociais, quando afirma que o desmonte das políticas sociais públicas e dos serviços atinentes a elas, sofrem ataques e recorte de

gastos, obrigando os cidadãos a se renderem a solidariedade humana para dirimir algumas das expressões.

Desta forma, a autora afirma que a questão social expressa:

Desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (IAMAMOTO, 2010, p.160).

Conforme a autora acima, a questão social dispõe de uma dimensão estrutural que atinge visceralmente a vida dos indivíduos, numa luta pela cidadania e pelo respeito aos direitos humanos, políticos, civis e sociais. E menciona a importância das lutas sociais que romperam com o domínio privado das relações entre capital X trabalho tornando a questão social necessária na esfera pública.

É a partir deste trato que a questão social é tratada como coisa pública e os conflitos sociais passam a exigir a interferência do Estado, a legalização e reconhecimento de direitos e deveres dos sujeitos através de políticas e serviços sociais.

Desse modo, é necessário buscar no Estado quais são as respostas que este têm ofertado à população no que tange às relações de violência e a superação das vulnerabilidades experienciadas pelas mulheres, a partir dessa correlação entre violência estrutural e questão social.

## **1.2 Considerações sobre a Política Social**

Neste item, procuramos trazer reflexões de alguns autores sobre os conceitos de política social. As concepções acerca da política social são variadas e estão representadas em uma diversidade de autores apresentando algumas das visões encontradas na literatura.

No campo do serviço social, desde o Movimento de Reconceituação (MR) da profissão (1965-1975) a política social vem alcançando uma ampla visibilidade, bem como, vem permitindo uma articulação entre a análise da profissão e da sociedade.

Para Yazbek (2009) este período é consagrado para o Serviço Social brasileiro, pois é a partir de seus desdobramentos que se explicitam de modo mais claro e se confrontam, diferentes tendências que fundamentam a atuação e os posicionamentos teóricos da profissão. (YAZBEK, 2009).

Nos países latino-americanos, a influência política de crítica aos governos ditadores assumem propostas de transformações sociais que não serão aprofundadas devido ao frágil

suporte teórico, agravado pelo contexto de censura que silencia o debate entre as décadas de 60-70, sobre os fundamentos críticos da profissão.

No período que compreende o final da década de 70, os autores latino-americanos orientam ainda uma discreta produção e formação acadêmica no Brasil, situação que vai se alterando conforme o desenvolvimento da produção intelectual da categoria, em programas de pós-graduação a exemplo da PUC de São Paulo, por exemplo. Essas produções apontam as vertentes que surgem no cerne do Movimento de Reconceituação, como: modernizadora, reatualização do conservadorismo, intenção de ruptura. (YAZBEK, 2009).

É a partir do referencial teórico divulgado pelo MR em seu processo de construção, “posicionado do ponto de vista sócio-político” (YAZBEK, 2009, p.9), que o Serviço Social questiona seus objetivos sociais e sua prática institucional, culminando com uma aproximação dos movimentos sociais. Diante disto, inicia-se o movimento de “intenção de ruptura” com o Serviço Social tradicional que perdurará após o MR até os dias atuais, buscando novas redefinições teórico-metodológicas na profissão.

De acordo com Netto (2009, p. 305), dentre as vertentes citadas “a vertente intenção de ruptura enriqueceu o debate profissional com um elenco de núcleos temáticos e propostas crítico-analíticas”, que tornaram contemporânea a inserção da teoria de Marx, de forma produtiva no serviço social brasileiro.

O autor enfatiza que é a partir da vertente Intenção de Ruptura que a profissão se aproxima de questões que concernem a dinâmica contraditória da sociedade, dando ênfase sobre a crítica da economia política, debatendo a importância da estrutura social e problematizando o poder político e o papel do Estado.

É precisamente na perspectiva da intenção de ruptura que se plasam as conotações inerentes a um exercício profissional (e suas representações) compatível com a modernidade: “o reconhecimento dos projetos societários diferenciados das classes e dos parceiros sociais, a compreensão da dinâmica entre classes - sociedade civil - Estado, a laicização do desempenho profissional, a assunção da condição mercantilizada dos serviços prestados pelo profissional.” (NETTO, 2009, p.305).

Deste modo, observa-se que a partir da década de 70 alguns profissionais assistentes sociais já estavam posicionados frente a intervenção estatal, na formulação de políticas sociais e ainda mais próximos ao debate acerca da perspectiva da profissão.

As políticas sociais são fundamentais para o progresso e desenvolvimento dos países, pois é através delas que se introduzem mudanças nas condições de vida da população,

afetando a qualidade de vida e a situação social das famílias, indivíduos ou grupos. Ao mesmo tempo em que produzem mudanças nessas condições sociais, também promovem alterações na economia, na autonomia dos trabalhadores, ampliando a democracia de um país. (CASTRO, 2012).

Behring (2015) aponta que no debate de alguns autores a política social é considerada como um conjunto de tensões entre equidade e acumulação, registrando a existência de tendências que reposicionam teórica e metodologicamente, a abordagem do serviço social a esse propósito, que aproxima-se da tradição marxista. Essas tendências são o “politicismo, o redistributivismo, o estatismo e o ecletismo”. Na perspectiva politicista a política social é reduzida à vontade política dos sujeitos:

Como forma de regulação do conflito capital – trabalho e demais conflitos sociais, ótica da busca de legitimação e consenso, como resposta à pressão dos movimentos sociais, principalmente dos trabalhadores ou como forma de controle político. (BEHRING, p.21, 2015).

Quanto ao redistributivismo Behring (2015) descreve que a política social tende a ser vista de forma polêmica, como solução das desigualdades, desconsiderando a natureza do modo de produção capitalista e a indissolubilidade entre produção e reprodução social. Uma característica criticada pela autora, é o ecletismo enquanto um paradoxo de abordagens que ora recorrem a tradição e aporte marxista e ora ao enfoque distributivista keynesiano.

Para Faleiros (1987) as políticas neokeynesianas, quanto ao fato de se caracterizarem por uma dupla ação no mercado, não tocam nas relações de produção, ou seja, as relações de exploração capitalistas permanecem inalteradas.

O estatismo é outro marco das políticas keynesianas, cuja abordagem da política social está centralizada no papel do Estado, que elimina as contradições sociais. Ao situar o Estado acima das relações sociais, Behring (2015) observa uma consequência no atendimento às demandas sociais, descaracterizando seus efeitos para a população, uma vez que são orientadas por um padrão prévio de intervenção estatal. A autora atenta para a necessidade de se considerar a política social em suas múltiplas determinações, procurando superar os reducionismos economicistas, politicistas dentre outros.

Para Faleiros (1987) as políticas sociais do Estado capitalista retratam um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais, sendo portanto, o resultado da luta de classes, corroborando ao mesmo tempo, para a reprodução das classes sociais.

De acordo com Fleury (1998) a política social seria o resultado possível e necessário das relações que se estabeleceram entre a contradição capital x trabalho, mediadas através da intervenção estatal.

Como se observa, é reconhecido o caráter contraditório das políticas sociais, pois ao mesmo tempo em que conseguem responder aos interesses do capital, atendem as necessidades da classe trabalhadora. Sendo assim, a expansão das políticas sociais é marcada pela luta e disputa de interesses distintos de classes, mas em face da luta dos trabalhadores por direitos sociais.

Para Faleiros (1987) as intervenções do Estado são marcadas pela relação entre a sociedade civil e o órgão de poder que ela permite. Na sociedade capitalista as políticas sociais são consideradas mediações para a manutenção da reprodução da força de trabalho. Segundo o projeto da burguesia, essas mediações que muitas vezes são realizadas através do Estado se limitam pela força dominante e pela contradição da força dos movimentos das classes subordinadas, em obter concessões e buscar por alternativas concretas de participação do poder.

Na visão liberal, o mercado é um mecanismo de manutenção das desigualdades de condições que apresenta a intervenção do Estado Liberal por meio de medidas extra-econômicas, como forma de amenizar os conflitos sociais.

Deste modo, as políticas sociais ligadas aos interesses mercantis passam a assumir a função de instrumento de controle da força de trabalho e dos salários sofrendo, portanto, o impacto das modificações, crises econômicas e sociais. Como observa Faleiros: “as políticas sociais permitem também uma certa regularidade no mercado de trabalho, pelos mecanismos de colocação e de formação de mão de obra e pelos mecanismos de auxílio ou de seguro aos desempregados.” (FALEIROS, p.48, 1987).

Ao Estado compete a responsabilidade de estabelecer o equilíbrio social e econômico, de modo que todos possam extrair vantagens, porém, existe um grupo que fica excluído do acesso aos bens oferecidos pelo mercado, seja por dificuldades sociais, seja por questões individuais. Sendo assim o Estado passa a intervir para a proteção destes grupos de “desfavorecidos”, conforme coloca Faleiros (1987).

O Estado se coloca como “protetor dos fracos” (FALEIROS, p.49, 1987), compensando suas fraquezas, como modo de satisfazer suas necessidades sociais, introduzindo direitos sociais, justificando assim a justiça distributiva, a equidade e uma

igualdade de oportunidades. Defende-se diante dessa postura, a garantia de um mínimo para todos os indivíduos, justificando-se que todos são iguais perante a lei.

O que Faleiros (1987) acentua em sua análise é que esse padrão de atuação do Estado não muda o cerne da questão: as relações de exploração. Com isso sua crítica remete à ideia de que esse Estado não somente busca compensar os indivíduos ou grupos considerados fracassados para a produção capitalista, mas que a perda da renda de tais grupos implica em riscos para os ganhos do mercado, que por sua vez não podem sofrer interrupções.

O Estado também exerce seu papel coercitivo e impõe a repressão, destruindo as oposições e resolvendo conflitos. Contudo, não se pode considerá-lo neutro, nem tampouco como um instrumento dos interesses burgueses. Faleiros (1987) afirma ainda, que o Estado é uma relação social e como tal é um campo de batalhas, onde se defrontam os diversos interesses e disputas:

O Estado resume, condensa, mediatiza as relações sociais, segundo as correlações de força da sociedade civil. O aparelho estatal não está somente em função dos interesses da classe dominante. Ele pode integrar, dominar, aceitar, transformar, estimular certos interesses das classes dominadas. O Estado é hegemonia e dominação. (FALEIROS, p.52, 1987).

A política social, conforme apontado em algumas reflexões anteriores, também possibilita uma gestão ainda que sob muitos conflitos, da força de trabalho, para que se desenvolva em boas condições para o sistema capitalista.

Quanto às condições colocadas pelos trabalhadores, como o desemprego, doenças e acidentes, o Estado não tem dado respostas. Muito pelo contrário, ele reforça na sociedade a ideia de que estes problemas se resolvem através de “esforço pessoal”, individualizando as expressões da “questão social”. Ou seja, numa perspectiva moralizante, os trabalhadores devem buscar respostas próprias, como forma de superar os chamados “desajustes sociais”, oriundos das crises sempre presentes na ordem do desenvolvimento capitalista.

É dessa forma que são apresentadas políticas sociais de assistência social, seguro ou de serviços sociais aos indivíduos necessitados, como uma forma de minorar os efeitos das desigualdades sociais. Para tal são medidas governamentais razoáveis, mas possuem características curativas, preventivas, focalizadas, promocionais, oferecendo condições mínimas de vida para trabalho, os trabalhadores, enquanto abafam a acumulação de riquezas. O desenvolvimento das políticas sociais no âmbito brasileiro, a partir do século passado realizadas através da Constituição Federal de 1988, ofereceu-lhes outra visibilidade, pois agregaram um caráter de proteção social mais abrangente.

Fleury (1998) mostra mudanças de paradigmas quanto a essa caracterização nas políticas sociais, explicando que inicialmente estas faziam parte de um jogo político em que apenas alguns extratos da classe trabalhadora tinham acesso. Além disso, o caráter assistencial em que se pautavam, resultavam muitas vezes em relações estigmatizantes, abstraindo sua configuração enquanto relações de direitos.

De acordo com Fleury (1998), a Constituição Federal de 1988 representou um grande marco na transformação do sistema de proteção social brasileiro, uma vez que a seguridade social passava a se organizar e se estruturar em busca da universalização da cidadania.

A inclusão da previdência, da saúde e da assistência como partes da seguridade social introduz a noção de direitos sociais universais como parte da condição de cidadania, que antes eram restritos à população beneficiária da previdência. O novo padrão constitucional da política social caracteriza-se pela universalidade na cobertura, o reconhecimento dos direitos sociais, a afirmação do dever do Estado, a subordinação das práticas privadas à regulação em função da relevância pública das ações e serviços nessas áreas, uma perspectiva publicista de co-gestão governo/sociedade, um arranjo organizacional descentralizado. (FLEURY, 1998, p.9).

Essas transformações proporcionadas pela Constituição Federal de 1988, trazem uma mudança importante na perspectiva das políticas sociais, pois ao assumirem a garantia de um conjunto de direitos sociais, elas também transmitem outra concepção de sociedade: enquanto um instrumento de superação da visão moralizante que procura resgatar a condição de sujeitos de direitos e de cidadania da classe trabalhadora.

As políticas sociais intervêm em expressões da questão social, como a fome, desemprego, desigualdades sociais, exploração sexual, miséria e violências, que ocorrem no cotidiano da classe trabalhadora .

A relação que se estabelece entre questão social e violência está no fato de que a violência sofrida e suas múltiplas formas trazem consequências drásticas na vida dos sujeitos, os quais demandam respostas constantemente. Essas respostas são através das políticas sociais.

Para Behring e Santos (2010) as políticas sociais e as formatações de modelos de seguridade social são respostas fragmentadas e setorizadas das expressões multicausais e complexas da questão social no capitalismo.

No âmbito Europeu e Latino-americano, a seguridade social se estrutura tendo como referência a organização social do trabalho, ou seja, esses direitos a seguridade social têm

como referência os direitos do trabalho. Tanto os modelos baseados em Bismarck<sup>2</sup>, quanto em Beveridge<sup>3</sup>, assumem a garantia de direitos aos trabalhadores, que de forma momentânea ou permanente, perderam sua capacidade para as atividades laborativas.

Desta forma, Boschetti (2010) ressalta que historicamente o trabalho sempre foi a condição para acessar os benefícios advindos da seguridade social. Sendo assim, muitos trabalhadores que se encontram desempregados não possuem acesso aos benefícios previdenciários, sobretudo porque os mesmos seguem a lógica do seguro social, movida por contratos.

No Brasil, a partir da Constituição de 1988, a seguridade social incorporou princípios dos modelos Bismarckianos e de Beveridge, uma vez que mantém a previdência restrita aos trabalhadores contribuintes, a saúde com acesso universal e limitado à assistência aos que dela necessitam.

Desde 1923 até a Constituição de 1988, a lógica do seguro estabeleceu critérios para o acesso a saúde e previdência, tendo como base para a proteção social, os trabalhadores e suas famílias, de uma forma que garanta uma proteção limitada aos que possuem inserção em mercado de trabalho formal ou que contribuem de forma autônoma ou especial, para a seguridade social. (BOSCHETTI, 2010).

Diante do aprofundamento das desigualdades sociais, das relações informais de trabalho, das flexibilizações das leis e direitos trabalhistas, além do enraizamento de uma pobreza estrutural, uma parcela enorme da população brasileira fica sem acesso ou cobertura da seguridade social.

Sendo assim, um contingente considerável da população brasileira torna-se dependente da política de assistência social. No tópico seguinte discorreremos brevemente sobre a configuração desta política.

---

2

De acordo com Boschetti (2010), este modelo é considerado um sistema de seguros sociais, que se caracterizam como seguros privados, pois os direitos cobrem exclusivamente os trabalhadores, que contribuem anteriormente, são contribuições realizadas diretamente pelos empregadores e empregados através de folhas de salários, por exemplo.

3

Neste sistema, os direitos são universais, destinados a todos os cidadãos, independente das condições de recursos deles, buscando garantir mínimos sociais a todos que necessitam, o financiamento provém dos impostos fiscais e a gestão é estatal.

## **CAPÍTULO 2 - O MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

### **2.1 Resgate sócio-histórico da Política de Assistência Social Brasileira**

Neste tópico procura-se abordar historicamente a Política de Assistência Social, suas principais conquistas no sentido de regulamentação dos dispositivos legais nos dias atuais, como política pública de direito.

Desde o início do século XX, a pobreza foi considerada uma questão individual daquelas pessoas que não conseguiam acesso ao trabalho para superar sua condição de vulnerabilidade social. Esses indivíduos eram transformados em incapazes, necessitados e dependentes da caridade dos mais ricos e da benemerência religiosa. Com isso, os mais vulnerabilizados eram considerados exclusivamente responsáveis pela situação de fragilidade socioeconômica e o Estado era desresponsabilizado da situação de pobreza da população. A caridade e a filantropia transformavam em objeto das ações assistenciais os mais pobres, isentando o Estado de atender direitos aos mínimos sociais que evitassem a fome e a miséria.

Assim, o Estado adotava as ações assistencialistas pelo viés da meritocracia. Ou seja, quanto maior a pobreza, mais intensas eram as ações assistencialistas: tanto por parte das organizações sociais privadas, quanto por parte da igreja católica, para minimizar as consequências da pobreza, cabendo ao Estado apenas o incentivo às práticas de solidariedade pela sociedade civil. (MORAIS, 2016).

Neste contexto, a concepção de pobreza enquanto uma das expressões da questão social não era considerada no Brasil, até 1930. Ressalta-se que até este período, a questão social e suas múltiplas expressões eram consideradas e tratadas como casos de polícia, tendo a repressão como resposta legítima do Estado. Desta maneira reforçava-se a pobreza como uma disfunção individual, sendo os mais vulneráveis encaminhados para instituições asilares.

Sposati (2007) afirma que a pobreza era considerada uma doença e a assistência se misturava com as necessidades de saúde, refletindo nos organismos de prestação da assistência, os quais assumiram uma dupla política, a de assistência à saúde e da assistência social.

Em 1929, com a crise mundial do capitalismo, o Estado passou a se inserir na relação capital-trabalho. No caso do Brasil, a pobreza começa a ser reconhecida como questão social e questão política. De acordo com Behring e Boschetti (2006), esta crise marcou o desenvolvimento das políticas sociais, sendo reconhecido como um momento de ampliação das instituições e intervenções estatais.

No Brasil, a chamada Revolução de 1930, trouxe mudanças significativas para os trabalhadores. Esse período é considerado de introdução da política social brasileira. Segundo Behring e Boschetti (2010), o movimento revolucionário atingiu seu ápice no governo de Getúlio Vargas, que trouxe a regulamentação das relações trabalhistas. As autoras referem ainda, que medidas nas áreas do trabalho, saúde, previdência e educação foram tomadas e relacionadas à questão social.

Em 1930, a criação do Ministério do Trabalho se torna um marco importante, seguido da Carteira de Trabalho, em 1932, o documento de Cidadania Brasileira, uma vez que as políticas eram voltadas àqueles que dispunham de vaga formal de trabalho. Após a criação e implementação de alguns órgãos trabalhistas, a cobertura começa a ser ampliada, regulando-se os acidentes de trabalho, pensões e aposentadorias, auxílios-maternidade, doença.

Os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's) foram criados, possibilitando sua extensão, de início com as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP's), que cobriam riscos e perdas de capacidade permanente ou temporária para o trabalho, como: doenças, morte ou invalidez de alguns segmentos e categorias de trabalhadores.

Foi criado em 1930 também o Ministério da Educação e Saúde Pública e o Conselho Nacional de Educação, pois até então não existia uma política nacional de saúde. E é dessa forma que grande parte da população fica sem cobertura social, pois todos os regimentos criados estavam voltados para os trabalhadores formais.

Cabe ressaltar que os trabalhadores informais eram tidos como desajustados e vadios, posto que o acesso restrito às políticas sociais os excluía, sendo atribuído tão somente aos trabalhadores urbanos. Essa parcela dos trabalhadores em situação de desemprego dependia das ações de caridade das instituições filantrópicas.

Em síntese, a assistência social não possuía visibilidade, e nem existia no âmbito da atuação estatal. É a partir de 1938, na gestão de Getúlio Vargas, que a primeira iniciativa do Estado em relação à assistência é realizada no Brasil, criando-se o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), vinculado ao Ministério de Educação e Saúde. Os componentes deste Conselho eram figuras ilustres da sociedade, reforçando uma cumplicidade política.

Segundo Behring e Boschetti (2010), o CNSS não foi um órgão atuante, mas visava a manipulação de verbas e prioritariamente atuava favorecendo um clientelismo político. Em seguida, as funções deste conselho seriam assumidas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA). Criada em 1942, foi a primeira instituição de assistência social e marcada pela presença feminina, coordenada por Darcy Vargas – primeira dama de Getúlio Vargas.<sup>4</sup>

No final de 1942, a LBA tornou-se uma sociedade civil sem fins econômicos, voltados para reunir outras organizações que tinham como objetivo a boa vontade. Suas ações consistiam em campanhas para atender os convocados da guerra e posteriormente, constituir apoios políticos ao governo de Vargas.

Em 1969, a LBA foi vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, período em que ocorreu uma ampliação estrutural. Sposati (2007) ressalta que na década de 1970, no período da ditadura, houve um avanço das Políticas Sociais com o objetivo de minimização do poder repressivo sobre as classes trabalhadoras, através dos programas sociais e serviços.

Neste contexto, a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), em 1º de maio de 1974 é mais um marco na construção desta política. A assistência social vai deixando seu caráter filantrópico para participar mais efetivamente das relações sociais. Contudo, Moraes (2016) refere que:

“a criação de novos organismos segue a lógica do retalhamento social, criando-se serviços, projetos e programas para cada necessidade, problema ou faixa etária, compondo uma prática setorizada, fragmentada e descontínua, que perdura até hoje”. (MORAIS, 2016, p.7).

Com as transformações políticas que ocorreram nas décadas de 1980, associadas aos movimentos sociais reivindicatórios e de descontentamento geral da população frente à ditadura militar, a assistência social começava a sofrer uma ruptura em sua gênese, passando a ser reconhecida como direito.

---

<sup>4</sup> Para Sposati (2007), Darcy Vargas estabelece uma relação de patriotismo com a assistência social, ao desempenhar junto a outras senhoras da sociedade um movimento para reunir ações e insumos, como chocolate e cigarro, para acarinhar os combatentes da 2ª. Guerra Mundial.

Como retrato dessas lutas e movimentos populares em prol da garantia de direitos sociais e civis, a Constituição de 1988 implementa a Assistência Social como política pública, compondo um dos pilares da Seguridade Social juntamente com as políticas de Saúde e Previdência, formando assim o tripé da Seguridade Social Brasileira.

A política de assistência social pela primeira vez na história passa a ser considerada política pública e de direito. No artigo 203 da Constituição de 88, diz que: “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”. (BRASIL, 1988).

Em 1993, após um expressivo movimento social que reivindicava e pressionava a regulamentação desta política, a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é aprovada, trazendo no texto que:

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas. (BRASIL, Lei 8742, 1993).

A LOAS (1993) materializa os serviços socioassistenciais, tendo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) como instância de coordenação. A lei também estabeleceu o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e suas competências, dentre as quais, coube aprovar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), acompanhar e fiscalizar as organizações de assistência social, bem como, as entidades; normatizar e regular a prestação de serviços públicos ou privados no âmbito desta política.

Deste modo, institui-se que ao Estado cabe consolidar a assistência social como política pública de direito, buscando romper com as práticas de filantropia e benemerência. Durante o ano de 2004 normatizou-se a PNAS, documento que traz normas e resoluções quanto à defesa e atenção aos direitos e necessidades das pessoas em situação de risco social, onde constam as ações e o conjunto de garantias preconizados pela política.

Em 2005, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), busca promover uma gestão descentralizada, em relação ao monitoramento e financiamento dos serviços socioassistenciais, partindo da Norma Operacional Básica (NOB-SUAS) que visa um sistema participativo para materializar a LOAS.

É importante ressaltar que embora a LOAS imprima no Estado a responsabilidade (tenha sido sancionada e preconizada em suas normas e regimentos e que o Estado seja o principal responsável) pela efetivação da política e garantia dos mínimos sociais, o processo

de reforma do Estado, e a forte onda neoliberal advinda da década de 90, vêm impondo um enxugamento dos recursos, mediante: privatizações, terceirizações e parcerias entre público e privado. Esse projeto conduz as políticas sociais a assumirem características compensatórias e seletivas, a fim de realizarem os cortes de recursos em programas e benefícios sociais.

Deste modo, procede-se por meio do próprio Estado que assumiu direitos, o meio de operar os retrocessos democráticos, negando direitos conquistados como enfrentamento público da pobreza. A questão social se redimensiona, relançando novas formas as contradições sociais e comprometendo ainda mais a sobrevivência da classe trabalhadora, na medida em que o capitalismo enfrenta seus ciclos de crise.

No próximo item, apresentaremos um breve histórico do município que é o lócus desta pesquisa: Duque de Caxias.

## **2.2 Breve histórico do Município de Duque de Caxias**

O presente estudo buscou entender melhor as especificidades das mulheres atendidas pelos Cras no município de Duque de Caxias-RJ, especificamente o Cras Centenário e o Cras Jardim Gramacho, visando contribuir com o aprimoramento do serviço ofertado neste município, através da análise da realidade social dos citados equipamentos.

A cidade de Duque de Caxias faz parte da chamada Baixada Fluminense que se situa a 16 km da capital do Rio de Janeiro, preservando uma relação histórica importante com as contradições da área metropolitana da capital.

De acordo com Rocha (2016), a cidade de Duque de Caxias tem seu povoamento datado no século XV, através de terras capitaneadas por Brás Cubas e por Cristóvão Monteiro, que mantinham atividades de produção de cana de açúcar na região. Durante os séculos XVII e XVIII, a área se tornou importante ponto de passagem e ligação para o transporte das riquezas vindas de Minas Gerais e do interior do Estado. Nesta época a administração das terras e afins ficavam a cargo também dos eclesiásticos.

As atividades mais importantes eram o ouro e o café, produtos que ocupavam 70% da economia brasileira no período, onde a Baixada Fluminense tinha a particularidade de abastecer com mão de obra escrava e indígena o comércio intercolonial do Rio de Janeiro. A exploração fundiária e da força de trabalho pertencia a um pequeno grupo de proprietários,

que mantinham Engenhos na região e colocavam suas famílias para controlar estas propriedades. O poder político local era exercido por estes grandes produtores.

No século XIX começa a declinar o comércio e os negócios de ouro vindo das Minas Gerais, contudo, Duque de Caxias ainda consegue se manter como área de abastecimento e “passagem de tropeiros, de transbordo e de trânsito de mercadorias”. (ROCHA, 2016, p.83). Ainda assim, há um relevante progresso no município, se comparado com outros da região, porém devido à devastação ambiental e a criação de pântanos e mangues, a região começou a ser abandonada, intensificando as migrações para outros locais próximos, culminando por sua vez, num igual abandono pelos governantes locais. Essa questão se reflete até a atualidade, na qualidade de vida da população caxiense.

Em 1888 há a abolição da escravatura e com isso ocorre um grande esvaziamento das obras de saneamento básico, o que repercute na vida social e econômica dos moradores da Baixada Fluminense. Neste mesmo século, a cidade do Rio de Janeiro começa a sofrer transformações diante da industrialização e o avanço do capitalismo. Sua formação urbana começa a ser radicalmente transformada, levada pelas necessidades crescentes do capital em absorver a força trabalho.

As atividades que predominavam nesta época estavam relacionadas à indústria de calçados, bebidas e mobiliários. Os recém libertos da escravidão e os migrantes do Norte e Nordeste do país, começam a ocupar cortiços, pernoite em chão das fábricas e instalações precárias próximas ao Centro. A industrialização provoca um grande êxodo rural e migração de trabalhadores em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho, levando à ocupação aglomerada e precarizada pela cidade.

O Rio de Janeiro e a área metropolitana são marcados pela relação contraditória entre capital X trabalho, mas que ultrapassam o chão da fábrica e impactam diretamente na vida dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que se multiplicam os cortiços e moradias de péssima qualidade, a cidade passa a ser mais marcada pela dualidade entre bairros de classe média e de classe alta, contrapondo moradias luxuosas com favelas periféricas e ocupando o mesmo espaço dividido pelos muros:

A cidade do Rio de Janeiro é um dos principais palcos deste processo. Uma cidade que vai se modificando em alguns aspectos, transformando-se em outros, mas conservando características do arcaico. O capitalismo avança sobre as cidades influenciando na dinâmica de seu desenvolvimento. O desenvolvimento urbano, fruto das necessidades do modo de produção capitalista, conformou a cidade em distintos territórios onde as pessoas e as coisas devem ser mantidas nos seus “devidos” lugares”. Os muros são uma devida representação do que é e o que produz o capitalismo. Estes, construídos cada vez mais altos são o retrato vivo da

desigualdade, extremamente necessário a conformação de uma “cidade maravilhosa” que se quer apresentar aos visitantes. (MOISÉS, 2018, p.37).

O modo de produção capitalista e o desenvolvimento das forças produtivas se expandem, galgando novos territórios e espaços, sobretudo para perpetuar seus moldes econômicos, políticos e culturais. Desta forma, a ampliação da industrialização e da exploração das forças trabalhistas chega a outros locais, como foi o caso da Baixada Fluminense. E o município de Duque de Caxias não ficou ileso a essas transformações semelhantes ao Rio de Janeiro, até mesmo pela sua proximidade com a Capital e por aglutinar muitos trabalhadores fabris.

Em 1911, com o avanço da industrialização e a inauguração da ferrovia – Estrada de Ferro Leopoldina – ampliaram-se as viagens e deslocamentos de passageiros entre os bairros de Duque de Caxias e a então capital. Até meados deste século, Duque de Caxias era uma cidade rural, com aproximadamente 800 habitantes. (MOISES, 2018). No entanto, por ser interligada ao Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense também sofreu alterações diante da Reforma Pereira Passos, que alterou a logística do centro da capital do Estado:

A dinâmica e as exigências do modo de produção capitalista na cidade do Rio de Janeiro influenciaram no desenvolvimento da baixada fluminense assim como a baixada também repercutiu nos rumos da cidade. Até meados do século XX, o município de Duque de Caxias era um espaço rural que se urbanizou levando em conta três elementos: cortiço, estrada de ferro e indústria. Essa tríade representa o fenômeno do “bota a baixo” (cortiço) e a necessidade da classe trabalhadora de ocupar outras regiões que não as do centro da cidade; o progresso técnico dos transportes, a criação da estrada de ferro Leopoldina Railway como meio de trânsito de mercadorias e pessoas ocupada pelos subúrbios em seu entorno; e, a industrialização a partir dos anos de 1930. (MOISÉS, 2018, p.40).

Rocha (2016) relata que a partir do século XX, há um crescimento demográfico acentuado na região de Duque de Caxias, o que aprofundou alguns problemas de infraestrutura e saneamento já existentes e abandonados no passado, conforme citamos anteriormente. A abertura da Rodovia Washington Luís, em 1928, e a instalação de diversas empresas na cidade, levou à prosperidade de Duque de Caxias, mas manteve duas contradições: ascensão econômica da cidade X acentuada pobreza da população.

Por volta dos anos de 1950 e 1960 a população de Caxias chegou a marca de 100 mil habitantes, fato que se deve a instalação da Refinaria de Petróleo Duque de Caxias (REDUC) e da Fábrica Nacional de Motores (FNM), trazendo um grande progresso ao desenvolvimento local.

Moisés (2016) refere que a expansão da malha urbana somada à implantação de algumas fábricas e indústrias aprofundou a dependência centro-periferia, tornando Duque de Caxias uma grande periferia do Rio de Janeiro:

Um dos principais atributos do município de Duque de Caxias é contribuir no abastecimento externo (dentro e fora do Brasil). A particularidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil fez com que a Baixada, sobretudo, Duque de Caxias também se reproduzisse de modo desigual e combinado no âmbito das relações sociais de produção, cumprindo, “o papel de periferia da periferia da cidade do Rio de Janeiro”. (MOISÉS, 2018, p.42).

A Baixada Fluminense foi se tornando uma grande fonte de acumulação capitalista e passou a ter muita importância devido a sua localização estratégica, pois virou área de passagem obrigatória. Com seus rios, estradas foram se abrindo, assim como, a ferrovia para um maior escoamento das produções e mercadorias.

Diante da transformação da cidade em uma Periferia urbana da Capital do Rio de Janeiro, autores destacam diversos acontecimentos que marcaram esse boom populacional no período entre 1930 a 1964, dentre eles estão:

o loteamento das antigas propriedades rurais sem planejamento urbanístico, resultando em construções por seus moradores sem o mínimo de infraestrutura frente a uma aparente indiferença estatal; o fluxo pendular dos trabalhadores (cidade dormitório); conformação da elite política local; os movimentos de resistência dos camponeses frente aos despejos e o estouro da revolta popular.(MOISÉS, 2018, p.42).

Desta forma, presencia-se mais uma vez a ausência estatal na configuração e transformação da cidade. A partir dos anos 1960, o município passa a ser considerado área de segurança nacional, justificado a partir dos altos índices de violência e criminalidade na região, trazendo a necessidade de inúmeros “Tenórios” na sociedade.

Para Brotto (2013) o município perdeu parte de sua autonomia e retrata uma cultura política local baseada na cultura do medo, do clientelismo, autoritarismo e centralização de poder. Representando a figura de Tenório Cavalcanti, conhecido como “o Homem da Capa Preta”, ele foi um político importante para o município de Duque de Caxias e muito conhecido por sua agressividade, o que deixou uma tradição na política, em especial na administração pública local.

Verifica-se que Duque de Caxias sempre combinou avanço econômico com intensificação da pobreza, bem como, criminalização e assistencialismo como modalidade de respostas as expressões da questão social, aliando repressão e violência. O abandono do

Estado e o poder político, também agravaram o crescimento desordenado da cidade e propiciaram o crescimento de práticas coronelistas, da benemerência e a política do favor.

Atualmente, Duque de Caxias é considerada a cidade com maior densidade populacional da Baixada Fluminense, estimada em 929.449 de habitantes, conforme os dados do IBGE (2022).

De acordo com o IBGE, em 2019 o PIB per capita da cidade era de R\$ 49.296,96, ocupando a posição de 23º lugar no Estado do Rio de Janeiro e em 463º lugar, em relação ao Brasil. No que tange ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o município alcançou em 2000 o valor de 0,753, o 56º lugar no estado do Rio de Janeiro e em 1796º, no Brasil.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Departamento de Comércio Exterior da Câmara de Comércio e Indústria do Estado do Rio de Janeiro (Caerj), o município de Duque de Caxias foi o que obteveem 2006, os índices mais altos em volume de exportação, cerca de US\$ 6,16 bilhões, dentre os municípios do Estado, alcançando o segundo lugar no Brasil nesta categoria – perdendo a posição somente para São Paulo, que exportou US\$ 7,15 bilhões.

De acordo com a pesquisa acima, Duque de Caxias superou o resultado de 2005, em 57,39% e, em 2006, chegou ao saldo de US\$ 5,65 bilhões. Dentre as cidades brasileiras melhor posicionadas no ranking do PIB, Duque de Caxias se manteve entre as 10 primeiras, segundo o IBGE, e em 2003 atingiu a 9ª. posição do mesmo ranking, caindo para a 10ª. posição em 2004, mas obteve um dos melhores ganhos na relação com o PIB do país.

É intrigante a posição desproporcional em relação a outros municípios do país, no que tange a arrecadação do PIB e o índice IDH atingido pelo município de Duque de Caxias. De acordo com o site da Câmara Municipal de Duque de Caxias (2022), a maior parte das arrecadações provém do ICMS e da refinaria de petróleo, além das inúmeras indústrias petroquímicas e metalúrgicas localizadas na cidade.

A presença de indústrias de petróleo, gás e setores da metalurgia, da produção têxtil e de plástico, além da diversidade do mercado comercial presente, faz de Duque de Caxias um dos municípios que mais produz empregos. No entanto, grande parte da sua população vive em condições de vulnerabilidade social. Rocha (2016) demonstra dados do IBGE em 2013, revela que 53,53% da população local já se encontravam em estado de pobreza.

De acordo com dados do Observatório Geográfico de América Latina (2003), ainda que a refinaria de petróleo instalada na região seja responsável pela arrecadação de mais de 50% do PIB municipal, colocando Duque de Caxias no rol das principais economias nacionais, há disparidades que precisamos refletir, como por exemplo, as desigualdades na distribuição de renda e do mercado de trabalho local.

O mapeamento realizado pelas empresas, divulgado pelo Observatório, citado, a principal empresa petroquímica da região, desde os anos 1960 é a Reduc, a principal geradora de empregos na cidade. Contudo, ela emprega 70% da força de trabalho oriunda de outros locais, como Niterói e Rio de Janeiro, ocasionando um impacto negativo para a economia local, refletindo este mesmo método nas empresas terceirizadas, que estão distribuídas neste território. Parte dos trabalhadores terceirizados são também contratados fora de Duque de Caxias, mas a maioria dos trabalhadores é empregada em outros municípios.

No que se refere a política de assistência social local, ainda que necessariamente pautada na Constituição Federal de 1988, há que se ressaltar que permanece no município a lógica dos favores, da benemerência e do assistencialismo.

De acordo com Mota (2010), a assistência social ocupa uma arena de tensões e de contradições para a sua efetivação como política da seguridade social, ainda permeada pela relação com as bases de seu fundamento. Essa política ainda é utilizada por políticos locais como forma de se manterem no poder.

### **2.3 O Sistema Único de Assistência Social em Duque de Caxias: caracterização do local de pesquisa**

A Política de Assistência Social em Duque de Caxias segue os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (2004) e os preceitos do Sistema Único de Assistência Social (2005), tendo sido regulamentada pela Lei N° 3.167 de 05 de julho de 2021. que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Município de Duque de Caxias, dando outras providências.

Buscando consolidar a rede socioassistencial, conforme preconizado na PNAS (2004), o município de Caxias estabeleceu os seguintes princípios e diretrizes:

Art. 4º A Política Pública de Assistência Social de Duque de Caxias reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I – universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;
- II – gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35 da Lei Nacional nº 10.741, de 10 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- III – integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de um conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

- IV- intersectorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos e do Sistema de Justiça;
- V – equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;
- VI – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- VII – universalização dos direitos sociais, a fim de tomar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- VIII – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IX – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas, rurais e grupos tradicionais específicos;
- X – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão;
- XI – defesa incondicional da liberdade, da dignidade da pessoa humana, da privacidade, da cidadania, da integridade física, moral e psicológica e dos direitos socioassistenciais;
- XII – defesa do protagonismo e da autonomia dos usuários e a recusa de práticas de caráter clientelista, vexatório ou com intuito de benesse ou ajuda;
- XIII – respeito à pluralidade e diversidade cultural, racial, socioeconômica, política, de gênero e religiosa; e
- XIV – combate às discriminações etárias, étnicas, de classe social, de gênero, por orientação sexual, por deficiência, dentre outras.

Das Diretrizes:

Art. 5º O Sistema Único da Assistência Social de Duque de Caxias, tomando como parâmetro o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), organiza-se com base nas seguintes diretrizes:

- I – descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de gestão;
  - II – participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
  - III – primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;
  - IV – matricialidade sociofamiliar;
  - V – garantia da convivência familiar e comunitária como pressuposto dos serviços, programas e projetos;
  - VI – cofinanciamento partilhado dos entes federados;
  - VII – territorialização; e
  - VIII – fortalecimento da relação democrática entre Estado e Sociedade Civil.
- (BRASIL, LEI N. 3.167 DE 05 DE JULHO DE 2021.)

A referida PNAS (2004) inicia a efetivação da Política de Assistência Social como direito a todo cidadão que dela necessitar e como dever do Estado, conforme materializado no texto da Constituição Federal de 1988, buscando incorporar as necessidades da população brasileira e a responsabilidade dos governos sobre elas. Essa política exige que as provisões assistenciais sejam pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado,

ao qual cabe garantir a universalização da cobertura e de direitos, assim como, o acesso aos serviços, programas e projetos sob sua incumbência.

Deste modo, a inserção da Política de Assistência Social na Seguridade Social, também ganha um viés de Proteção Social, que articulada a outras políticas sociais responsáveis por promoverem condições mais dignas de vida aos indivíduos.

De acordo com a PNAS (2004, p.29) a proteção social é entendida como:

as formas “institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. (...) Neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades”.

Sendo assim, constituem-se garantias da proteção social: a segurança da acolhida, segurança de sobrevivência e segurança de convívio ou vivência familiar. A segurança de acolhida está entre as de maior prioridade, pois é ela que opera com provisão das necessidades humanas, como o direito à alimentação, ao abrigo e ao vestuário.

Cabe ressaltar, que a PNAS (2004) reflete que nem sempre os indivíduos conseguem manter por toda sua vida, autonomia de prover suas necessidades básicas e que em algum momento, como na infância ou na velhice ou por ocasião de uma deficiência ou em decorrência de desastres naturais, possam ter que recorrer a esta proteção afiançada.

A segurança de sobrevivência consiste na garantia de que todos os sujeitos tenham uma forma monetária de garantir o seu sustento, independente das suas limitações para a atividade laboral. Refere-se com mais frequência às pessoas com deficiência, famílias numerosas, idosos, desempregados e famílias que em geral não obtêm suas condições básicas para reprodução social, em condições de dignidade.

A segurança de convivência familiar é a que se destina a não aceitação de nenhuma situação de perda das relações, reclusão ou barreiras relacionais, que em geral são criadas por questões sociais de discriminação, individuais ou grupais que envolvem intolerâncias e inaceitações. (PNAS, 2004).

As seguranças afiançadas estão divididas em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. A proteção social básica (PSB) visa prevenir as situações de risco e o rompimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de desenvolvimento das potencialidades, assim como, das aquisições do território. Está destinada

aos sujeitos que vivem em situações de vulnerabilidade social, decorrentes da pobreza, fragilização de vínculos ou privações, que podem envolver desde a ausência de renda até discriminações por questões de gênero, raça ou deficiência.

Segundo a PNAS (2004), é na proteção social básica que são desenvolvidos:

os serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais, compõem a proteção social básica, dada a natureza de sua realização. (PNAS, 2004, p.32).

Os serviços ofertados pela Proteção Social Básica são executados diretamente nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Estes são “uma unidade pública estatal de base territorial, localizados em áreas de vulnerabilidade social” (PNAS, 2004, p.33). O CRAS executa, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais, como prevê a política de assistência social, atuando também com as famílias e indivíduos em seu âmbito comunitário, com o objetivo de acompanhar o convívio sociofamiliar e comunitário, assim como, prestar orientações e encaminhamentos às famílias e indivíduos, para as demais políticas sociais intersetoriais, vislumbrando a garantia de direitos.

É no CRAS que se desenvolve o Serviço de Atenção Integral às Famílias (PAIF). De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) o PAIF visa apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

De acordo com a PNAS (2004, p.33) esse trabalho com as famílias deve:

considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado.

Os CRAS ainda devem ofertar serviços que envolvam a proteção dos membros familiares e potencializem a família como unidade de referência, buscando fortalecer seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o

acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho, tais como:

Programa de Atenção Integral às Famílias.  
Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza. • Centros de Convivência para Idosos.  
Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças.  
Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.  
Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.  
Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos. (PNAS, 2004, p.34).

Na Proteção Social Especial (PSE) os atendimentos são reservados àquelas famílias e indivíduos que se encontram em situação de riscos social e pessoal, estão geralmente associados a “ocorrência de abandono, maus tratos físicos ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil” (PNAS, 2004, p. 35).

Na PSE, os indivíduos ou famílias alvo dos atendimentos são os que tiveram seus direitos violados ou ameaçados, ou de algum modo a convivência familiar tornou-se prejudicial ao seu desenvolvimento e integridade. Destina-se com mais frequência às crianças, aos adolescentes, aos jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência e às pessoas em situação de rua.

Suas atividades se dão nos Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), quando se trata de questões em que os indivíduos tiveram seus direitos violados, porém sem romperem seus vínculos familiares e comunitários. São ações prioritárias:

Serviço de orientação e apoio sociofamiliar.  
Plantão Social.  
Abordagem de Rua.  
Cuidado no Domicílio.  
Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência.  
Medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA). (PNAS, 2004, p.36).

A política de assistência social em Duque de Caxias está lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), sob a gestão do Secretário de Assistência Social Janyr Menezes e a subsecretária Aline Ferreira.

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, a unidade da Assistência Social selecionada foi a PSB, pois é o local em que a autora deste projeto desenvolve suas atividades de trabalho, como Técnica em Gestão do Suas I – Assistente Social.

Sendo assim, salienta-se que o município de Duque de Caxias conta com um total de 11 CRAS e de 3 CREAS. A pesquisa se dará no CRAS Centenário e no CRAS Jardim Gramacho, ambos localizados no primeiro distrito desta cidade, como espaços sócio-ocupacionais desta autora.

O Cras Centenário está localizado próximo a região central da cidade de Caxias, e tem uma população estimada em aproximadamente 22 mil habitantes, segundo último Censo do IBGE, em 2010. A região atende ainda a Comunidade do Complexo da Mangueirinha, uma das regiões com maior número de pessoas em situação de vulnerabilidade social, atendidas pelo CRAS Centenário e com altos índices de violência urbana.

Atualmente, no Cras Centenário estão cadastradas 5.000 mil famílias, onde cerca de 500 são acompanhadas mais sistematicamente pela equipe do equipamento referido, através do PAIF e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Os usuários que mais utilizam os serviços do Cras são as mulheres. Estas mulheres vivenciam diversos tipos de vulnerabilidades, sobretudo, porque a localidade é dominada pelo tráfico local de drogas, além da questão da pobreza e ausência de infraestrutura. Neste contexto, esta pesquisa buscou através da Equipe Técnica atuante na localidade do Cras Centenário apreender as vulnerabilidades mais enfrentadas por estas usuárias.

O CRAS Jardim Gramacho fica localizado às margens da Baía de Guanabara e da Rodovia Washington Luiz, é um bairro popularmente conhecido pelo Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, que foi desativado no ano de 2012.

Contudo, os maiores usuários do CRAS Jardim Gramacho são os catadores de recicláveis oriundos do Aterro Sanitário – popular Lixão. Eles vivem em condições inadequadas de saneamento básico e em situação de extrema vulnerabilidade social. Algumas regiões desta abrangência, também convivem com o poder do tráfico de drogas.

Atualmente, no Cras de Jardim Gramacho estão cadastradas cerca de 6000 famílias, dentre as quais, aproximadamente 400 são acompanhadas pelo PAIF e SCFV, neste território, através da política de assistência social do município. Da mesma forma que o Cras Centenário, a população mais recorrente nos serviços do Cras Jardim Gramacho são as mulheres que frequentam o Grupo de Mulheres do PAIF e do SCFV, em torno de 25 mulheres.

As usuárias apresentam diversas questões envolvendo as expressões da questão social, e utilizam os serviços do Cras como forma de minorar essas situações e os impactos familiares, haja vista que as mulheres são maioria responsáveis únicas pelo provimento do domicílio.

Em muitos atendimentos ou no decorrer das atividades prestadas nas oficinas e grupos do PAIF e SCFV, as usuárias do Cras Jardim Gramacho referem que os utilizam como forma de cuidar da própria saúde ou até de acessar os serviços do Sistema Único de Saúde, através de encaminhamentos propostos pela Equipe Técnica.

Outras usuárias do grupo referem que se sentem pertencidas ao Cras e ao grupo que frequentam, pois é onde se espelham e compartilham suas questões pessoais e angústias cotidianas com outras pessoas, além da rede familiar. Elas também relatam que as oficinas prestadas auxiliam de algum modo a buscar uma renda extra, fora o benefício de transferência de renda a que têm direito. Algumas mulheres mantêm frequência no grupo pelo acesso prático aos benefícios eventuais (cesta básica), bem como, às atividades culturais que periodicamente, são promovidas pela Secretaria de Assistência Social do município.

O cotidiano de mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social é atravessado por dificuldades que afetam todas as áreas de sua vida, principalmente, no que tange as questões relacionadas a saúde, tanto em seu aspecto físico quanto psíquico. Essas mulheres são consideradas uma parcela vulnerável da população, pois além de sofrerem as consequências de “ser mulher” em uma sociedade patriarcal, grande parte delas vive em contextos diversos de violências, convivendo com situações de fome e miséria, falta de moradia ou moradia em condições sanitárias e familiares inadequadas, onde inclui pouco acesso a rede de saúde, educação, cultura e lazer.

Esse contexto social favorece riscos de desenvolvimento de doenças, bem como, a falta de autonomia e controle das mulheres em suas atividades laborativas, relações interpessoais e nos espaços coletivos. Desta forma as mulheres ficam subjugadas e submissas aos serviços ofertados pelo Estado, como forma de garantir sua sobrevivência e a de seus filhos, tais como os ofertados pela Política de Assistência Social.

### **CAPÍTULO 3 – GÊNERO, RENDA E POBREZA**

Neste capítulo procurou-se situar a discussão sobre gênero, renda e pobreza, de forma a tornar mais clara a complexidade que envolve as mulheres usuárias dos equipamentos de assistência social dos Cras em foco na pesquisa, diante das condições mais agravadas pela Pandemia de Covid-19.

Entendemos que essas condições são estruturalmente determinadas pelo capitalismo, em seu caráter de superexploração da força de trabalho feminina e que os níveis alcançados dependem da relação de dependência, que historicamente estão situados os países da América Latina, numa relação com o caráter periférico e desigual do modelo de desenvolvimento mundial.

A violência estrutural está naturalizada e oculta nas estruturas sociais, pois tem sua gênese em instituições e estruturas organizadas de poder, que se expressam em sistemas de injustiças, explorações e opressões dos sujeitos. (MINAYO, 2008).

Ressaltamos que as mulheres estão mais expostas e vulneráveis a algumas situações de violência, principalmente quando pertencentes às classes populares, em condições de pobreza e desemprego. Salientamos ainda que devido a fatores de desigualdades, expressões da questão social, racial e de gênero, os indivíduos sofrem o impacto direto em suas formas de emancipação, em especial as mulheres negras.

É no quadro do desenvolvimento do capitalismo, tipicamente dependente e contraditório, que a questão social mais se agudiza, impedindo uma progressiva humanização da classe trabalhadora, como o acesso à educação, à saúde, à segurança física e alimentar.

As relações de gênero e de discriminações, também estão imbricadas neste contexto, sobretudo, por afetarem as condições de vida e saúde das mulheres em suas múltiplas formas de violência que recaem sobre elas.

Deste modo, é necessário contextualizar o debate a partir das questões de gênero e da forma como essa violência estrutural vem se consolidando. A violência contra as mulheres é embasada em construções hierárquicas de poder, em que historicamente as mulheres aparecem em posições de inferioridade em relação aos homens e subjugadas ao seu poder, seja no âmbito familiar, seja em toda a sociedade.

Para discutir esse fenômeno é necessário entender as condições que levaram as mulheres ao quadro de violações constantes de direitos, buscando-nos pontuar as questões de gênero.

Para Medeiros (2018), há um consenso de que o gênero é a construção social do feminino e do masculino. Consolida-se assim uma polarização binária entre homem x mulher, entre o universo masculino e o feminino, categorizando desta forma uma perspectiva de análise baseada em suas diferenças. (FARAH, 2004).

Segundo Medeiros apud Sorj (2018), gênero vai se caracterizar como “um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações (...) envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social”. (MEDEIROS APUD SORJ, 2018, p.14).

Sobre a organização da sociedade percebe-se que ao longo da história ela caminha promovendo as desigualdades de gênero, colocando a mulher como mero coadjuvante numa relação de subserviência. Rago (1985) nos traz uma reflexão sobre a colonização da mulher e a construção de um padrão ideal de feminilidade, denominada de: “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”. (RAGO, 1985, p.62).

De acordo com Rago (1985) a mulher ao longo da história vem sempre sendo alvo de ações que servem a outros ou aos interesses de outros, acompanhando as novas exigências industriais e comerciais. Conforme exemplifica, diante das novas normativas impostas às mulheres do século XIX, as exigências são de uma mulher: sofisticada, frágil, soberana e vigilante. Seguindo sempre um padrão imposto pela sociedade, nessa época o seu papel estava intimamente relacionado aos cuidados:

à mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir emergência de qualquer sinal de doença ou do desvio. (RAGO, 1985, p.62).

Para esta autora fica evidente as diversas formas e diferentes caminhos que os homens, ou melhor dizendo, a sociedade, percorriam e forjavam representações simbólicas sobre as mulheres, bem como os seus papéis, de acordo com o que desejavam: as atividades domésticas, o cuidado com os filhos, o fortalecimento dos homens através de casamentos bem sucedidos e acompanhados sempre da desvalorização intelectual, profissional e política delas, além disso a repressão e opressão são destinadas sempre ao público feminino. (RAGO, 1985).

A autora Lorde (2019) explicita bem essa questão ao afirmar que uma sociedade de estrutura patriarcal somente vê como saída e único poder social para as mulheres, a maternidade. Colocando o papel social da mulher reduzido a sua natureza biológica, ou seja, voltada para a reprodução de filhos.

Desta forma, a condição das mulheres sempre esteve subalternizada aos interesses dos homens e ao seu poder e é dessa mesma forma que vão se produzindo e reproduzindo as relações sociais dominantes, naturalizando os papéis de homens e mulheres e legitimando processos de subordinação.

Para Medeiros (2018), é de igual forma que vai se

consolidando, para a mulher, a jornada extensiva de trabalho, a maior superposição de tempos e espaços nas dimensões pública e privada da vida, as menores possibilidades de investimento em qualificação, as maiores cobranças quanto à sua responsabilidade na reprodução familiar. (MEDEIROS, 2018, p.14 e 15).

Ainda de acordo com Medeiros (2018) dentre as várias expressões da desigualdade de gênero que estão enraizadas na sociedade, a violência contra a mulher é a que se desenvolve da forma mais cruel e dramática. De acordo com Farah (2004), os estudos relacionados ao gênero no Brasil datam da década de 70 e as políticas públicas sobre o tema resultaram do movimento feminista, fortalecendo-o ao mesmo tempo.

De acordo com Farah (2004) adotar o conceito de gênero para análise das relações entre homens e mulheres implica chamar atenção para as construções sociais e históricas de feminino e masculino, que se desenvolveram ao longo dos anos de forma assimétrica.

Para Farah, desde a década de 70 o conceito foi adotado pelo movimento feminista e tem sido interpretado de formas distintas, uma das correntes versa que essas diferenças são culturais e pautadas em relações de opressão. (FARAH, 2004).

Medeiros (2018) afirma que a violência de gênero é então produto das desigualdades de gênero engendradas na sociedade e que se passa num contexto de disputa de poder, se fazendo necessário o uso da força para manter a dominação patriarcal e disciplinadora.

Sobre esta questão Pougy (2007) refere que a violência de gênero “é um fenômeno social possível em um quadro de densas relações de poder estruturadas e estruturadoras de condições objetivas e subjetivas de dominação-exploração”. (POUGY, 2007, p.73).

Para a autora, a violência embora atinja o ser corpóreo da mulher através da agressão física, visa atingir simbolicamente a consciência e a subjetividade, demonstrando lugares

hegemonicamente aceitos, em que por meio dos episódios de violência “os sujeitos buscam repor um gênero ao seu devido lugar social”. (POUGY, 2007, p.73).

Percebemos então uma naturalização das relações sociais e das dinâmicas de reprodução das desigualdades de gênero, raça e etnia que permeiam a sociedade e coisificam ainda hoje a vida das mulheres sob a dominação masculina e se desdobram na violência contra as mulheres.

Referente a estas questões e com intuito de mudar a condição das mulheres na sociedade, principalmente buscando transformar as relações entre homens e mulheres, o movimento feminista vem travando intensas batalhas junto aos movimentos populares para modificar este cenário ao longo dos anos.

Para Oliveira (2014) o feminismo foi fundamental para as conquistas emancipatórias, a construção de uma sociedade mais democrática e libertação de alguns grupos sociais de opressões. O movimento questionou as raízes sócio-históricas da divisão sexista e as desigualdades de gênero, sendo inegável que desde o século XVIII as mulheres e os grupos populares levantaram bandeiras e questionaram situações que foram pouco a pouco culminando em direito para as mulheres.

Conforme Duarte (2019, p.26) houve um “áureo momento na história do movimento feminista brasileiro” que pode ser dividido em diferentes conquistas deste grupo, que vão desde a permissão para aprender a ler e escrever até os mais sólidos que culminaram em direito ao voto e a instituição do ano internacional da mulher.

Para Carneiro (2003) uma das questões que merecem maior reconhecimento ao movimento feminista brasileiro é o fato de estar desde o início, articulado às lutas populares e às lutas pela democratização do país. São memoráveis o protagonismo deste grupo social em determinadas frentes, como observa o autor exemplificando:

o protagonismo que tiveram nas lutas pela anistia, por creche (uma necessidade precípua das mulheres de classes populares), na luta pela descriminalização do aborto que penaliza, inegavelmente, as mulheres de baixa renda, que o fazem em condições de precariedade e determinam em grande parte os índices de mortalidade materna existentes no país; entre outras ações. (CARNEIRO, p.118, 2003).

Segundo Carneiro, o movimento brasileiro de mulheres é um dos mais respeitados pelo mundo, tornando-se uma referência internacional em alguns temas de interesse das mulheres.

Carneiro (2003) considera ainda que aquele foi um dos movimentos sociais de maior potência no país naquele período. Suas lutas e conquistas culminaram em encaminhamentos para a Constituição de 1988, obtendo aprovação de 80% das propostas. A autora exemplifica o fato da destituição do pátrio poder como um marco significativo para este movimento. (CARNEIRO, 2003).

Carneiro (2003) destaca mais uma contribuição desse movimento, como inovações no campo das políticas públicas, no processo de democratização do país. A autora cita a criação de órgãos voltados para o combate à discriminação das mulheres e a promoção das igualdades de gênero, como os Conselhos da Condição Feminina.

Carneiro (2003) exemplifica outras ações deste movimento: contra a violência doméstica e sexual às mulheres, resultando em um novo paradigma nas ações públicas, mudança de natureza das ações do âmbito privado para a esfera pública, demandando ações públicas específicas.

É neste sentido que a administração pública instituiu as Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres, os abrigos para as mulheres em situação de violência, e outras necessidades voltadas às políticas de enfrentamento a violência, absorvidas em diversas políticas, a exemplo da política de assistência social e de saúde. (CARNEIRO, 2003).

No entanto, percebemos ainda hoje, apesar dos avanços legais e institucionais, que as lutas das mulheres são permanentes por espaços, respeito e pelo direito a vida, sobretudo porque muitas pertencem às classes mais empobrecidas da população.

Alguns estudos, como o de Soares (2011), refletem que o cotidiano das mulheres pobres é marcado pelas mais diversas dificuldades, além de todos os papéis obrigatoriamente assumidos por aquelas que vivenciam situações de vulnerabilidade. Por isso estão juntamente com suas famílias, mais expostas a certas doenças e riscos de vida.

O aprofundamento das desigualdades sociais, segundo numerosos estudos e debates na contemporaneidade, tem contribuído para o curso de consolidação do projeto neoliberal e retomada do ciclo expansivo do capital, resultando na emergência de novas formas de enfrentamento às expressões da questão social (MOTA, 2010). Tratam-se de estratégias majoritariamente de cunho privatista, focalista e descentralizadas, levando a retrocessos sobre os direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora e às atividades ou serviços filantrópicos, muitas vezes voluntaristas.

Refletimos sobre os rebatimentos da violência estrutural na vida das mulheres, sobretudo, porque elas são as mais vulnerabilizadas em função da dominação de classe e

preconceito de gênero, que reproduzem valores patriarcais, como os mencionados anteriormente.

Esses rebatimentos podem ser observados também no controle da sociedade sobre a sexualidade, no uso da violência contra os corpos das mulheres, sua baixa participação nas ciências de maior valor, na economia e na política.

Decorre dessa hierarquização por sexo e raça, uma pauperização das mulheres, materializada na sobrecarga de trabalho, na esfera da reprodução e produção de mulheres-mães-donas-de-casa-profissionais.

Para Mota (2010) a reforma do Estado e a restauração do capitalismo possuem, além do caráter de classes, um caráter generalizado ou sexuado, pois para a autora esses processos atingem de forma desigual homens e mulheres, reproduzindo relações desiguais de gênero e divisão sexuada do trabalho.

As medidas impostas pelo capitalismo avançado, tanto em países desenvolvidos como em países periféricos, têm acarretado transformações profundas nas relações e flexibilizações do trabalho. Especialmente para as mulheres “predominam os contratos de trabalho temporários, terceirizados e informais, sem garantia de direitos trabalhistas e sociais”, o que vem causando grande impacto na composição de renda e empobrecimento das mulheres. (MOTA, 2010, p.230).

Outra consequência é o desemprego estrutural que vem aumentando o contingente de mulheres e homens no subemprego, desemprego ou trabalhadores (as) com vínculos precarizados e pauperizados, recaindo com mais veemência, na força de trabalho feminina. Sobre esta questão, a autora afirma que uma análise a partir da perspectiva de gênero, revela que este agravamento da pobreza tem afetado mais diretamente as mulheres da classe trabalhadora e subalternas, principalmente as que ocupam as camadas mais empobrecidas, chegando a caracterizar uma feminização da pobreza. (MOTA, 2010)

Soares (2011) ressalta que o conceito de feminização está sendo utilizado para a execução e formulação de políticas públicas focalizadas em mulheres, principalmente, mulheres pobres. Conforme observado pela autora, a feminização da pobreza surgiu em 1978, nos EUA, justificada pela ausência de um homem-provedor no núcleo familiar, o que culminava no aumento de famílias chefiadas por mulheres.

Este fenômeno provoca um aumento significativo da inserção das mulheres no mercado de trabalho, articulado aos efeitos da crise econômica, que leva aos cortes neoliberais sobre a vida e o trabalho das mesmas. No caso do Brasil, a partir da década de 1970, no

período que compreende a ditadura militar (1964-1986), consolida-se o crescimento da indústria brasileira e por consequência, o crescimento em mais de 50% do emprego feminino no setor informal.

Soares (2011, p.3) afirma que a situação de empobrecimento feminino vai além da ausência da figura masculina como provedor da família. Está mais relacionado “ao fato das mulheres se posicionarem em postos de trabalho mais precarizados e com menores rendimentos”. A autora argumenta que:

nos últimos dez anos, ocorreu uma ampliação do trabalho remunerado das mulheres, nos setores formais e informais. Isso foi acompanhado de degradação e precarização desses empregos, através da flexibilização e terceirização do trabalho, da ‘desregulamentação’ das leis trabalhistas e sindicais, da ampliação do mercado de trabalho informal, bem como, do aprofundamento da desigualdade e do desemprego.(SOARES, 2011, p.3).

Soares (2011, p.3) identifica que alguns grupos de mulheres durante o processo de empobrecimento, estão mais vulneráveis, tais como “as mães solteiras, as mulheres indígenas, negras e as lésbicas”.

Hirata (2001) corrobora com esta visão ao referir em sua obra que é notável o crescimento da participação das mulheres na economia. No entanto, há que se considerar que estes postos de trabalho estão mais voltados para atividades precárias e vulneráveis, sobretudo no que se refere a condição das mulheres na Ásia e na América Latina. Para a autora,

trata-se de um dos paradoxos da globalização, este aumento do emprego remunerado acompanhado pela sua precarização e vulnerabilidade crescentes. Pode-se dizer que as desigualdades de salários, de condições de trabalho e de saúde não diminuíram, e que a divisão do trabalho doméstico não se modificou substancialmente, a despeito de um maior envolvimento nas responsabilidades profissionais por parte das mulheres. (HIRATA, 2001, p.144).

A propósito, Mota (2010) observa que a partir de 1990, as Nações Unidas denunciaram que a pobreza era a principal causa de morte na América Latina e dentre os grupos mais prejudicados estavam as mulheres, responsáveis em 40% pelo sustento de suas famílias.

As autoras acima mencionadas mostram que estas famílias foram afetadas pelas políticas de ajustes e pela reestruturação do capital, contribuindo para o aumento da divisão sexuada e generizada do trabalho, uma vez que homens e mulheres são empregados em condições desiguais. A segregação ocupacional de gênero continua presente e os salários femininos chegam a ser 60% mais baixos do que no caso dos homens.

Há uma discrepância nas ocupações femininas, refletindo que o estado capitalista se apropria gratuitamente do trabalho feminino, uma vez que elas se ocupam da reprodução social, assumindo, desde a infância, as tarefas domésticas e o cuidado com a família.

A força de trabalho feminina, tanto no âmbito privado quanto na esfera pública, é desvalorizada e não reconhecida. No entanto, com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, as atividades domésticas são incorporadas aos serviços mercantilizados, porém de baixos valores. (MOTA, 2010).

Os ajustes econômicos desencadearam não apenas o aumento da pobreza, como também, atingiram as políticas sociais, através de sua focalização no atendimento aos setores mais empobrecidos da classe trabalhadora. As famílias na condição de extrema pobreza, em busca de subsistência, recorrem necessariamente, à política de assistência social.

Esse quadro de pauperização dos trabalhadores aumenta a demanda por benefícios e serviços sociais públicos, sobretudo nos equipamentos da política de assistência social, que por sua vez e sob a ótica do Estado, principal vetor da crise, respondem cada vez mais, às reivindicações dessa classe, por meio de ações temporárias, focais e compensatórias para “os mais pobres entre os pobres”. (ARRAZOLA, 2010, p.239).

No que tange aos beneficiários da política de assistência social, a maioria dos usuários cadastrados ou frequentadores dos grupos do Cras Jardim Gramacho e do Cras Centenário, são as mulheres, juntamente com os seus filhos. Em relação a este debate, autores como Mota (2010) e Arrazola (2010) referem que a política de assistência social, concretizada pelos programas de renda mínima, Auxílio Brasil no Governo Bolsonaro, atribui a família um lugar central na proteção social.

Para Arrazola (2010) essa centralidade na família que recai sobre a mulher, já ocupa uma posição desigual e naturalizada na divisão sexual do trabalho, a mulher-mãe-esposadona-de-casa é responsável pela reprodução social do grupo doméstico. Com a crise fiscal do Estado, houve redução dos gastos sociais em políticas sociais e serviços sociais à população, sobrecarregando-as ainda mais com as responsabilidades familiares.

Desse modo, desde 1990, os programas da política de assistência social passaram a ter centralidade na família, sobretudo os de transferência de renda, dando ênfase na participação da família-mulher, como público prioritário.

Neste debate, Arrazola (2010) chama a atenção para a necessidade de considerar-se que a inserção feminina na assistência é uma “estratégia ideopolítica e econômica do estado,

na medida em que se constitui num meio de racionalizar e focalizar programas sociais e iniciativas que deveriam ser públicas e universais.” (ARRAZOLA, 2010, p.242).

O Estado exige dessas mulheres responsabilidades e atividades que interferem diretamente no desenvolvimento e êxito dos programas ofertados pela política de assistência social, sobretudo, os que garantem para as famílias uma renda mínima, através de benefícios.

Cabe então, às mulheres-mães-donas-de-casa, monitorar e cumprir as condicionalidades dos programas, o acompanhamento, o desempenho e a frequência dos filhos na escola e na rede de saúde. Ou seja, mais uma vez utilizam-se de competências de gênero, tradicionalmente identificadas como naturais e inerentes às mulheres.

Observamos deste modo, que os retrocessos democráticos se constituem no seio das políticas sociais, afetando diretamente as famílias mais pobres e sendo geridas por categorias profissionais, cada vez mais desvalorizadas, como são as trabalhadoras do Serviço Social, vinculadas ao SUAS.

No capítulo seguinte, desenvolveremos as situações apreendidas com as mulheres objeto desta pesquisa e quais foram as suas percepções sobre os questionamentos realizados sobre as suas experiências e realidades.

## **CAPÍTULO 4 – AS MULHERES TRABALHADORAS DO CRAS JARDIM GRAMACHO**

Reservamos este capítulo para refletirmos e demonstrarmos os dados coletados sobre as mulheres que compõem o público prioritário de ações desenvolvidas e acompanhadas pelo Cras Jardim Gramacho, principalmente, as que fazem parte do SCFV e PAIF.

O bairro do Jardim Gramacho é localizado no 1º distrito de Duque de Caxias, próximo a Rodovia Washington Luís (BR-040) e as margens da Baía de Guanabara, segundo o Ibase (2022) até o ano de 1970, o bairro era conhecido como um local que se configuravam lindas paisagens e conhecida por suas casas de veraneio e férias. Situação que iria mudar alguns anos depois.

O levantamento realizado pelo Diagnóstico Social Participativo deste bairro, em 2022, refere que a maioria dos moradores e militantes consultados para a elaboração do diagnóstico participativo relatam que a história do Jardim Gramacho se divide em 3 momentos: “o Jardim Gramacho antes da instalação do Aterro Metropolitano, durante o funcionamento do Aterro Metropolitano e o período iniciado com o fim do funcionamento do Aterro”. (IBASE, 2022, p.34).

Para eles, a transformação do bairro se inicia com a construção de um conjunto habitacional, composto por mais de 270 casas, realizado pela Companhia de Habitação do Rio de Janeiro (COHAB-RJ), que até os dias de hoje dá nome a uma das regiões do bairro.

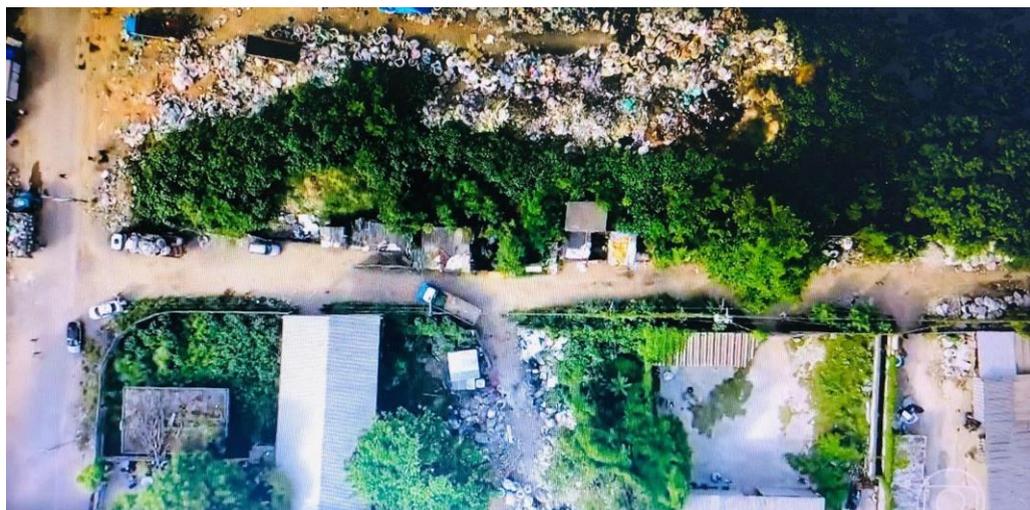
O bairro do Jardim Gramacho é subdividido em regiões, de um lado, uma parte formal do local conta com serviços melhores de infraestrutura, contemplados com saneamento básico, energia elétrica, coleta de lixo, água encanada, entre outros, faz parte dessa região: o Conjunto Habitacional (COHAB), Morro do Cruzeiro, Triângulo e o Morro da Placa. Salientamos que o Cras fica localizado nesta região.

Do outro lado, há uma parte do bairro mais precarizada, em que não há saneamento básico, ruas sem asfalto, em que os moradores denunciam uma série de ausência de serviços básicos como energia elétrica, acesso a água e aos serviços públicos que foram instalados na área “nobre” do Jardim Gramacho. Essa região abriga as comunidades de: Maruim, Chatuba, Favelinha, Rampinha, Beco do Saci, Beco do Bosta, Favela do Esqueleto, Parque Planetário e Remanso. E que ficavam mais próxima do local do Aterro Metropolitano e onde habitam muitas das usuárias do Cras Jardim Gramacho.

Vale destacar que as informações aqui descritas nos permite compreender e situar no tempo e espaço de que local essas pessoas se colocam e como é precário este bairro, Duque de Caxias é um dos maiores municípios do Rio de Janeiro tanto em população quanto em produção de riqueza como já mencionado em capítulos anteriores, contudo há uma distribuição muito desigual de sua arrecadação e o bairro de Jardim Gramacho nesse contexto é considerado uma região muito pobre de Caxias, onde a maioria de seus moradores se encontra fora do mercado formal de trabalho e realizando atividades de catadores de recicláveis.

Ainda sobre algumas características locais do bairro:

no bairro há cerca de dezesseis ruas oficiais e asfaltadas, existindo mais de trinta e duas sem asfalto. Além de se contabilizar dezesseis ruas pertencentes à ocupações clandestinas mais recentes, que ainda não foram registradas oficialmente pelo Município de Duque de Caxias. 77% dos domicílios são abastecidos pela rede oficial de água, 71% pela rede oficial de esgoto, 98% têm luz elétrica e 85% destinam seu lixo à coleta pública. Nestas informações, destaca-se que 14% dos domicílios que não são atingidos pela rede oficial de esgoto, lançam-no a céu aberto, enquanto os outros 15% o fazem em fossas. (XEREX, 2013, p.20).



Fonte: [www.g1.com](http://www.g1.com)

As mudanças advindas com a implantação do Aterro Metropolitano, segundo o Ibase (2022), trouxe um aumento da população local, bem como, de comércios e alguns serviços básicos como saúde, educação e assistência.

A maior transformação, no entanto, veio com a instalação do Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho (o Lixão). Com a inserção do Lixão no bairro, as mudanças foram marcadas pelo contingente de pessoas que passaram a transitar e residir no bairro, ainda que de forma precária, em busca de trabalho e sobrevivência.

De acordo com o diagnóstico participativo:

a instalação do Aterro Metropolitano não apenas alterou as dimensões geográficas do território com o aumento descontrolado da população, mas também impactou a organização social ali existente, com a instalação de diversas empresas ligadas a indústria da reciclagem. Cada empresa utiliza o território em função dos seus fins próprios e exclusivamente em função desses fins. (IBASE, 2022, p.35).

O Aterro foi estabelecido em 1976, resultado de diversas negociações entre a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana (FUDREM), que discutiam a responsabilização e o recebimento na cidade, de resíduos sólidos gerados em grande parte pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A área foi degenerada, explorada intensamente e, sem receber tratamento adequado os resíduos, eram depositados no solo, invadindo a Baía de Guanabara e o Manguezal. O local que era para ser um Aterro Sanitário virou um Lixão a céu aberto, atraindo inúmeros catadores, que inicialmente frequentavam o Aterro de forma desordenada.

Com a chegada de algumas operadoras e cooperativas de materiais recicláveis, bem como, de lideranças locais, houve algumas divisões sobre a exploração dos materiais despejados na localidade.

Realizado um panorama sobre a localidade em que estamos inseridas, a seguir trataremos dos dados levantados. Para a execução desta pesquisa realizamos: uma entrevista semi-estruturada que contou com perguntas abertas e fechadas, divididas em blocos. Foram entrevistadas 8 mulheres que participam do acompanhamento proposto pela Equipe do Cras.

Para análise dos dados, elegemos alguns eixos de análise. Na primeira seção, apresentamos os dados de identificação dessas mulheres, o que nos permitiu traçar um perfil social segundo as condições socioeconômicas, moradia, composição familiar e acesso à saúde.

Na segunda seção, abordamos de que forma as mulheres identificam as violações de direito sofridas por ela, como a questão da pobreza e as violências em suas múltiplas formas. No terceiro ítem deste capítulo, trabalhamos sobre o impacto das vulnerabilidades sociais na saúde das entrevistadas e suas percepções sobre as maiores questões de saúde desenvolvidas a partir do contexto socioeconômico no qual vivem e enfrentam.

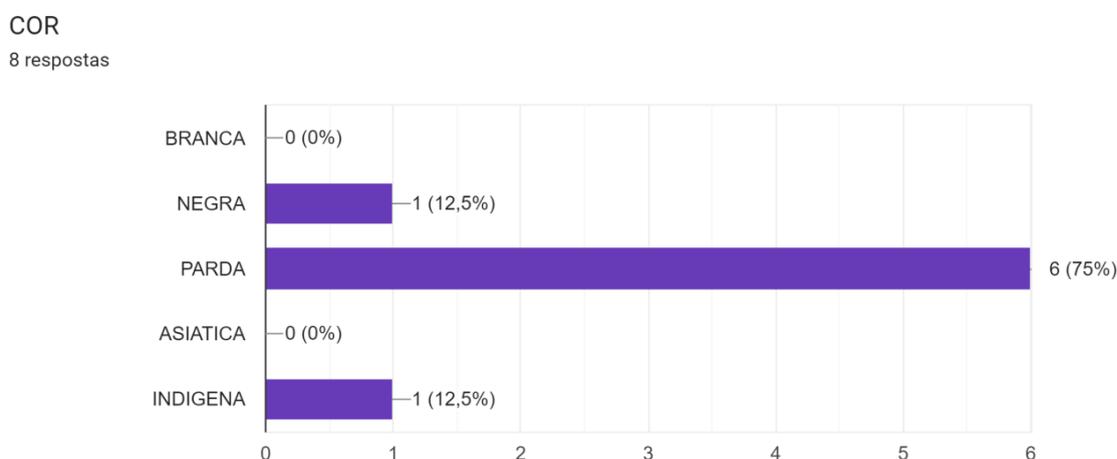
No último quesito, buscamos categorizar as respostas do Estado enquanto política pública para as questões levantadas, no sentido de superar esta condição ou dirimir suas situações de vulnerabilidade; quais foram suas percepções de mudanças através do poder

público, se tiveram alguma participação e o que fariam para melhorar a situação de mulheres que vivem nas mesmas condições, no Jardim Gramacho.

#### 4.1 Eixo de análise 1 - : Informações Gerais – Identificação

Neste eixo de análise abordaremos questões gerais sobre a identificação das participantes, suas condições de habitação, renda, número de filhos. No quesito, cor das entrevistadas, a maioria das mulheres se referia a cor da pele, identificando-se 75% como Pardas. Não foi questionado ou abordado a situação da ancestralidade.

**Gráfico 1 – Raça – Cor das Entrevistadas**



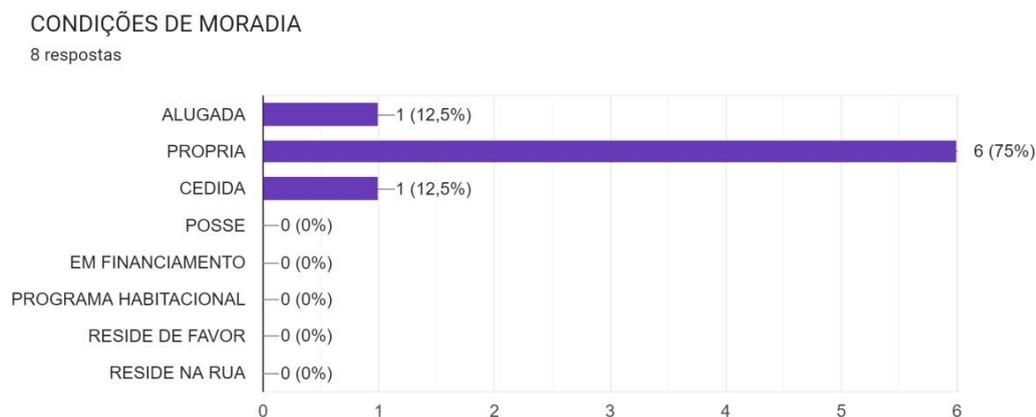
Segundo o Censo IBGE (2010) e conforme o Diagnóstico Social Participativo (2022), o bairro do Jardim Gramacho possui 40.000 mil habitantes atualmente, e 67% da população do bairro é negra, representando a maioria da população. Das 8 usuárias entrevistadas, todas residem no bairro do Jardim Gramacho, 75% delas se consideram pardas, 12,5% negras e 12,5% índigenas. Esta questão demonstra que a maioria das usuárias do Cras Jardim Gramacho são negras ou pardas.

Sobre a amostra selecionada, no que se refere a idade, as entrevistadas variavam entre 26 a 60 anos, dentre as quais 5 tinham idade entre 50 a 60 e as demais tinham: 1: 26 anos, 1 : 36 anos e 1: tinha 41 anos.

Em relação as condições de habitação e tipo de moradia, a maioria delas identifica que residem em casa ou barraco próprio, mas que nem sempre foi assim, muitas delas residiam e uma delas ainda reside em barraco de madeira. Uma das entrevistadas

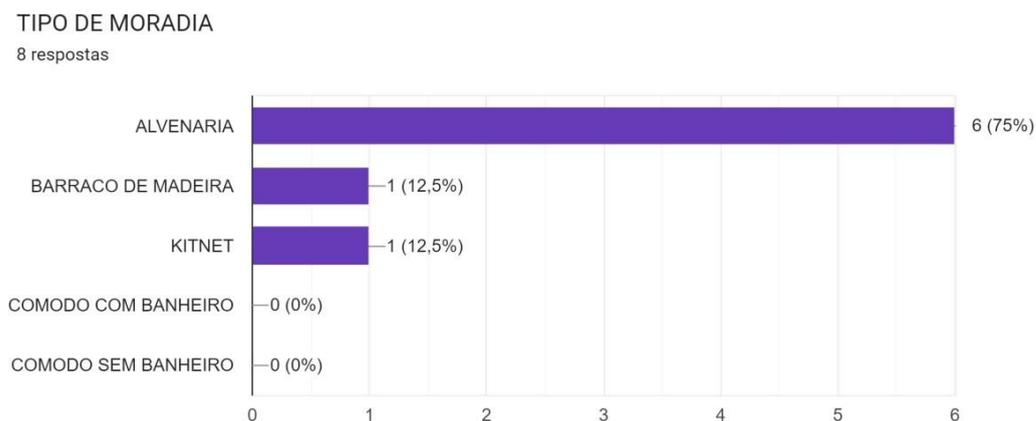
pontuou que deixou de morar nessas condições após receber ajuda da igreja, que diante da situação vulnerável que vivia, a pastora auxiliou na construção de uma casa de tijolo.

**Gráfico 2: Condições de Moradia**



Uma entrevistada que reside de aluguel refere que compromete mais da metade da sua renda com o valor do imóvel, o que faz com que busque auxílio para se alimentar na política de assistência.

**Gráfico 3: Tipo de Moradia**



Diante das questões de habitação, e perguntada para a participante que reside na casa de madeira, sobre a política de habitação, a mesma relatou que já a orientaram sobre o programa minha casa, minha vida há alguns anos, mas faz uma reflexão de que como vai

residir num local em que vai ter contas a pagar, se não consegue pagar as contas atuais e sobrevivendo apenas com valor de bolsa família.

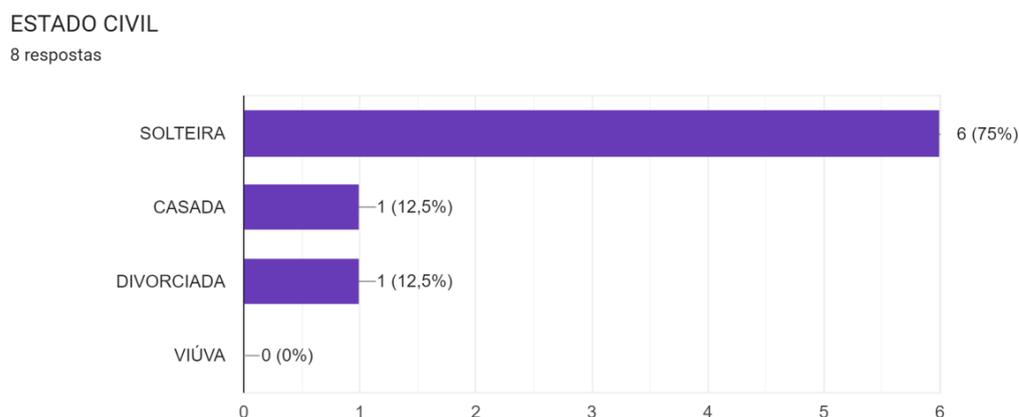
Muitas famílias deste bairro e acompanhadas do Cras também residem desta forma e salientam esta problemática da geração de mais custos para residir em lugar melhor.

O acesso a água também é outro problema apontado pelas mulheres. A maioria tem que adquirir, receber doação ou muitas vezes usar água de chuva. Este fator é mencionado no Diagnóstico Participativo do Ibase (2022) pelos moradores e lideranças locais como um dos mais apontados problemas do Jardim Gramacho, uma vez que a ausência de água potável viola o direito de muitas famílias a ter condições mais dignas de vida. Tendo em vista que a maioria delas não tem recursos financeiros para adquirir, ficam muitas vezes aguardando doação de carro pipa pelos depósitos de cooperativas que existem no bairro.

Em relação às dificuldades de acesso à água, ressalta-se que este é um dos reflexos da implantação do Aterro Sanitário que por anos e anos não tratou o solo e traz consequências até hoje para a população.

O próximo item refere-se ao estado civil das mulheres, onde 6 mulheres são identificadas como solteiras, 1 casada e 1 divorciada.

#### Gráfico 4: Estado Civil



Sobre esta resposta convém frisar que a maioria dos frequentadores do Cras Jardim Gramacho são mulheres e seus filhos, e quando perguntadas sobre a criação dos filhos e rede de apoio com eles, apenas 1 das participantes afirmou que teve apoio de vizinhas, todas as outras afirmaram que mesmo quando estavam casadas ou morando juntos criaram os filhos sozinhas.

## Gráfico 5 – Rede de Apoio Familiar com os filhos



Nas perguntas abertas, sobre a rede de cuidado com os filhos e sobre a participação masculina, algumas entrevistadas frisaram que:

“olha eu sempre criei sozinha, até porque ele dentro de casa e nada, era a mesma coisa, só vivia na rua bebendo, me batia e maltratava as crianças então pra mim ele não me serviu de nada“. Entrevistada 01

“eu considero que criei sozinha mesmo porque ele separou de mim e dos filhos também, nunca voltou pra ajudar ninguém, se não fosse a rampa (antigo lixão), que eu acordava de madrugada pra catar, meus filhos não estavam aí velhos, casados e com suas famílias “.Entrevistada 02

O fato dessas mulheres que não obtiveram rede de apoio no cuidado com os filhos e que ainda não possuem e criam seus filhos menores de idade de forma solitária, foi identificado por elas como uma das causas de sua própria baixa escolarização e ausência de oportunidades de trabalho, uma vez que, mulheres que têm filhos, sobretudo filhos menores de idade, têm menores chances de entrar no mercado de trabalho .

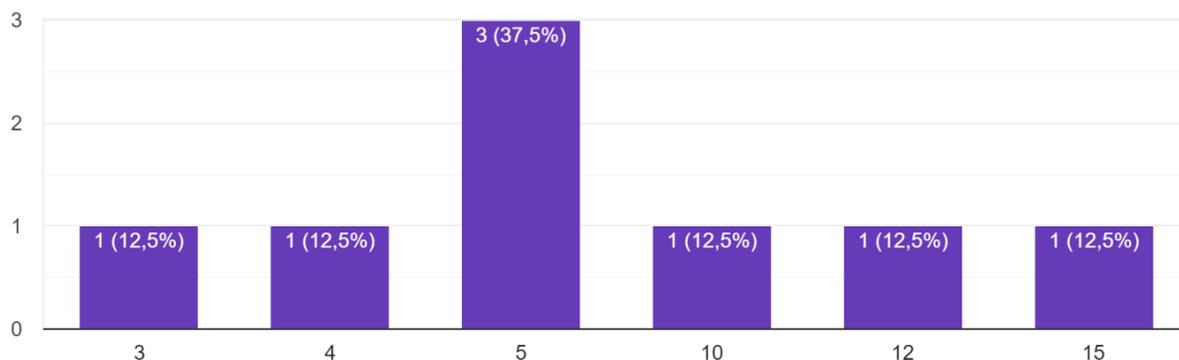
De acordo com a pesquisa de Feijó (2021) as mulheres historicamente ocupam cargos e postos de trabalho em que são menos remuneradas e em média, em algumas categorias profissionais, elas trabalham menos horas do que homens devido a necessidade de conciliar as atividades profissionais com as responsabilidades domésticas e familiares.

O número de filhos também foi levantado: a média entre as participantes da pesquisa foi de 5 filhos, mas algumas mulheres possuem entre 10 a 15 filhos, conforme o gráfico a seguir:

## Gráfico 6 – Quantidade de filhos

QUANTOS

8 respostas



O número de filhos é um dos fatores apontados que atrapalha na questão de conquistar um trabalho de vínculo formal. Estes números aumentam quando relacionados ao quantitativo de filhos e à idade dos mesmos.

Segundo Brigatti (2021), dados de 2019 mostram que a taxa de mulheres ocupadas (ou seja, que se encontram em atividade laborativa formal) que se consideram negras ou pardas, estão na idade de trabalhar e possuem filhos de até 3 anos de idade estão em torno de 49,7 %; enquanto que entre as mulheres brancas 62,6 % ocupam um cargo em trabalho formal.

As mulheres negras são as que possuem uma situação mais crítica em relação às desigualdades no mundo do trabalho. Estima-se a partir do estudo de Feijó (2021) que apenas cerca de 9% das mulheres negras estão no rol dos maiores rendimentos, o que significa que a mulher negra pertence a um contexto duplamente adverso. De acordo com Feijó (2021):

verifica-se que as mulheres tendem a ocupar postos de trabalhos que remuneram menos e, em média, trabalham menos horas do que homens, geralmente devido a necessidade de conciliar as atividades profissionais com as responsabilidades familiares e domésticas. Tais responsabilidades influenciam as escolhas das mulheres e adicionam restrições para a sua inserção no mercado, impactando inclusive sua produtividade. Adicionalmente, tem-se ainda o fator discriminação, que ocorre quando indivíduos igualmente produtivos recebem salários diferentes devido à alguma característica, como raça e gênero. (FEIJÓ, 2021).

Em relação a escolaridade e a ausência de oportunidades, o estudo também apontou que grande parcela dessas mulheres não contam com serviços públicos como creches para deixar seus filhos enquanto trabalham ou se escolarizam, demonstrando um desamparo estatal em relação a elas, uma vez que, dados apontam que apenas 36% das crianças contam com

vagas em creche, logo sobra para a responsabilidade feminina o cuidado com 64% das crianças que não conseguem inserção neste serviço. (BRIGATTI, 2021).

Sobre este fato, as mulheres participantes da pesquisa, mencionaram dificuldades em trabalhar fora e ter alguém com quem contar para tomar conta dos filhos, sobretudo, porque a maioria são classificadas como mães-solo. Destacamos as falas:

...por que tipo: eu trabalhar com três filhos pequenos, porque ou eu trabalho e pago uma pessoa pra olhar eles... que praticamente é trabalhar pra pagar os outros, alguém... ou eu fico em casa olhando eles, vai ficar muito difícil, não tem ninguém pra me ajudar pra olhar eles e também de graça fica difícil.“ (Entrevistada 01).

„Tiro por mim, consegui um trabalho, mas não posso trabalhar por que tenho uma filha de um ano, mas por não conseguir uma creche terei que pagar alguém pra olhar, me cobraram R\$250,00, se vou ganhar R\$600,00 como vou sobreviver com R\$350?!“ (Entrevistada 02)

„tô vivendo e cuidando dos meus cinco filhos sozinha porque o pai não me ajuda, pelo contrário, ele só tira. Eu consegui a comida do lixo e é isso comemos e estamos todos aqui, entende?“ (Entrevistada 03).

No item Escolaridade, grande parte das mulheres respondeu que possui o ensino fundamental incompleto ou não foi escolarizada. Em relação a escolarização, muitas das mulheres referiram que diante das dificuldades da vida como colocar à mesa comida para a família, não tinham tempo para frequentar a escola. Situação que não querem que se repita com os filhos, pois quando perguntadas a respeito, todas responderam que os filhos frequentam ou frequentaram a escola.

**Gráfico**

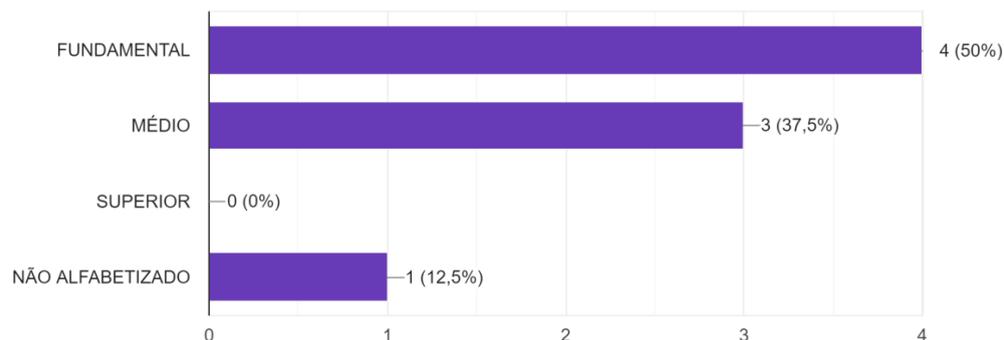
**7**

–

**Escolaridade**

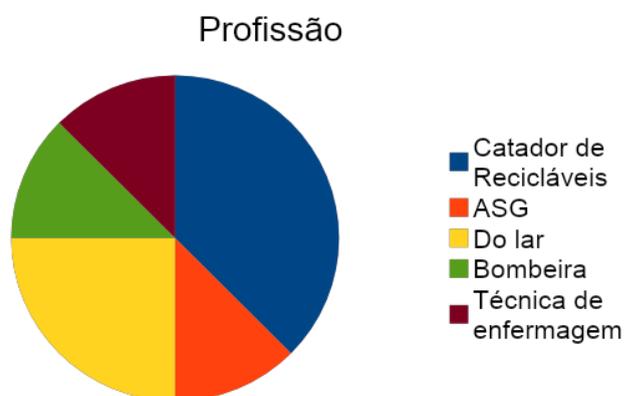
#### ESCOLARIDADE:

8 respostas



O item que se segue refere as profissões mais respondidas por elas. As profissões identificadas neste grupo, foram: catadoras de recicláveis, do lar, auxiliar de serviços gerais, bombeira e técnica de enfermagem, no entanto, a maioria das entrevistadas sobrevivem apenas com a renda do programa bolsa família ou de algum biscate, quando conseguem conciliar com os cuidados com os filhos e dependendo da situação de saúde que apresentem.

#### Gráfico 8 – Profissão



O bairro do Jardim Gramacho é conhecido pelo seu Lixão, logo, ainda que esta amostra tenha oferecido respostas que contemplavam diversos segmentos de profissões, a maioria das mulheres que frequentam o Cras são de catadoras de recicláveis.

Tanto na amostra, quanto as profissões que são percebidas no acompanhamento do CRAS dessas mulheres, a maioria são provenientes de famílias que foram criadas através do trabalho de seus pais ou do seu próprio trabalho quando o Aterro estava ativo. Nos dias atuais por falta de emprego formal ou oportunidades, algumas se mantêm catando materiais pelas ruas, pela ausência de contratações das cooperativas de materiais recicláveis, espalhados por todo o Jardim Gramacho.

Uma das entrevistadas que ainda exerce a função como Catadora de Recicláveis frisa bem as questões sobre o impacto que o fechamento do aterro ocasionou na vida dos moradores deste bairro. Para ela, antes as pessoas conseguiam buscar na Rampa formas de sobrevivência mais digna, pois havia mais abundância de materiais e com isso mais operadoras funcionando, assim como, ONGs e depósitos de empresas recicladoras.

Após o fechamento do Lixão as oportunidades diminuíram consideravelmente e não foram todos os catadores que tiveram direito de receber a indenização da Prefeitura do Rio de Janeiro, algo em torno de 12 a 14 mil reais. Uma usuária entrevistada lembra ao relatar que com o dinheiro que recebeu conseguira investir em seu próprio imóvel de madeira e guardar para manter-se por um tempo. A entrevistada ainda relata que após a pandemia ficou muito pior a situação de quem dependia da catação e que apenas duas cooperativas de materiais recicláveis ainda funcionam no bairro:

A cooperativa aqui só tem uma ou duas funcionando, as cooperativas daqui faliram todas porque quase não tem mais material reciclável, eles tem que estar correndo atrás de material reciclável pra bater pra trabalhar, tinha muito mais quando o Lixão era aberto, quando fecharam o Lixão no outro dia eu falei, se o Lixão estivesse aberto muitos jovens desse aí não estavam morrendo, levando tiro, porque lá no lixão eles iam subir, catar o material deles, fazer a graninha deles, que fosse usar em droga, em outra coisa que fosse, mas eles iam ter como fazer o dinheiro deles e hoje tem o que? Nada, Aqui não tem nada, as ONGs são para as crianças e os velhinhos.“  
Entrevistada 07.

Sobre a questão do fechamento do Aterro, o Diagnóstico Participativo (2022) e os estudos de Xerez (2013), demonstram que o número de cooperativas e catadores no período de funcionamento pleno do local oscilava, mas em média havia aproximadamente 2000 mil pessoas catadoras de recicláveis reconhecidos para a atividade.

Segundo eles, ao longo do funcionamento do Aterro, muitas dessas cooperativas fecharam, outras se fundiram e outras funcionam até hoje realizando atividades mais voltadas para separação e revenda para outras empresas. Ocorre que com mais de 3 décadas em funcionamento, o Aterro chega ao fim em Junho de 2012, com a presença dos trabalhadores locais, dos políticos e da grande mídia, é fechado o maior Aterro Sanitário do Brasil.

E com isso uma sequela de situações para a população local, que vai desde o dano ambiental, mudanças geográficas, como o impacto no meio de sobrevivência. Nos dias de hoje, as lideranças locais do bairro e o Ibase (2022) referem que funcionam ainda cerca de 10 cooperativas e mais 3 associações de catadores que ainda resistem, contudo, as entrevistadas discordam desse número e classificam bem menos cooperativas atuantes, pois devido a falta de material, algumas dessas cooperativas funcionam apenas 14 dias por mês.

No que se refere aos efeitos da crise econômica agravada nos últimos dois anos pela Pandemia, os autores relatam que ao mesmo tempo em que aumentaram o número de catadores por conta dos desempregos, diminuíram o volume de materiais para catação devido ao menor poder aquisitivo e de compra da população.

Outro fator levantado por eles, é quanto ao território do Jardim Gramacho ainda estar atrelado a principal atividade de catação, segundo eles, mesmo com o fechamento do Aterro, a maior parte da economia desse local provém dessa atividade, uma vez que, verifica-se a existência de pelo menos 19 estabelecimentos não regularizados, que compram materiais recicláveis e a existência de aterros clandestinos, na região.

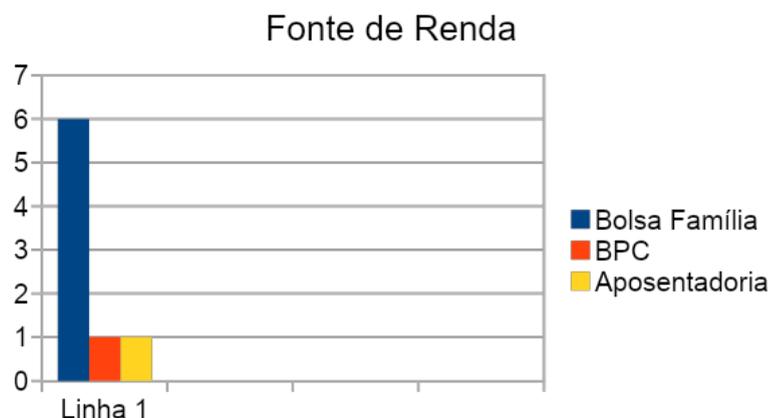
De acordo com a composição da renda dessas mulheres, elas responderam que sua maior fonte é o valor recebido através do Programa Bolsa Família (PBF) e com a Pandemia de Covid-19, os benefícios recebidos: Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil. Poucas entrevistadas relataram outras fontes de renda, como biscates com faxina, lavar e passar roupa, tomar conta de criança, as que conseguem fazer algum serviço informal referem que catam algum material reciclável e revendem nos depósitos, segundo elas, até para a informalidade ficou muito difícil conseguir “alguma coisa extra”:

O pessoal quer fazer uma faxina, mas o pessoal tem medo de colocar até você que mora no próprio bairro... você sabe que as pessoas têm condições de pagar, mas querem pagar R\$ 50 como tu vai fazer uma faxina?! (Entrevistada 07)

Outra forma de sustento dessas mulheres também foi a retirada de benefício eventual no Cras, a cesta básica. Em relação a isso, também verbalizaram que após o “boom” da pandemia (período mais crítico), também ficou mais difícil conseguir outras fontes de fornecimento de cesta básica, segundo elas, conseguiam pegar os alimentos nas Ong’s e nas igrejas pelo bairro com mais frequência no período do isolamento social. E atualmente conseguem pegar no Cras ou em alguns projetos voltados para crianças que ainda funcionam na localidade.

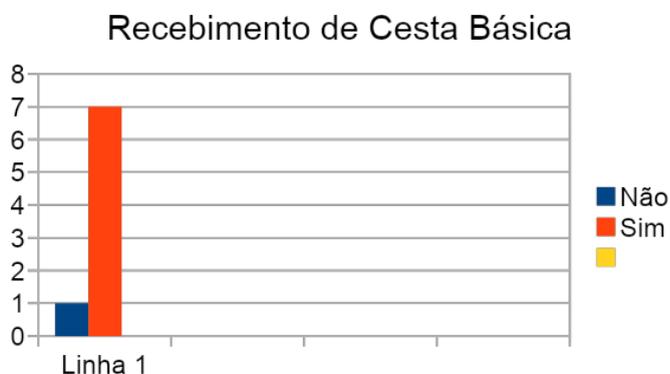
De acordo com os dados levantados, das 8 entrevistadas, apenas duas não recebem PBF. Vejamos o gráfico:

**Gráfico 9 – Fonte de Renda**



As outras entrevistadas tem sua fonte de renda proveniente do BPC Idoso e a outra de aposentadoria por tempo de trabalho, em relação ao recebimento de benefício eventual, apenas umas delas não é contemplada com a cesta básica que o Cras Jardim Gramacho fornece:

**Gráfico 10: Recebimento de Cesta Básica**



A assistência social se configura como uma das bases constitutivas da seguridade social, que consiste numa proteção à classe trabalhadora, na ausência de meios próprios de subsistência. Em tais condições, é função do Estado atender aos direitos de “quem dela necessitar”, embora de forma focalizada, reforçando muitas vezes o imediatismo e a benemerência.

Ressalta-se que para Behring e Boschetti (2021) a assistência tem sido destinada majoritariamente às pessoas pobres que não têm condições de trabalhar, seja por incapacidade ou por idade, elegíveis por critérios de miserabilidade para recebimento de programas de transferência de renda ou benefício de prestação continuada.

Cabe refletir neste contexto que nem sempre os beneficiários dos programas sociais, principalmente o Programa Bolsa Família (Auxílio Brasil - 2021-2022), são pessoas com incapacidade para o trabalho, assim como podemos observar no curso dessa pesquisa, no estudo do perfil das usuárias citadas acima. No entanto, é necessário considerar que uma parte vultosa dos beneficiários não tem acesso ao mercado de trabalho.

A causa do desemprego não reside unicamente na incapacidade do trabalhador beneficiário, mas antes na precarização das condições de trabalho impostas pela lógica capitalista. Podemos constatar que as necessidades básicas da população aumentam, somadas aos problemas estruturais de desigualdade social que é crescente a partir da pandemia.

Esses problemas se agravaram, dados pela forma de concentração do capital, que exige adequação de reformas agressivas do Estado contra o bem estar dos trabalhadores, reduzindo salários, justificando o desemprego, sem preocupação com o aumento da fome e da miséria.

No que diz respeito a este fato, ouvimos as mulheres no que corresponde às suas maiores necessidades básicas atualmente e o que consideram como fatores violadores de seus direitos, muitas delas atrelaram a ausência de oportunidades e renda. Contudo, destacaremos esses fatores em uma categoria de análise distinta.

## **Eixo de Análise 2: A percepção das mulheres do Cras Jardim Gramacho sobre as violações de direito e a relação entre violência estrutural e vulnerabilidade social**

Neste eixo de análise, enfatizamos acerca da percepção das mulheres sobre as violações de direitos a que estão expostas e como elas identificam ou relacionam com o processo de violência estrutural.

Naturalmente concebe-se violência a partir da necessidade da existência de um indivíduo que cometerá uma ação contra outro, no entanto, não existe apenas um conceito sobre a violência. Para Amaral apud Galtung (2015), é necessário considerar alguns aspectos e distinções sobre a violência, primeiro sobre a violência física, que em sua visão é a que tem um maior impacto social aos olhos do mundo, uma vez que, ela é material e perceptível, nota-se claramente o momento em que ela ocorre, pois afeta o corpo.

Conforme o autor a violência psicológica afeta o emocional, a alma, inclui-se diversas violações que limitam, enfraquecem a capacidade mental do outro. Dentre as distinções de violência, cita a diferença entre a forma positiva e a negativa da violência, destacando que

“ela pode ser considerada um meio necessário para se alcançar determinado fim, cujo resultado implica o uso de violência por indispensabilidade: se a violência implicou ou não no ferimento de alguém, se existe ou não um sujeito que praticou/efetuou a violência.” (AMARAL apud GALTUNG, 2015, p. 105).

Outra forma de distinguir a violência é a sua intencionalidade e se ela se manifesta de forma visível ou invisível, estando à visível relacionada aquela de forma direta, identificável, tanto em sua ação, quanto ao seu objetivo. E a invisível a que se põe de forma não direta, de difícil identificação.

A Violência Direta é identificada pelo autor como:

“aquela física ou verbal identificável nas formas de condutas humanas, portanto manifesta, a qual implica numa relação direta de uma ação violenta com o propósito de agredir, ofender ou eliminar, numa relação conspícua entre os agentes da violência e os destinatários da mesma.” (AMARAL apud GALTUNG, 2015, p.106).

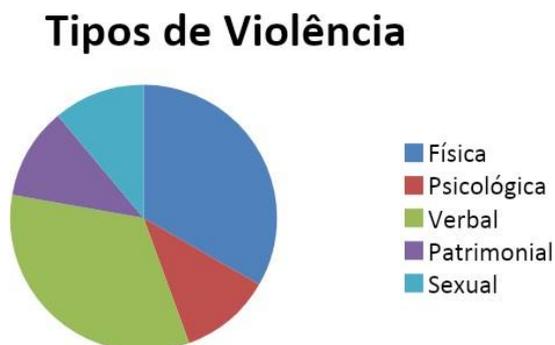
A outra forma de violência mencionada se refere a que se situa no campo invisível, destacando-se a Violência Estrutural e a Violência Cultural. Contudo, para este trabalho estamos nos atendo aos aspectos da violência estrutural. Sobre ela, Amaral (2015) a define como a que está:

inserida nas estruturas sociais, relacionando-se diretamente com a injustiça social. Isto posto, associa-se à distribuição de recursos, à exploração, à discriminação e à marginalização, se centra no conjunto de estruturas que não permitem as satisfações das necessidades. (AMARAL apud GALTUNG, 2015, p.106).

Sendo assim, nas entrevistas realizadas com as mulheres do Cras Jardim Gramacho, buscamos as suas percepções sobre violência e condição de vulnerabilidade social, além disso se para elas havia alguma relação entre as condições de violação de direitos das mesmas, dentre as quais a violência e a pobreza fazem parte.

Conforme menciona o texto, as formas de violência mais fáceis de serem identificadas pelos indivíduos são as suas formas mais visíveis. A maioria das mulheres apontaram as formas de violência direta das quais são ou foram vítimas. Todas responderam que sofreram algum tipo de violência, seja ela física, psicológica ou sexual. Vejamos:

## Gráfico 11: Tipos de Violência



Observamos que as mulheres do Cras Jardim Gramacho sinalizaram que o tipo de violência que sofrem é a doméstica, de caráter físico e verbal. Um estudo publicado pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP) chamado Dossiê Mulher, na sua 14<sup>a</sup>.edição, que analisou os dados de violência contra a mulher no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2019 (Ano base: 2018), constatou que os delitos mais cometidos no Estado, em quase todas as modalidades de crimes, mais da metade tiveram as mulheres como vítimas.

Segundo o Dossiê Mulher (2019), nos crimes de estupro contra mulheres em 2018, 72% ocorreram dentro de casa, cerca de 45% dos agressores eram pessoas do convívio da vítima (companheiros, ex-companheiros, pais, padrastos, namorados, parentes e conhecidos) e 70% das vítimas tinham até 17 anos de idade. Essas informações confirmam o fato de que as mulheres estão mais vulneráveis à violência sexual no âmbito privado, do que nos espaços públicos. (NASCIMENTO, 2019).

O levantamento ainda apontou que nos crimes contra a vida, 7,1% (350) do total de vítimas de homicídio doloso no estado eram mulheres, e que companheiros e ex-companheiros foram responsáveis por 12,3% dessas mortes. Quando analisamos o feminicídio, observamos que, a cada cinco dias, uma mulher foi vítima de feminicídio no estado em 2018 e companheiros e ex-companheiros foram os autores de 56,4% dessas mortes – sendo que em 62% dos casos, o local da ocorrência foi uma residência.

Em relação à violência física, a lesão corporal dolosa é o crime que compreendeu o maior número de vítimas mulheres - 41.344 mulheres vítimas, o que revela que quatro mulheres foram agredidas por hora no ano passado. Entre os autores do crime, 70% eram pessoas do convívio da vítima e 60,2% desses casos aconteceram dentro de alguma residência.

O mesmo estudo em 2021 (Ano base 2020) aponta que a cada cinco minutos uma mulher foi vítima de violência no Estado do Rio de Janeiro, a cada 24 horas, 91 mulheres eram vítimas de lesões corporais dolosas. Foram registradas 4.086 denúncias de estupro,

sendo que 72% das vítimas tinham até 17 anos. Em relação a violência, em mais de 86% dos casos os agressores eram os companheiros e ex-companheiros, sendo que os crimes se deram 63% no interior das residências.

Sobre a situação de violência contra as mulheres em destaque, vejamos a fala de duas entrevistadas:

„eu fui para o abrigo com as crianças lá em Magé, fiquei um mês, meu filhos ficaram um mês lá em Piabetá, teve o julgamento lá em Piabetá, e aí as crianças voltaram para mim e a juíza disse que iríamos para outro abrigo, outro lugar. Agrediu meus filhos mais velhos, esculachava meus filhos, mas os dele não. Ele só é pai dos pequenos, dos mais velhos não, esculachava eu e meus filhos, me chamava de prostituta, falava que a mulher que ia para a rampa (antigo lixão) ia para se prostituir, não iria para trabalhar... Cheguei lá no abrigo e tinha um monte de mulheres com o rosto machucado com a mesma coisa que eu passei.“ Entrevistada 4.

„Você tá vendo o que tá acontecendo com a gente? os homens estão nos matando e ninguém tá fazendo nada, eles acabam de matar uma mulher e saem pela porta da frente aí dá aquele negócio que é pelos proteger ao invés de prender eles. Por isso só fazem covardia com as mulheres...“ Entrevistada 7.

Para as mulheres que participaram desta entrevista, as maiores violações de direitos que elas identificaram estão relacionadas a privação de bens materiais, de alimentação e violência doméstica, contudo, ainda que identifiquem isto, algumas não conseguem relacionar essas situações a processos violentos, como a violência estrutural:

„Eu acho que violência não, mas falta alimentação, fraldas e leites, essas coisas.“ Entrevistada 01.

„Acho que não, mas uma casa melhor, sei lá, moro perto do valão então o cheiro de esgoto incomoda. As coisas são assim“ Entrevistada 02

„Sim. O governo poderia arrumar formas de trabalho para que as pessoas de vulnerabilidades não passem necessidades, eu acho que eles podiam dar cursos ou trabalho para gente, mas não dão nenhuma coisa nem outra e isso acaba machucando a gente. E tudo que me machuca eu acho que é uma violência.“ Entrevistada 03.

„Não. É uma forma de não criar oportunidades, por que hoje não me encontro empregada por não ter experiência, se não tenho experiência não trabalho, eu acho que uma parte do governo que teria que mudar, abrir mais portas para as pessoas que não tem experiência, que não precise de indicação de vereador ou de alguém que trabalhe lá para indicar, mas na forma de violência não.“ Entrevistada 04.

„Sim. Porque muitas vezes tem um teor mais baixo na pobreza, pegam pra suprir e trocam fazem um tipo de comércio. Se voce estiver necessitando de uma cesta básica vem um vereador e te ajuda mas só se você votar nele. Eu convivi com isso, teve uma vez que um vereador me ofereceu R\$50,00 reais para votar em outra pessoa, peguei e disse que não queria, não é certo, então o que falta mesmo é o suporte para as pessoas.“ Entrevistada 05.

„Acredito que sim. Poderíamos ter uma vida melhor, uma renda melhor e uma saúde melhor, ter um bom acompanhamento médico.“ Entrevistada 06.

Sendo a Violência Estrutural uma forma de violência invisível, é mais difícil para os sujeitos identificarem que estão dentro deste processo, contudo, percebemos que as situações citadas pelos autores como formas de violência estrutural, tais como: má-distribuição de recursos, que permite que uma parte da população viva à margem, ou não tenha condições dignas de sobrevivência, são citadas nas entrevistas das usuárias do Cras Jardim Gramacho e vivenciadas por elas refletindo em sua saúde e modos de vida.

Algumas consideram que as vivências de situações precárias com frequência, associadas a falta de emprego e de oportunidades corroboram para o aumento da criminalidade, sobretudo dos jovens, identificando a questão como uma forma de violência, no entanto de forma mais direta. Para uma delas:

Olha eu acho que muitos roubos que acontece é safadeza, mas muitos são assim, a pessoa não tem de onde tirar, se você não tiver pra dar aos seus filhos chega uma hora que você faz besteira, mas o que acontece hoje no mundo é só você ligar a televisão e ver é roubo pra tudo quanto é lado, muitos ali você ver que é sem vergonhice, mas vamos supor que dessem uma oportunidade para esses jovens ir trabalhar, favelado não é bicho, morar em comunidade não é ser bicho, porque tem muita criança que sai e vai estudar e vira advogado, vira um médico, mas a gente não tem oportunidade pra nada, aí perguntam mora aonde? Ah moro no Jardim Gramacho! Pronto não tem vaga, porque o Jardim Gramacho é o local que tá o pior lugar em criminalidade, então a gente não tem valor, o que tem é polícia que chega dando tiro, invadindo a casa dos outros, botando arma na nossa cara, judiando porque a gente é bicho? Não é!(Entrevistada 07).

Algumas mulheres que foram entrevistadas, atribuíram os problemas ao contexto de violência urbana, em que suas rotinas coincidem com o tráfico de drogas local: seja pelo envolvimento de seus familiares, companheiros e filhos com o crime, seja pela rotina constantemente alterada dentro da comunidade, devido às operações policiais ou os desmandos de bandidos.

O contexto de violência a que são submetidas as mulheres, de constante insegurança e desamparo em relação à segurança pública, de medo do aliciamento e envolvimento de seus filhos e familiares com o mundo do crime, compromete a condição de saúde daquelas que vivem em situação de pobreza.

No eixo de análise seguinte nos debruçamos sobre os aspectos que elas identificaram que impactam a sua saúde a partir da condição de vulnerabilidade social.

### **Eixo de Análise 3: O impacto da vulnerabilidade social sobre a saúde das mulheres do Cras Jardim Gramacho**

O cotidiano de mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social é atravessado por dificuldades que afetam todas as áreas de sua vida, principalmente, no que tange às questões relacionadas à saúde, tanto em seu aspecto físico, quanto psíquico.

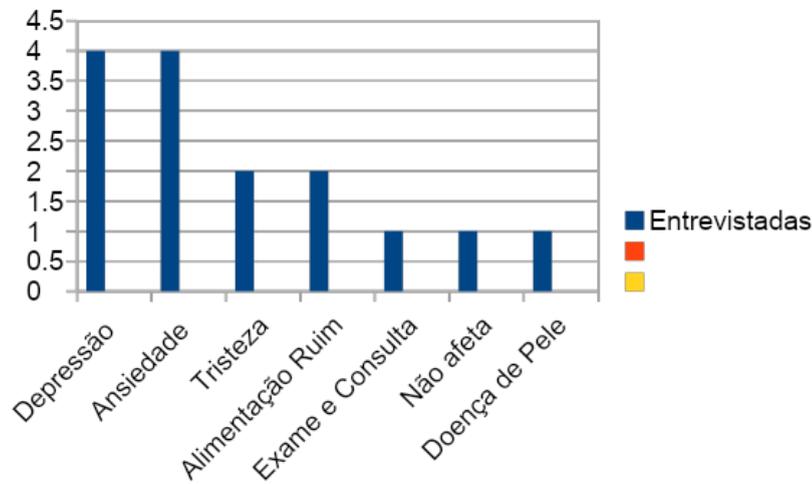
Essas mulheres são consideradas uma parcela vulnerável da população, pois além de sofrerem as consequências de “ser mulher” em uma sociedade patriarcal, grande parte delas convivem com situações de fome e miséria, falta de moradia ou moradia em condições sanitárias e familiares inadequadas, onde inclui pouco acesso a rede de saúde, educação, cultura e lazer e os contextos mais diversos de violências.

Esse contexto social favorece riscos de desenvolvimento de doenças, bem como, a falta de autonomia e controle das mulheres em suas atividades de trabalho, relações interpessoais e nos espaços coletivos. Desta forma as mulheres ficam subjugadas e submissas aos serviços ofertados pelo Estado como forma de garantir sua sobrevivência e de seus filhos, tais como os ofertados pela Política de Assistência Social.

No que tange a percepção das entrevistadas quanto ao impacto da situação de pobreza e a vulnerabilidade social no aspecto de saúde, elas relataram com maior incidência que desenvolveram transtornos de saúde, tanto físicos, como mentais, mas em sua maioria psíquicos. E revelam que as questões psicológicas e emocionais derivadas das privações e condições socioeconômicas, resultaram em quadros de depressão, ansiedade e síndrome do pânico, além de algumas doenças físicas, outras referem que impactam na saúde justamente por não conseguirem acessar exames e consultas.

As mulheres que não identificaram impacto em sua saúde diretamente, observam reflexos na saúde dos filhos ou outros familiares, como exposto no gráfico que se segue:

**Gráfico 12 – Impactos na saúde**



As mulheres entrevistadas atribuíram o quadro de doença física que enfrentam, às situações de extrema vulnerabilidade:

“Na minha saúde não, porém na saúde dos meus filhos sim, eles ficam muito doentes. Com esse tempo, eles ficam doentes direto, perdem peso devido aos resfriados e dores de barriga”.Entrevistada 01

“As vezes isso prejudica a minha saúde. Eu acho assim acabo ficando com depressão, a gente só vê problema, mas nenhuma solução e isso prejudica minha saúde mental.” Entrevistada 02.

“Da forma de querer dar o melhor para a minha filha que eu não tive, ter que escolher entre comprar comida ou fazer obra na minha casa. Afeta a minha ansiedade, depressão, me deixa desmotivada, desanimada, antes de ser medicada as vezes eu não queria sair da cama só saia por que tinha que alimentar minha filha e colocar ela para a escola, no tempo que ela ta na escola eu voltava pra cama, não queria falar com ninguém, não queria sair de casa, não queria fazer nada.” Entrevistada 03.

“No alimentar, você precisa comer as coisas e não tem, as vezes precisa de uma alimentação saudável e não tem como suprir.”Entrevistada 04.

“A gente fica triste, como eu tô te falando eu fico nervosa, a gente só tem meio quilo de feijão e uma lata de óleo que meu vizinho me deu e ponto e aquilo ali quando acabar você pensa o quê?! O auxílio é só no final do mês aí você compra um negócio ali que não dá para nada parece que nem a comida rende e já fico nervosa, ando para lá e para cá, conversa com Deus e peço "senhor me ajuda" é difícil.” Entrevistada 05.

Oliveira (2007) refere que o lugar que a mulher ocupa na sociedade é fundamental para compreender os fatores de risco à saúde. Principalmente, no que tange a saúde mental, a autora afirma e podemos confirmar nas falas das participantes que a vida das mulheres, a sua rotina e as suas experiências, as colocam em constantes situações de estresse.

Esses fatores aumentam exponencialmente, quando se trata de mulheres pobres, uma vez que o contexto de pobreza em que vivem e as demandas derivadas dela, as deixam mais suscetíveis ao adoecimento físico e mental, sobretudo quando não se consegue uma rede de apoio familiar, como identificamos nas falas anteriores e quanto a falta de aquisições materiais para suprir as necessidades dos filhos, são situações que nas apreensões dessas mulheres do Jardim Gramacho, lhe causam bastante desgaste emocional e trazem adoecimento. No que se refere a isto, pontuam:

“O filho quer um tênis para ir para escola tem que esperar o bolsa família ou alguém ajudar, aí a filha quer um absorvente ou tá passando por algum problema que não tem médico, minha filha desde que se formou ela tem 16 anos é uma excelente menina, só responde muito, a menstruação vem e eu sei que ela precisa de um médico, precisa das coisas, mas sem dinheiro eu vou levar aonde” Entrevistada 06.

“você ver seu filho pedir um pão e você não ter como dar, você abrir seu armário e não ter um pouco de arroz nem meio quilo de feijão, que aquilo ali você faz para o almoço e daqui a pouco não tem mais o que comer, entendeu?! Igual eu tô lá em casa só com meio quilo de arroz e de feijão para comer, mas para mim é tipo eu sou adulta, agora se você tem filho tu vê seus filhos te pedirem um pão de manhã e você não ter dinheiro para comprar.” (Entrevistada 07).

“nem a água tá caindo direito, quando estava na eleição tinha água, agora vai ver leva um ou dois meses pra cair água, quando cai, se não tem que pagar r\$ 50 no carro pipa por 500 litros de água ou esperar chover, eu espero chover, não tenho de onde tirar para pagar, tu vive como? Esses dias bebi Água Verde da Caixa, estava com sede e não posso ficar sem beber água, por causa dos problemas de saúde que eu tenho, fui lá, coei a água e bebi, não tinha outra água. Fome você passa, mas sem água não. O pessoal ganhou voto e nunca mais voltou, o que fizeram pelo Jardim Gramacho? Nada!” Entrevistada 08.

O impacto das condições inadequadas de vida e de saneamento estão presentes na fala de quase todas as mulheres do Jardim Gramacho e em diversos pontos da entrevista, na fala acima podemos destacar, que o adoecimento também é resultante, na visão das entrevistadas, pela ausência de condições melhores.



Fonte: foto da autora

Outro determinante ressaltado, além das requisições aos papéis atribuídos socialmente ao público feminino, como: esposas, mães, donas-de-casa e profissionais. Elas sofrem com as múltiplas jornadas de trabalho, discriminações de gênero e raciais, ocasionando sobrecarga emocional.

As entrevistadas também mencionam ainda, adoecimento mental devido as humilhações e discriminações sofridas em seus locais de trabalho e ao quadro de doenças físicas ou o medo de contrair alguma doença devido a ocupação de recicladora:

“Eu não gosto de trabalhar na rua, eu queria fazer uma faxina, trabalhar em um depósito, mas meu caso não dá pra trabalhar no depósito por causa das crianças, então eu vou para a rua a noite, saio de casa 4 horas da manhã, tenho medo de cortar a mão, tem muitos riscos. Pegar coceira mesmo com a luva, você pode pegar coceira e acaba criando ferida” (Entrevistada 03).

“Eu trabalhei no carnaval catando latinha, fui muito humilhada o pessoal falava assim “quer lixo, tia? isso abala uma pessoa... não é lixo, é material reciclável e me entristece, às vezes eles nos tratam como se fossemos lixo.” (Entrevistada 06).

“Eu tenho meus filhos, eu trabalho com reciclagem, com lixo, você sabe o que é trabalhar com lixo? eu boto a mão no lixo.” (Entrevistada 07).

Diante das falas do grupo de mulheres, não podemos deixar de observar o quanto os determinantes sociais de saúde estão presentes em seu contexto de vida, afetando-as social e emocionalmente, além do estigma imbuído da função de catadora.

Podemos verificar na fala das usuárias do Cras Jardim Gramacho, que exercem a atividade de catadora de recicláveis, um estigma com a atividade que realizam, vale ressaltar que as entrevistadas que se identificaram nesta profissão, a realizam de forma informal, não estão no âmbito daqueles catadores que possuem direitos trabalhistas, vinculados a uma cooperativa ou associação de catadores existentes no bairro, elas o fazem como única alternativa para complementar a renda do programa bolsa família, visto que outras atividades verbalizaram não estar conseguindo realizar, como as faxinas ou outras atividades de cunho doméstico.

Neste caso, as falas revelam, que ao exercerem esta função para sobreviver, as mulheres carregam questões subjetivas, e que podem afetar sua condição de saúde mental diante das atividades que realizam. O estigma:

É um comportamento adotado por pessoas que seguem determinados padrões sociais tendentes a macular a imagem de indivíduos que não as seguem, seja por diferença profissional, econômica, peso, estatura, física, afetiva, entre outras. E fazem isso constantemente, seja consciente ou inconscientemente, porque são ensinadas que a normalização é que deve ser o modelo correto e tudo aquilo que foge à padronização sofre com o olhar desviante da sociedade. (SEVERO, MAIA E GUIMARÃES, 2004, p.3).

Em relação às mulheres do Cras Jardim Gramacho e suas atividades como catadoras, podemos por assim dizer, que elas se sentem estigmatizadas por desenvolverem ações sobre materiais que foram diretamente rejeitados por outros e que conseqüentemente pode vir a trazer danos a saúde física, bem como, agravar doenças como depressão e ansiedade pela forma como o próprio ser que é estigmatizado se vê.

Segundo Goffman (1981), o indivíduo estigmatizado têm a imagem de si mesmo deteriorada, assim como, é visto pelos outros indivíduos, ditos normais, com alguma anomalia. O autor refere ainda que a situação pode piorar quando este mesmo indivíduo visa algo que talvez nunca consiga alcançar e passará a viver de forma incompleta acarretando em isolamento, depressão e medo.

Para Carvalho (2013), os fatores sociais e financeiros influenciam as condições de saúde da população e a maior parte das iniquidades em saúde, do volume de doenças devido à falta de condições de vida mais saudáveis desde a infância até o envelhecimento.

Salientamos que as condições em que as pessoas exercem suas atividades de trabalho e o local em que habitam, também são considerados fatores para o adoecimento. É deste modo que adotamos o conceito de saúde amplo defendido desde a 8ª. Conferência Nacional de Saúde (1986), como ponto de referência para analisar a realidade específica do grupo de mulheres, em destaque:

resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida. (Conferência Nacional de Saúde, 1986, p.4).

Outra dificuldade que podemos perceber na fala destas mulheres se refere as condições de discriminação. Ao relacionar as falas e o perfil das entrevistadas, percebe-se que algumas situações são recorrentes e reforçadas por sua condição de pobreza e racial, sofrendo portanto, também a discriminação racial, pontuada pelas mesmas em fatores que também ocasionam adoecimento.

Em relação a este ponto levantado, Carvalho (2013) refere que “adotar a abordagem dos determinantes sociais significa compreender o valor que a saúde tem para a sociedade e admitir que ela depende de ações que, muitas vezes, não têm relação com o setor Saúde.” (CARVALHO, 2013, p.21). Deste modo, podemos perceber que problemas relacionados a ausência de boas condições de vida, de infraestrutura adequada, como acesso precário a alimentação e a renda, são elementos que propiciam impactos negativos na vida das usuárias do Cras.

Uma das participantes frisa que a ausência de alimentação adequada, gerada pelo desemprego em seu núcleo familiar é um fator que ocasionou seu “derrame” (AVC). Em suas palavras: *“eu acredito que devido ao acúmulo dos meus problemas eu fiquei desse jeito, não sei se a senhora lembra que eu cheguei aqui no Cras toda torta?!”,* refere a entrevistada devido as sequelas de um acidente vascular cerebral.

Outro fator apontado pelas mulheres, refere-se a ausência do acesso à saúde que ocasiona grande impacto diretamente em sua saúde e de seus familiares. Neste quesito, perguntamos como se dava o acesso a rede de saúde local, quais acompanhamentos faziam e para quais comorbidades, além disso, as participantes declararam uma total desassistência na área do Jardim Gramacho em relação aos serviços de saúde. Destacamos:

“As vezes preciso de um bom atendimento, tratamento e exames custam caro e minhas condições não dão pra fazer, tenho que fazer ultrassom, endoscopia e outros exames complicados que preciso fazer e não consigo assim como o raio - x, fiz duas

vezes mas não consigo pegar o resultado. Sempre é adiado a consulta e tive que fazer no particular o exame e pagar.” Entrevistada 06

“O posto não tem nada e o agente de saúde não vai na minha casa, os filhos tem plano dentário custeado pela igreja”. Entrevistada 04

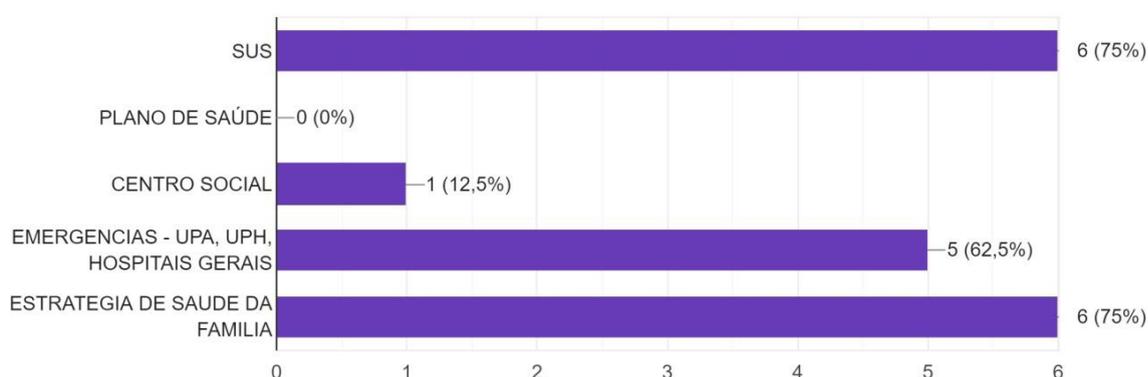
“Não tem médico no posto de saúde da família e o agente de saúde não vai na rua”. Entrevistada 07

“Nesse posto aqui nunca tem nada e a gente não tem dinheiro pra ir pra Caxias não”. Entrevistada 08.

No quesito acesso à saúde, 75% das participantes da pesquisa relataram que possuem problema de saúde e que pelo menos 50% delas, não fazem acompanhamento porque não conseguem acessar a rede de saúde, seja porque não tem médico no posto de saúde local, seja porque a sua residência não tem agente de saúde. Contudo, todas elas, declararam que o acesso se dá através do Sistema Único de Saúde (SUS), através:

#### COMO É O ACESSO A SAÚDE

8 respostas

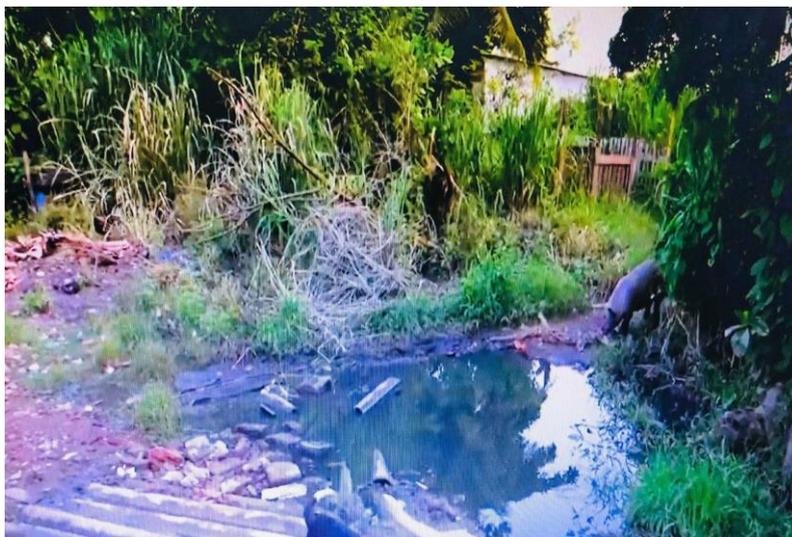


Em uma situação de pleno exercício de direito à saúde, o Relatório da Conferência Nacional de Saúde, de 1986, refere que as pessoas devem ter garantidos direitos, como:

trabalho em condições dignas (...), alimentação para todos, moradia higiênica e digna, educação e informação plenas, qualidade adequada do meio-ambiente, transporte seguro e acessível, repouso, lazer e segurança, participação popular na organização, gestão e controle dos serviços e ações de saúde, direito a liberdade, livre organização e expressão. (RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986, p.05).

Observamos que tais condições de saúde não estão presentes na realidade destas mulheres do Cras Jardim Gramacho. Segundo dados do IBGE (2021), quatro dentre dez

municípios do país não possuem esgotamento sanitário. Ademais, dados do levantamento feito pela Rede Penssan, relatados na publicação de Gonçalves (2022), também referem que mais de 33 milhões de brasileiros passam fome no Brasil. Estes dados demonstram que à população brasileira não têm sido garantidos seus direitos básicos de sobrevivência e vida.

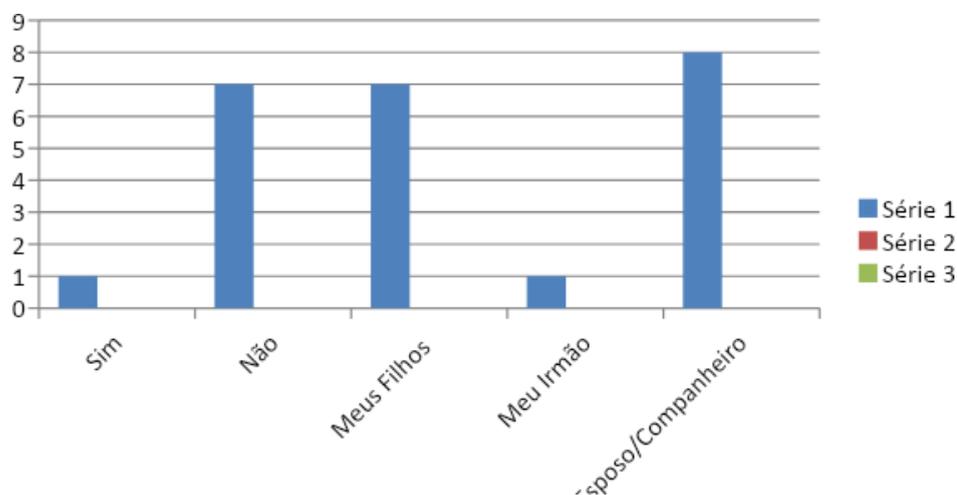


Fonte: [www.g1.com](http://www.g1.com)

Em relação as condições de precariedade e saúde, o estudo realizado pelo Ibase (2022), destaca a incidência de doenças infectocontagiosas nesta região, de acordo com eles no ano de 2005, uma pesquisa realizada no território identificou mais de 400 casos de tuberculose e hanseníase, condições que foram associadas aos impactos ambientais gerados pela implantação do aterro sanitário. Nos acompanhamentos com as mulheres no Cras Jardim Gramacho, até os dias de hoje, as equipes se deparam com essa situação de saúde das usuárias, muitas ainda são acometidas pela tuberculose e hanseníase.

Sobre outro fator que impacta a saúde das mulheres do Jardim Gramacho apontada por elas, são as questões que se referem ao envolvimento delas ou de seus familiares com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas. Neste quesito, a maioria das mulheres relataram que convivem com esta situação e que seus filhos são os que mais se encontram com este problema, seguido de companheiros ou ex-companheiros e lhe afetam bastante, agravando seus quadros de ansiedade e depressão. O gráfico a seguir representa o envolvimento com álcool ou outras drogas das mulheres e/ ou seus familiares:

**Gráfico 13: Envolvimento com drogas**



No estudo de Xerez (2013), a mesma relatou que o envolvimento com drogas ou com o tráfico de drogas, seja para consumo, seja para vendas, foi uma das situações mais apresentadas entre os catadores de recicláveis, do antigo Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, situação que observamos até os dias atuais.

Xerez (2013) aponta que “o problema com drogas era uma questão latente em Jardim Gramacho” (XEREZ, 2013, p. 53), para ela, os catadores sempre referiram que a realidade enfrentada na localidade obrigava você a se drogar, ou muitos, faziam uso para manter a disposição de realizar a catação durante a noite e a madrugada inteira. Segundo eles, “as vezes não dá pra encarar um aterro de cara” (XEREZ, 2013, p.53).

De acordo com as entrevistadas para este estudo, o Jardim Gramacho não tem muitas oportunidades para os jovens, a localidade convive com o poder paralelo e é cercada de comunidades. Essa situação afeta a condição de saúde mental das mulheres que nos relataram:

As drogas deixam meu filho jogar tudo nas minhas costas, mas é meu filho, é bem triste você ficar sustentando vagabundo, mas ele é meu filho pode não ser todos do mesmo pai, mas ele é meu filho, mesmo drogado, não vou ajudar? As pessoas me falam coisas, que me matam por dentro, e eu fico mal, mas não posso deixar ele de lado. Entrevistada 07.

No próximo eixo de análise adentraremos na visão que as mulheres do Jardim Gramacho possuem quanto ao que o poder estatal têm realizado para superar a condição que identificaram e o que fariam enquanto mulheres detentoras de poder público para dirimir essas situações.

#### **Eixo de Análise 4: O papel do Governo na superação de suas condições sociais e o que você faria para as mulheres que são pobres ou sozinhas, chefes de família, para superar essas questões de vulnerabilidade social?”**

Este eixo de análise possui relação direta com as maiores necessidades básicas ou violações de direitos apontadas pelas mulheres objeto desta pesquisa. Pois, neste item destacamos os apontamentos realizados por elas quanto ao que poderia ser feito pelo poder público ou por elas enquanto detentoras do poder político para mudar esta situação. Além de levantarmos através de suas percepções o que o estado têm realizado, enquanto política pública, para superar a condição de vulnerabilidade que se encontram.

As reivindicações e formulações de políticas públicas se dão através de uma correlação de forças, de interesses políticos e socioeconômicos distintos, os quais demandam conflitos entre o Estado e a Sociedade Civil por respostas frente as desigualdades sociais postas pela sociedade.

Diante disto, ouvimos as participantes e questionamos a elas, o que o Estado, o poder público e político têm realizado para melhorar ou superar as condições enfrentadas por elas naquele território, segundo sua visão. A maioria das entrevistadas relataram que consideram que o Estado não têm feito nada ou quase nada para a superação de suas condições vulneráveis nesta localidade. A seguir pontuamos algumas falas:

Acho que nada. Precitaria ser feito muita coisa. (Entrevistada 1)

Nada. Tiro por mim, consegui um trabalho mas não posso trabalhar porque não tenho vaga na creche pra minha filha. (Entrevistada 2)

Nada, tem feito nada, o Jardim Gramacho se encontra largado, achei até estranho uma ação que estavam limpando e desentupindo esgoto hoje quando eu vim pra cá, não entendi por que, porém é benefício, mas uma empresa de ônibus que deixam os moradores na mão, falta ônibus, local de emprego, jovem aprendiz... eles teriam que dar mais oportunidades.(Entrevistada 3)

Nada. Eu vejo assim, desde o início do bolsa família eu percebo que aumenta o número de pessoas que usufruem desnecessariamente do projeto. Porém a falta de

qualificação e oportunidade inteferem na evolução do programa. O bolsa família é uma fonte pra te ajudar mas não vai ficar muito tempo, então você terá que se qualificar e não tem isso. (Entrevistada 4)

Para mim acho que não estão fazendo nada pelo povo, porque esses 600 vai ficar só por enquanto e vai chegar uma hora que isso vai abaixar ou vai acabar, o Lula só tá segurando isso no começo porque depois isso vai acabar. (Entrevistada 5).

Cabe ao Estado garantir e elaborar políticas que garantam os mínimos sociais aos sujeitos, e em relação às mulheres pontuamos a necessidade que se elaborem políticas públicas voltadas às demandas femininas, pois é absolutamente importante e primordial o reconhecimento pelo Estado das desigualdades de gênero e o impacto diferenciado que isso têm na vida das mulheres, sobretudo, frente ao mundo do trabalho.

Sobre isso, perguntamos às mulheres o que elas fariam para superar ou melhorar as condições destacadas por elas como de vivência de vulnerabilidades sociais, se elas fossem detentoras de poder político, se elas tivessem um cargo importante no poder público, quais ações realizariam para minorar seus problemas e de sua comunidade.

Diante disto, algumas mulheres apontaram ausências de serviços que estão diretamente relacionados a necessidades básicas para mulheres com filhos e que parecem estar sendo desconsiderado pelos governantes, como é o caso das creches:

Aumentar os números de creches, abrir uma explicadora para as crianças ficarem meio período. Todos os meus filhos vieram da creche e o de um ano, eu tentei ontem, mas tem que esperar agora se vou conseguir ou não. (Entrevistada 1)

Creche, tem muita gente que está à toa e tá com o filho na creche, e a gente que trabalha ou quer trabalhar não conseguimos. É muito complicado, ainda mais por ser sorteio. (Entrevistada 4)

Sobre essa situação das creches, atualmente o Jardim Gramacho, segundo o levantamento realizado pelo Ibase (2022) e confirmado pelas usuárias do Cras, o bairro conta apenas com duas creches, que atendem a educação infantil de 2 a 5 anos, e que são consideradas pela população como deficitárias em relação às condições físicas, baixo número de profissionais e de vagas para atender a demanda regional, pois as vagas são sorteadas através de site, deixando muitas mães sem opção para trabalhar.

Outras opções destacadas por elas refere-se a oferta de mais empregos, demonstrando que a principal estratégia de sobrevivência delas deriva do trabalho, contudo a ausência de oportunidades de empregos formais é uma situação observada como algo que dariam prioridade. Algumas pontuaram não só em relação às mulheres, mas também aos jovens da comunidade, como uma estratégia de não adentrar a criminalidade:

daria trabalho, para ter uma renda, mais cursos. Ao invés da gente vir aqui pedir cesta básica. Daria mais emprego para todo mundo e curso pra mulheres e jovens pra não ficar vadiando por aí. (Entrevistada 1)

Eu daria trabalho, nem todo mundo vive de cesta básica, a gente quer trabalho, a gente que mostrar o que temos dentro da gente, mostrar nosso trabalho, nós não somos parasitas para deixar de trabalhar. Eu não tenho estudo mas eu sei trabalhar, sei cozinhar, lavar, passar, arrumar casa mas não tem vaga nem para varrer rua, a gente tem que ter segundo grau para tudo. (Entrevistada 2)

Primeiramente eu daria emprego, daria recursos pra ajudar as famílias manter os filhos nas escolas pra que futuramente tivessem profissão, isso facilitaria a vida deles. Pras mulheres daria também acompanhamentos pra ver se se tem segurança e se são bem atendidas. (Entrevistada 3)

Se eu tivesse esse poder, eu incentivaria elas a fazerem cursos para melhorar de vida, abrir a mente, hoje em dia, você ver mulheres sozinhas, precisando de abraços e não conseguem por isso faria uma associação de mulheres para apoiar-las nos estudos com tudo que tem direito. (Entrevistada 4)

Criaria grupos de empregos, entraria com uma ação para modificar esse modo de locomoção no bairro, trabalho para jovens. As pessoas só vem aqui buscar cestas, por que não tem oportunidade, não tenho vergonha disso, por ter dois cursos técnicos e uma faculdade trancada, para trabalhar de auxiliar de serviços gerais, porque não tenho alguém que me dê esse suporte, se fosse vereadora eu veria mais isso. (Entrevistada 5)

Mudaria o projeto do Auxílio (PBF), ensinaria as mulheres a correrem atrás de seus sonhos, criaria uma ONG para capacitação dessas mulheres. As vezes vemos que o dinheiro não é tudo, as vezes precisamos de cestas básicas, mas queremos mesmo trabalhar, eles pensam que a solução é dar mais auxílio mas não é. Precisamos trabalhar conseguir nosso dinheiro, ir no mercado e comprar o que quiser. (Entrevistada 6)

Daria empregos para elas, mudaria a vida delas, seria bom. Aumentaria o alto astral e auto estima delas. (Entrevistada 7).

Aumento do Auxílio Brasil (PBF), eles podiam aumentar para um salário, sei lá, para as mães que não conseguem trabalhar, assim como eu. (Entrevistada 8).

Para as mulheres a realidade de vivenciar vulnerabilidades sociais é mais aguda, uma vez que elas tendem a realizar infinitas atividades laborativas não remuneradas, o que no âmbito social geralmente é desqualificado, é invisível, essas mulheres majoritariamente dedicam-se às atividades do lar e da criação dos filhos, o que muitas vezes as tornam dependentes da figura masculina para o sustento da família ou dependentes de benefícios sociais, como por exemplo, os fornecidos através da política assistencial.

No entanto, estas mulheres também são as responsabilizadas pelo sucesso ou fracasso de suas famílias, assim como, são duramente penalizadas pela condição que vivem e por depender justamente desses mesmos benefícios. Além de serem o objeto central das ações da política social de assistência, uma vez que, cabe a mulher-mãe estar vigilante com a família e

com o cumprimento de condicionalidades para não perder o benefício social imposto pelos programas.

Nota-se que ao falar da oportunidade de trabalho algumas das usuárias se justificam como receptoras do benefício eventual (cesta básica) como uma questão que as incomoda e que se houvesse mais oportunidades de trabalho não receberiam a cesta básica.

Para além do recebimento da cesta básica e do valor do programa do bolsa família, muitas dessas mulheres realizam atividades de trabalho, atividades na informalidade, como referimos nos eixos de análise anteriores, contudo ainda assim este tipo de atividade realizado por elas é invisibilizado como trabalho por elas mesmas.

Para Melo e Bandeira (2005), há uma “nítida relação entre a divisão do trabalho e a pobreza das mulheres; a inserção feminina aconteceu em paralelo com o crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e aumento das taxas de desemprego. “(MELO E BANDEIRA, 2005, p.17). Deste modo, as mulheres continuam nos segmentos menos organizados e mais presentes na informalidade e no desemprego, mais de 80% das mulheres estão alocadas em serviços básicos e domésticos, como pontua a autora.

Sobre o papel da política de assistência social e as ações do CRAS, em relação a superação das suas condições de vulnerabilidades sociais, as participantes da pesquisa referiram na maioria das vezes, que a política de assistência social contribui para o enfrentamento das questões pontuadas por elas, prioritariamente em relação ao recebimento de benefício eventual – a cesta básica, que pegam no equipamento – referente a isto as mulheres demonstram gratidão e parecem não conseguir relacionar a política de assistência como política pública de direito:

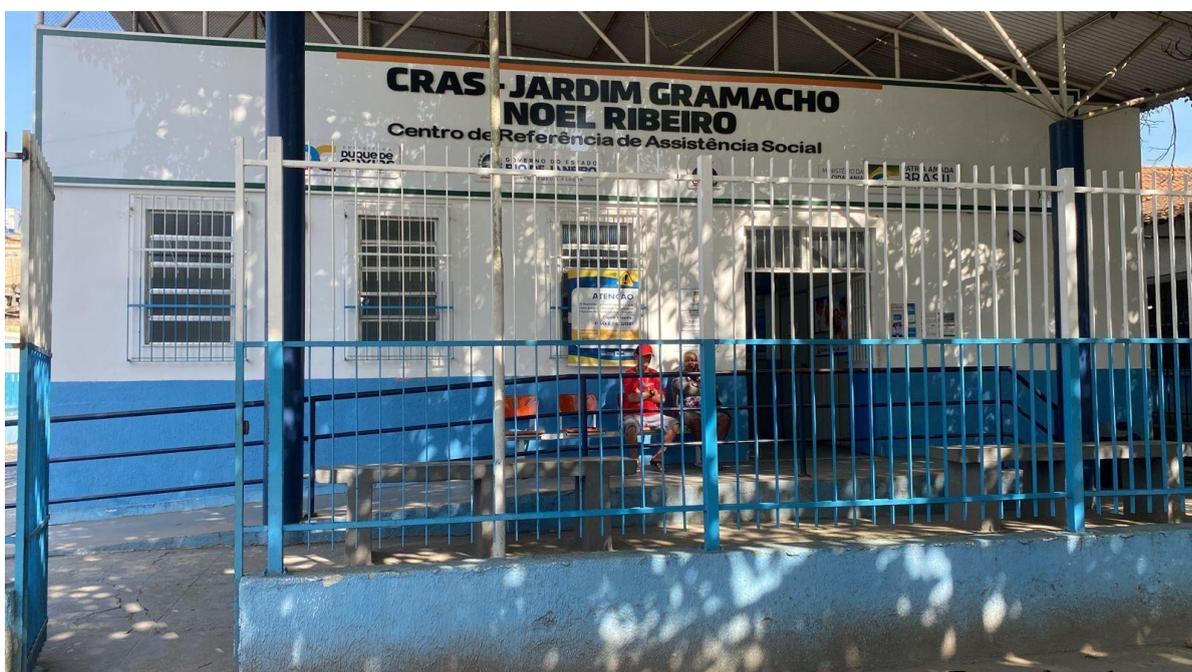
Contribui em forma de recursos assistenciais. Ajuda quando precisamos. Se eu precisar eu consigo, igual agora precisei de ajuda e estou aqui. (Entrevistada 1)

Sim, me ajuda bastante. Fico muito grata, muito feliz assim, por ter esse apoio, essa ajuda todo mês. Se tivesse um emprego de carteira assinada mudaria um pouco minha vida, eu gosto de fazer faxina e esse tipo de coisa. (Entrevistada 4)

Atualmente o que falta são oportunidades de emprego. Hoje, eu diria que a única coisa que falta seria oportunidade de emprego, não só o encaminhamento em si, se tivesse aqui, a maioria das pessoas que vem aqui buscar cesta básica e faz toda aquela entrevista iria diminuir bastante já que aqui vocês tem acesso ao meu currículo, nossa vida, a tudo, então o que falta pra mim aqui seria isso, emprego. (Entrevistada 5)

Ajuda bastante a minha casa, minha família principalmente agora que meu filho tá estudando aqui, ajuda sim. Até que ele gosta de vir pra cá fala que tem explicadora e ele sai correndo pra se arrumar, é bom assim. (Entrevistada 6)

Diante das falas e da correlação que fazemos com a política de assistência social dentro de uma perspectiva de direitos, com objetivo da proteção social e no enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais, percebemos que ainda nos dias de hoje, as mulheres possuem dificuldades em perceber a política como direito. Tornando-se agradecidas e imbuídas de sentimentos que muitas das vezes são cultuados pelos operadores da política, sobretudo, neste município que carrega uma política clientelista e coronelista até hoje. Não é incomum a presença de políticos dentro dos equipamentos.



Fonte: foto da autora

Observamos ainda que de acordo com as intervenções, as ações desta política ainda são ações pontuais, emergenciais e restritivas, que gerenciam a pobreza e não visam a sua erradicação, uma vez que não atingem o cerne da questão. E carregam ainda a sua historicidade de benemerência e caridade.

Além da relação com a cesta básica, as entrevistadas também relatam questões de vínculos com alguns profissionais como um espaço aberto para escuta de suas questões, e apontam em suas visões o que faltaria no espaço do Cras Jardim Gramacho para melhorar suas questões:

Uma roda de conversa para as mulheres, que fale sobre autoestima, trabalho e ajuda. Às vezes passamos por várias coisas e precisamos conversar, falar de autoestima, trabalho e vida. Eu participaria, seria a primeira, pois preciso muito. (Entrevistada 1).

Oportunidade de emprego.(Entrevistada 2)

Deveria ter mais professores para ajudar os jovens, hoje em dia você vê uma criança de doze anos com uma pistola na mão, então aqui está faltando isso, um acompanhamento, uma roda de conversa também para os jovens. Porque os meus filhos são muito fechados, tiro pelo meu filho J.C, que teve depressão por não aceitar a morte da minha mãe e eu só descobri isso, por que levei ele ao médico. Ele falou tudo ao médico e dentro de casa eles não se abrem. (Entrevistada 3)

Diria assim, aqui não falta nada tem de tudo tem bom atendimento um carinho especial conosco da terceira idade somos bem assistidos e assim a gente se sente bem segura e assim conseguimos transmitir isso aos nossos filhos. Que nunca falte um CRAS que sempre esteja presente em nossas vidas.(Entrevistada 4)

O CRAS não tem o que falar de mal se precisamos de um papel é só vir aqui que consegue. Acho que tem que ampliar para dar mais oportunidades, ter mais psicólogos para a gente vim aqui e conversar, mas ajuda, igual em Caxias, para tirar registro eu consegui o meu aqui com o moço isso facilitaria a vida do povo do Jardim Gramacho. Igual identidade ou qualquer outro documento podia tirar aqui, muita gente aqui não tem registro, a gente não tem dinheiro pra ficar indo pra Caxias, essas mães que tem um filho atrás do outro e ajudar se tivessem tirando o registro aqui também. (Entrevistada 5)

Dentro da favelinha ninguém tem dinheiro a única coisa do Jardim Gramacho que funciona direito é esse cras , se parar a gente fica sem nada. Falta tudo, falta médicos, não tem um remédio, não tem água, e a gente vive de quê? Não tem nada (Entrevistada 6)

Mais cursos de aperfeiçoamento, curso de informática e reforço escolar. Eu sou louca para aprender. (Entrevistada 7)

Como podemos observar nas falas das participantes, muitas das questões que faltariam no Cras, para elas, envolvem a questão de ampliar atendimentos ou estender atendimentos de saúde no espaço do Cras tendo em vista que a região têm um déficit de atendimento médico e de saúde, questões de ordens psicológicas também são frequentemente citadas por essas mulheres como forma de lidarem com suas questões familiares e de autoestima. O que acaba confundindo o papel do equipamento enquanto Proteção Social Básica. Contudo, a maioria das respostas sempre se voltam para a questão da empregabilidade e oportunidades de cursos e trabalho.

Sobre este fator, Gomes e Biron (2021) analisam o impacto que a Pandemia deCovid-19 trouxe para o setor trabalho feminino, de acordo com elas, a crise sanitária que assolou o mundo trouxe maiores consequências e desafios para ampliar a participação de mulheres no mundo do trabalho, situação que já vinha ao longo das décadas ocorrendo de modo precário, aumentou a disparidade com a expansão da pandemia.

Para as autoras,

"Entre 2019 e 2020, o Brasil registrou uma queda de 10% no número de mulheres empregadas. Em termos absolutos, isso significa uma queda de 4,2 milhões de mulheres ocupadas. No mesmo período, de acordo com a PNAD Contínua, a queda na quantidade de homens ocupados foi de 7,9%. Ou seja, embora o cenário seja adverso para todos, podemos notar que o impacto foi relativamente maior entre mulheres." (GOMES E BIRON, 2021).

Os dados sugerem que as mulheres têm mais dificuldades em se manter em empregos formais, com carteiras assinadas e garantias de direitos trabalhistas e quando ocorre uma crise tanto financeira quanto sanitária que abala a situação socioeconômica, como também ocorreu com a Pandemia, pode-se perceber que as mulheres são as que mais sofrem e perdem seus postos de trabalho, além disso, é histórico que a população feminina esteja prioritariamente alocada no setor de serviços, incluindo os domésticos.

Outro apontamento realizado pelo grupo pesquisado, em relação a superação de algumas questões citadas e atribuídas ao Cras um papel importante no enfrentamento dos problemas que apresentam de baixa-estima, foram em relação ao direito ao Lazer, todas as mulheres responderam que não tinham lazer e as que identificam alguma forma de lazer, citavam que ir ao Cras e participar do grupo do SCFV como uma forma de cuidar de sua saúde mental e física e de ter lazer, pois essa participação faz com que ao menos por algumas horas elas esqueçam a realidade e ocupem a mente com atividades, sentindo-se menos deprimidas. Frisamos:

Lazer? É cuidar dos filhos, da casa... (Entrevistada 4).

Meu lazer é cuidar dos filhos, levar pra escola e buscar. (Entrevistada 7).

Lazer pra mim é quando eu venho pro Cras um pouco (Entrevistada 8).



Fonte: foto da autora



Fonte: foto da autora

No capítulo seguinte, analisaremos os dados coletados com as trabalhadoras do SUAS, a saber as técnicas em Gestão do Suas I e II, para entendermos sua visão sobre as problemáticas envolvidas neste trabalho.

## **CAPÍTULO 5 – AS APREENSÕES DAS TRABALHADORAS DO SUAS E OS DESAFIOS IMPOSTOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19**

Neste capítulo nos debruçamos sobre a discussão em relação as apreensões das mulheres trabalhadoras do SUAS, especificamente as técnicas em gestão do Suas que atuam com as mulheres frequentadoras do PAIF e do SCFV, buscamos analisar de que forma elas entendem os rebatimentos da violência estrutural nos seus atendimentos, os desafios impostos a elas em atuarem nesta política e de que forma estas situações podem afetar sua saúde e a atuação profissional, sobretudo em período pós-pandêmico.

Foram convidadas a participar desta pesquisa todas as Técnicas em Gestão do Suas, que compunham a Equipe Técnica do Cras Centenário e do Cras Jardim Gramacho, como mencionado anteriormente espaços sócio-ocupacionais desta autora. No entanto, três profissionais aceitaram fazer parte deste processo, duas técnicas do Cras Centenário e uma do Cras Jardim Gramacho.

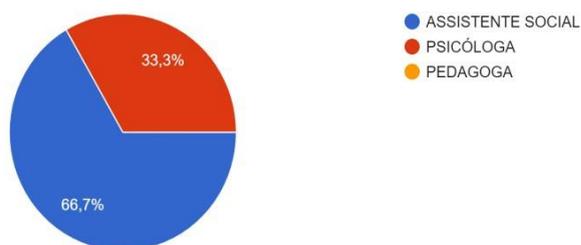
Para a análise dos dados desta seção, categorizamos os dados em quatro eixos de análise, a começar pela identificação dessas profissionais, em seguida pelo que entendem como violência estrutural, a partir do questionamento: ‘ Como você identifica a violência estrutural nos atendimentos que você faz? No terceiro momento nos debruçamos sobre as situações de vulnerabilidade social que impactam na vida ou saúde das pessoas acompanhadas pelas técnicas e delas mesmas ao lidarem com situações de extrema pobreza, bem como, quais foram as maiores formas de violações de direito identificadas pela equipe técnica nos atendimentos com mulheres. Por fim, levantamos a forma como as profissionais identificaram o papel da política de assistência social no contexto de agravamento das expressões da questão social, advindos com a Pandemia e as fragilidades do seu equipamento.

### **5.1 Eixo de análise: Identificação das Profissionais**

Das 3 entrevistadas, duas são assistentes sociais e uma psicóloga, duas pertencem ao território do Cras Centenário e uma do Cras Jardim Gramacho, em relação ao estado civil: duas são casadas e uma solteira.

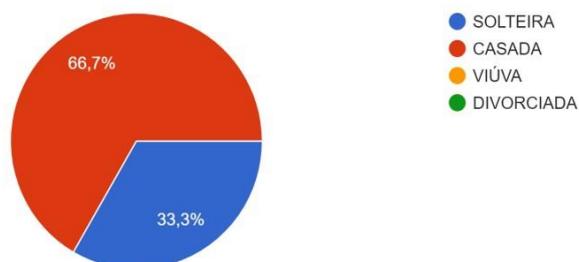
### Gráfico 14 – Identidade das profissionais

CATEGORIA PROFISSIONAL:  
3 respostas



### Gráfico 15 – Estado Civil das profissionais

ESTADO CIVIL:  
3 respostas

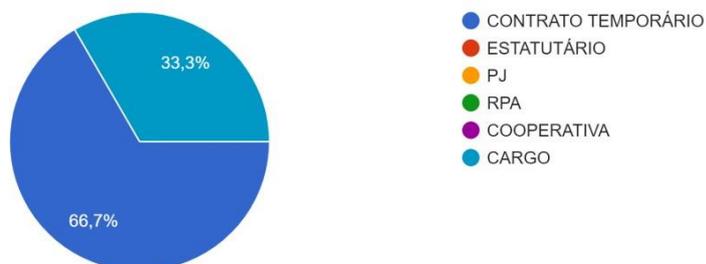


Em relação à escolaridade, apenas uma das entrevistadas possui pós-graduação e sobre o vínculo de trabalho, todas possuem vínculos frágeis: contratos temporários ou cargo político. Duas delas estão aproximadamente atuando há 2 anos nesta política e uma há 17 anos.

## Gráfico 16 – Regime de Contrato

QUAL SEU REGIME DE CONTRATO:

3 respostas



A questão sobre a fragilização dos vínculos e regimes de contrato, cabe salientar que, embora, esta parte da pesquisa tenha sido feita apenas com três participantes, realizou-se um levantamento sobre as condições desses vínculos onde se constata que a maioria das Técnicas em Gestão do SUAS do município de Duque de Caxias são de contratos temporários referentes ao último processo seletivo (PSS) que ocorreu em 2021, que contratou 88 técnicos em Gestão do Suas (dentre assistentes sociais, psicólogos e pedagogos), algumas renovaram esses contratos desde de 2017. As profissionais que não fazem parte do PSS são pertencentes aos Cargos de Indicação Política.

Em relação às condições de precariedade em que se desenvolve o exercício profissional dos/as Assistentes Sociais, Alves (2015) menciona que a categoria enfrenta contratos de trabalhos temporários, por tempo de serviço ou por comissões e se deparando ainda, com a defasagem salarial e ausência de concursos públicos que possam lhes oportunizar direitos trabalhistas. Além disso, há sobrecarga de trabalho e outros mecanismos que burlam a carga horária definida em lei.

Sobre esta questão e analisando as entrevistadas, ainda que a literatura aponte para a repercussão no trabalho dos assistentes sociais, podemos perceber uma ampliação para todas as categorias profissionais no quesito defasagem salarial e carga horária que extrapola o estipulado em legislação.

Em relação às trabalhadoras entrevistadas do SUAS, neste município, todas possuem vínculo precário de trabalho e todas estão sob o regime de contrato temporário ou de cargo político (que tem valores salariais diferenciados).

E ainda que sejam assistentes sociais e psicólogas, estão contratadas para atuar como Técnicas em Gestão do Suas, o que na prática, além de burlar a carga horária preconizada pela legislação, traz a questão de que nesta política os papéis se assemelham, tendo em vista que

todas as categorias atendem da mesma forma (fazem a ficha, fornecem cesta básica, planejam e executam grupos, fornecem encaminhamentos para a rede de serviços) não há um limite claro do que seja da área de atuação do Serviço Social e das demais categorias profissionais, como Psicólogos e Pedagogos.

Sobre este assunto Raichelis (2011) também pontua que no âmbito do Serviço Social a tríade flexibilização/precarização/terceirização apresenta um nível e intensidade ainda mais severa para a profissão:

Os dados sobre condições de contratação, remuneração e trabalho dos jovens assistentes sociais permitem constatar para quase 50% dos respondentes “o aviltamento da precarização dos contratos de trabalho no interior da profissão, seja por contratos temporários, seja por ausência de vínculo empregatício ou travestidos de profissionais autônomos” (RAICHELIS, 2011, p. 432).

Salienta-se que os efeitos desta tríade sobre o trabalho social trazem consequências profundas. Raichelis (2011) constata uma desconfiguração do trabalho técnico do/a assistente social, que traz uma subordinação às relações contratuais, que refletem em descontinuidade de acompanhamentos, ruptura de vínculos com usuários e descrédito da população em relação a coisa pública, além de operar uma fragmentação entre direito e serviço prestado.

## **5.2 Eixo de Análise: O Impacto das vulnerabilidades sociais na saúde e vida das mulheres acompanhadas nos Cras sob a ótica da Equipe Técnica**

Neste eixo, verifica-se de que forma as entrevistadas percebem e relacionam o impacto das vulnerabilidades sociais na saúde e vida das mulheres acompanhadas em seu equipamento. As participantes relacionaram esse quesito com a baixa escolaridade apresentada, na maioria das vezes, pelas usuárias, bem como, o acesso precário ou nenhum acesso a rede de saúde associado a fatores e determinantes sociais, como: condições de moradia inadequadas, acesso a água e ao mercado de trabalho de modo formal, situações que as deixam mais vulneráveis. Sob esse ponto de vista, destacamos a fala:

“as famílias que eu acompanho aqui nesse equipamento são famílias que se encontram em vulnerabilidade social que causam um grande impacto na vida delas por um todo, essas famílias, a maioria delas vivenciam situações muito precárias de moradia, a falta de saneamento básico, então são fatores que acarretam diretamente na saúde dessas famílias, porque elas não tem um total acesso a saúde, a um tratamento adequado, muitas delas vivenciam em locais de desastre” - Técnica 01

Para elas, o nível de escolaridade implica diretamente na necessidade de recebimento de benefícios sociais do governo, e no número de filhos que as usuárias possuem, além de associarem esses fatores a forma como vivem e acessam a saúde. Uma das entrevistadas pontua que:

“a maioria são mães solteiras que tem 3, 4 e 5 filhos e você vê que é triste, elas não tem grau de instrução nenhum, muitas não procuram médico, não tem acesso a saúde, é horrível e as dificuldades de entendimento prejudicam muito porque muitas não sabem seus direitos, a preocupação delas é mais receber dinheiro e trabalhar e não cuidam da saúde.” Técnica 02

“um outro fator muito importante é a educação, a falta da educação, a baixa escolaridade que afeta ali também na questão da renda, na questão econômica dessas famílias, no emprego porque são famílias que não estão inseridas no mercado formal de trabalho, estão inseridas na maioria das vezes vivendo de biscate ou dependendo de terceiros pra garantir a sua segurança alimentar e as despesas da casa.” Técnica 01

Outra técnica menciona o sofrimento mental a que muitas mulheres estão submetidas devido a vivenciar situações de precariedade, reforçando as falas das próprias mulheres, no capítulo 4 deste trabalho. Sobre este assunto, destacamos que:

“percebo que a maioria delas ficam com baixa auto estima, depressivas e outras fazem uso abusivo de álcool e outras drogas”. Técnica 03.

Um estudo publicado pela Fiocruz (2020), refere que o sofrimento mental a longo prazo se debruça mais sobre aqueles indivíduos que vivenciam as desigualdades sociais e menciona que o impacto mental que a Pandemia de Covid-19 traria para a população agravaria muito mais o quadro e situação social daqueles que já são privados dos seus direitos:

Como tão claramente é demonstrado por um enorme e avassalador conjunto de evidências sobre os determinantes sociais da saúde mental, o maior risco de desenvolvimento de um sofrimento mental sério e duradouro recairá sobre aqueles já estão afetados pela desigualdade social. (FIOCRUZ, 2020, FONTE DA INTERNET).

De acordo com esse mesmo estudo, os determinantes sociais como violência política, pobreza, racismo, violência de gênero entre outros, tem tido um reconhecimento crescente ao longo das últimas décadas como os que mantêm relação direta no resultado de saúde mental das populações. E frisam que:

as consequências das desigualdades sociais incluem a carga desproporcional de responsabilidade imposta às mulheres, uma vez que muitas vezes elas carregam a

carga adicional e desigual de responsabilidades domésticas (por exemplo, o cuidado das crianças desde que as escolas estão fechadas) e o estresse dos empregos de linha de frente (por exemplo, enfermeiras, trabalhadores de mercearia). Da mesma forma, as populações vulneráveis também correm o risco de maior exposição ao racismo e ao estigma, o que agrava ainda mais o sofrimento mental, aumentando a exclusão social e o isolamento. (FIOCRUZ, 2020, FONTE DE INTERNET).

Conforme colocado no texto sobre o desdobramento na saúde mental das mulheres que vivenciam vulnerabilidades sociais, se estendendo também aos profissionais da linha de frente, como enfermeiras e outros profissionais, destacamos que nesta pesquisa, buscamos ouvir as profissionais da assistência social em relação ao impacto destas situações na sua própria saúde.

Ao serem questionadas sobre de que forma lidar com as situações de vulnerabilidade social, que impactam a vida das usuárias em seus equipamentos também rebate ou reflete na sua própria saúde, as entrevistadas responderam que:

"Por vezes me sinto impotente frente tais situações gerando um pouco de ansiedade e frustração". Técnica 01

"na minha (saúde) não porque eu sou bem estruturada nisso e eu consigo lidar bem com as famílias, consigo conversar normalmente, mas claro que às vezes a gente fica pensando em casa em alguns assuntos que a gente escuta de algumas famílias que a gente atende...de querer ajudar e não poder ajudar, o que podemos fazer é orientar e tentar trazer um caminho melhor pra elas porque é muito difícil mesmo para essas mulheres, por falta de conhecimento muitas são roubadas em tudo nos seus direitos". Técnica 02.

Em relação as violações de direito que mais identificam em seus atendimento e que possuem relação direta com o impacto na vida ou saúde dessas mulheres, as trabalhadoras do Suas também foram pesquisadas. Vejamos no próximo eixo quais suas apreensões a cerca deste tema.

### **5.3 Eixo de Análise: A violência estrutural nos atendimentos sociais e a identificação das violações de direitos mais recorrentes – o que as técnicas entendem ?**

Neste eixo de análise, as participantes da entrevista, foram perguntadas como percebem a violência estrutural nos seus atendimentos, no que se refere ao caso específico das mulheres em que acompanham. Tendo em vista que a violência estrutural não é tão abordada no Serviço Social e que se diferencia de uma violência mais direta como as

violências físicas, entre outras. A violência estrutural costuma ser silenciosa e passa despercebida pelas pessoas, deste modo, as técnicas referiram que:

“nos equipamentos nos quais atuei , com exceção do município de São João de Meriti, oferecem excelentes condições para que o usuário seja contemplado em suas demandas” Técnica 01.

Percebemos que esta profissional identifica violência estrutural como condições de infraestrutura para prestar atendimento aos usuários. No entanto, a Técnica entrevistada abaixo, demonstra que a ausência de educação, escolaridade e cuidados com higiene e aparência refletem a violência estrutural na vida das acompanhadas:

eu tenho identificado que as pessoas estão muito assim... quando se fala em violência, da educação mesmo, não tô falando da falta de educação delas e sim de que elas não tem mesmo educação, muitas não tem a segunda série, o quarto ano agora, não têm estudo nenhum e vive numa situação terrível, já atendi pessoas aqui que tem uma aparência, nossa!! De que elas não cuidam da aparência, que elas não tem zelo, mas também entendo que a condição financeira delas não permite, a gente pega mais mulheres aqui que vive numa situação sem perspectiva de melhora, então elas vivem essa violência dentro delas mesmo e estão vivendo esse caminho e não pensam em mudar.” Técnica 02.

Para a Técnica 03, a violência estrutural em seus atendimentos pode ser percebida quando atende mulheres que possuem fragilidades socioeconômicas, apontando a dimensão da desigualdade social e em relação as violências mais visíveis, como:

Nos atendimentos dentro do equipamento identifiquei que a violência estrutural afetava a vida das usuárias tanto na questão socioeconômica quanto na questão física e psicológica, pois o sistema que vivenciamos é desigual, tendo uma falha na inclusão dos direitos sociais e assim não é possível com que todos tenham as mesmas oportunidades na vida.

São famílias que não tinham acesso a saúde, emprego, educação, a uma alimentação básica, até mesmo saneamento básico, a água, que é algo tão natural e tudo isso gera uma desestruturação nas famílias”. Técnica 03.

De acordo com Roque (2023) a violência estrutural geralmente se expressa na distribuição desigual de poder e tendo como consequência oportunidades desiguais como por exemplo: na distribuição de renda, no acesso à saúde, na educação, assim como, na injustiça e discriminações. A autora define esta violência: “como uma violência que não é praticada por um agente concreto com o objetivo de infligir sofrimento, mas é gerada pela própria estrutura social, sendo as suas formas mais relevantes a repressão, em termos políticos, e a exploração, em termos econômicos.” (ROQUE, 2023, FONTE DE INTERNET).

No entanto, a autora reflete que mesmo que a violência estrutural não seja um processo deliberado e ativo, ela pode se revelar através da ausência de proteção social,

necessidades e garantia de direitos, inviabilizando a manutenção da própria vida dos cidadãos ou de um grupo deles, como ocorre com as mulheres estudadas neste trabalho, que têm negados o acesso à saúde e à alimentação. E ainda que não tenha o objetivo de infligir sofrimento através de um indivíduo, ela causa muito sofrimento, analisando que muitas das mulheres vivem sob condições sanitárias precárias, e acabam desenvolvendo desgastes mentais e transtornos depressivos relacionados pelas condições em que vivem.

Para a autora, são exemplos de violência estrutural:

decisões políticas como as ditas “medidas de austeridade” que conduzem a um empobrecimento coletivo e a um retrocesso nos direitos sociais (apoio no desemprego, saúde, educação) e no acesso a bens essenciais (como a água). A violência estrutural sentida no domínio econômico pode favorecer o surgimento ou o aprofundamento de atos de violência direta (criminalidade, violência juvenil, violência doméstica), bem como de violência política (xenofobia, discriminação, repressão de resistências e contestação violenta). (ROQUE, 2023, FONTE DE INTERNET).

Deste modo, observamos que as mulheres usuárias e trabalhadoras acompanhadas pelos equipamentos participantes da pesquisa e as apreensões das trabalhadoras do Suas que responderam a entrevista, referem que essas mulheres e suas famílias convivem e sobrevivem a uma série de expressões da questão social, que são colocadas como violência estrutural, ainda que algumas mulheres não percebam que estão submetidas a processos violentos que produzem e reproduzem sua condição de miséria.

No levantamento realizado com as Técnicas do Suas, as maiores violações de direitos identificadas por elas, em relação às mulheres acompanhadas, envolvem ausência de direitos básicos, como: saúde, alimentação, água, saneamento básico e o convívio quase sempre com alguma forma de violência doméstica e violência psicológica, além da falta de informação para viabilizar seus direitos.

Vejam as respostas:

“Eu percebo que muitas sofrem violência psicológica”. Técnica 01

“o que eu mais recebo são mulheres que não tem acesso a informação, que não sabem de fato quais são os seus direitos, mulheres que foram abandonadas pelos parceiros e que precisam de uma forma de sobrevivência, a maioria chega com seus filhos sem o nome do pai, não sabem que isso é um direito, não sabem que o pai tem que pagar a pensão, as mulheres que tem trabalhos informais não sabem dos seus direitos. Tem a violência doméstica e também tem a negligência em alguns atendimentos fazendo com que essas mulheres não consigam efetivar seus direitos também.” Técnica 02

“percebo muito aqui nelas o desconhecimento de seus direitos, elas já chegam aqui pra gente pedindo e só fala do auxílio brasil e são mulheres que a gente realmente vê que são sofridas, abandonadas pela família, muitas jovens com filhos novos, e não tem assim uma vida, vivem uma vida de miséria e fica muito mais difícil para elas melhorarem né”. Técnica 03.

#### **5.4 Eixo de Análise: O papel da política de assistência social no contexto de agravamento das expressões da questão social advindos com a Pandemia de Covid-19 – O Caso de Duque de Caxias.**

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) é considerada um importante avanço na história da proteção social brasileira. No entanto, conforme observam Behring e Boschetti (2010), é uma das políticas que mais sofrem com a morosidade na regulamentação como direito, além de possuir baixa cobertura e ser mantida como emergencial e criticada pelo caráter filantrópico e clientelista. Quanto aos componentes importantes da Seguridade Social, as autoras consideram que não há universalidade nas políticas, predominando um caráter seletivo e privatista.

Em relação às condições materiais em que se desenvolve atualmente a política de assistência social, não podemos deixar de mencionar que houve aumento das vulnerabilidades sociais nos últimos anos.

A Pandemia da Covid-19 é considerada uma catástrofe humanitária, que trouxe imensas perdas de vidas, hoje em torno de 700.556 pessoas mortas pelo novo vírus e mais de 60.591 casos de contaminação diárias (Ministério da Saúde, 2023).

Ocasionadas pelo contágio desenfreado até a vacinação dos grupos de risco e sucessivo avanço da imunização em todas as faixas etárias (com exceção de crianças abaixo de seis anos que lentamente estão sendo contempladas). A urgência de isolamento social, foi uma medida de proteção à vida, mas gerou inúmeras consequências sociais e econômicas para a população.

Para Behring e Boschetti (2021) a pandemia revelou algo que já estava em curso no Brasil há muitos anos, como o desmonte da seguridade social e dos direitos trabalhistas. A seguridade social já vinha apresentando cortes de recursos e orçamentos congelados, a exemplo da política de saúde, que desde 2015 sofre com as medidas de austeridade, entrando em colapso total com o advento da pandemia de Covid-19.

Frente às novas demandas impostas pela pandemia e o agravamento das condições e precarização das relações de trabalho, emergiu no país uma classe trabalhadora desprovida de rendimentos, devido a perda de seus postos de trabalho. Ao mesmo tempo, não houve as

condições de acesso ao trabalho informal, que pudesse garantir sustento desses trabalhadores, porque eles já não eram contemplados com amparo assistencial ou benefício social.

Em relação ao trabalho na política de assistência social, desenvolvido na Pandemia, pelo município de Duque de Caxias, ressaltamos que os equipamentos da Proteção Social Básica, nesse caso, os Cras, permaneceram em funcionamento normalmente para o atendimento presencial ao público, apenas os grupos do SCFV com crianças e idosos, foram suspensos, em alguns casos foram mantidas algumas atividades remotas para aqueles usuários que possuíam condições de acessar internet, que paulatinamente não tiveram forças para continuar.

Os Cras se tornaram referência para toda população local, para aqueles que não faziam parte do público prioritário e os que já eram atendidos pela política de assistência social, pode-se perceber um aumento da demanda de atendimentos no equipamento em busca de benefícios do Governo Federal. Embora Duque de Caxias não tenha ofertado nenhum benefício assistencial próprio, as demandas por cestas básicas, que já eram ofertadas pelo município exponencialmente aumentaram.

A respeito disso, indagamos, das Técnicas em Gestão do Suas, qual foi sua percepção em relação ao papel do Cras neste período. Cabe salientar que todas as técnicas trabalharam de forma presencial no período da Pandemia. As técnicas destacaram que:

“durante a pandemia muitas famílias perderam seus empregos, seus trabalhos, e isso afetou gravemente a situação econômica dessas famílias e o cras como equipamento de porta de entrada ele não atuou apenas só na realização do cadastro para os benefícios de renda, bolsa família, auxílio brasil, mas atuou muito frente as questões emocionais através dos serviços ofertados dentro do cras pelo serviço de convivência e o paif porque criou novas oportunidades e projetos pra essas famílias que perderam os pilares da sua família, seus parentes. Acho que atuamos muito além da renda, atuamos no suporte emocional.” Técnica 01.

“enxergo a preocupação aqui no cras que eu trabalho, a preocupação de tentar ajudar essas mulheres, a gente vê que temos vários setores e locais que a gente pode tentar ajudar essas mulheres e a equipe é uma equipe interdisciplinar que tenta ajudar, mas as pessoas as vezes não querem ser ajudadas, a gente tem muita coisa a oferecer mas elas mesmos não querem, a única visão que eu tenho hoje dessas mulheres... assim que elas só visam o dinheiro para se sustentar e sustentar os filhos.”Técnica 02.

De acordo com Behring e Boschetti (2021), 100 milhões de brasileiros se encontraram nesta situação, o que corresponde a quase 50% da população. Ressaltam as autoras que os reflexos da pandemia atingem em maior número a parcela mais pauperizada da classe

trabalhadora, que por sua vez não dispõe de saneamento básico adequado para manter as medidas de prevenção e higiene e outras condições essenciais, como acesso ao SUS limitado em vista de um colapso dos serviços, que ficaram dedicados ao trato da Covid-19.

Neste universo, as mulheres, negros e pardos são os mais afetados pela pandemia, sendo assim, as mulheres objetos desta pesquisa são parte deste universo precário que foi assolado com mais miséria durante o período de isolamento.

Considerando a realidade da política de assistência social de Duque de Caxias e de acordo com a fala das entrevistadas, que sinalizaram que a cada plantão realizado nos CRAS, inúmeros brasileiros buscaram os equipamentos assistenciais para solicitar benefícios sociais ou auxílio, com vistas à garantia da segurança alimentar. Uma das entrevistadas do setor técnico apontou que a maior procura pelos serviços do Cras pelos usuários se refere ao atual Auxílio Brasil.

Essa realidade confirma as análises de Behring e Boschetti (2021), atestando um aumento exponencial da pauperização e do desespero da classe trabalhadora, que maciçamente se encontra desempregada e não consegue realizar nem mesmo uma atividade informal. Aqueles que obtêm alguma oportunidade realizam seu trabalho em condições muito aquém dos seus direitos e da dignidade humana.

Uma segunda entrevistada refere que as condições de trabalho da população do Cras, sobretudo as mulheres, são as mais precárias possíveis, destacando:

“são famílias que não estão inseridas no mercado formal de trabalho, estão inseridas na maioria das vezes de biscate ou dependendo de terceiros pra garantir a sua segurança alimentar e as despesas da casa.” (Técnica 02).

Há ainda muitas famílias que mesmo tendo um trabalho formal procuram o Cras em algum momento para serem auxiliadas com benefício eventual, pois o aumento do preço dos alimentos não permitia a reprodução dos trabalhadores de baixa renda.

O agravamento da situação de pobreza e das desigualdades sociais, como afirma Mota (2021) têm sido observado nos serviços e equipamentos assistenciais em que atuam os/as assistentes sociais. Reapareceram requisições no interior da profissão consideradas superadas. São demandas que envolvem diretamente as necessidades materiais relacionadas com a fome, a miséria, falta de moradia e violências que estão vinculadas ao empobrecimento e escassez dos meios de vida:

[...] encaminhamentos administrativos para habilitação dos usuários a diversos programas, solicitação de benefícios eventuais, regularização de documentação civil e de identificação, superação de dificuldades causadas pela falta de acesso a computadores e celulares, além de orientações e acompanhamentos às famílias

durante os tratamentos e hospitalizações para tratamento da Covid-19. Em sua maioria, são demandas vinculadas direta ou indiretamente à pandemia (MOTA, 2021, p. 58).

De acordo com o quesito precariedade que se desdobra em reaparecimento de antigas solicitações administrativas ao Serviço Social, também surgem outras questões que colocam limites à atuação profissional, destacando também a falta de infraestrutura para um melhor atendimento, atrelado a isso, questões sigilosas ficam comprometidas. Sobre estes fatores as Técnicas responderam que em seus equipamentos:

"Há um reduzido número de técnicos para atender as demandas diárias e a maior limitação é ter que aguardar o dia em que o carro está agendado para realização das visitas domiciliares e institucionais necessárias e o maior desafio é em meio nossa limitação buscar oferecer ao usuário o melhor acolhimento e escuta." Técnica 01.

"o que eu vejo aqui, nós estamos num local hoje que eu vejo que não é muito adequado a atender o usuário, estamos num equipamento porque saímos de outro equipamento (devido a invasão do trafico local e a segurança da equipe) então você não tem aquele trabalho que você queria prestar melhor, uma conversa que a gente tem que deveria ficar entre a gente, tem outras pessoas ali perto que acabam escutando, ficam no meio envolvidas e ouvindo o que não deveria escutar, mas acredito que agora devemos sair daqui pois estamos tomando um processo, mas também já avisaram que não vamos sair daqui logo, mas vão arrumar uma sala pro serviço social e pra psicologia , pra equipe técnica ter um trabalho mais abrangente." Técnica 02.

"a dificuldade de manter um acompanhamento com as famílias pois muitas vezes não conseguimos nos aproximar da realidade daquele usuário, nosso contato fica só naquele dentro da sala de atendimento mesmo, não consegue ver como é a residência, as condições de moradia, de saneamento, a estrutura da família e ficamos só com as informações que o usuário passa dentro da sala, do ambiente do cras e é outro fator que eu acho também que é frágil ali é o espaço físico do cras que é inadequado, fica difícil fazer um atendimento de qualidade pelo espaço que é inadequado, falta de sala só pro serviço social, sigilo, o material sigiloso, muito complicado, difícil e isso dificulta muito realizar um acompanhamento social de qualidade, a dificuldade de locomoção dos profissionais até os locais onde essas famílias moram, dentro da comunidade, ter um veículo disponível ali pro equipamento." Técnica 03.

Uma outra questão que deve ser abordada e que Raichelis (2011) levanta é a precariedade na formação profissional, determinada pela ampliação de uma rede de ensino privada ou pública sem o compromisso com a qualidade, logo os profissionais seriam desqualificados tecnicamente. Sobre este fato uma das entrevistadas refere que além das situações que envolvem a precariedade estrutural, há uma preocupação com a qualidade técnica da equipe:

"a deficiência da capacitação para os funcionários, a rede de serviço que é atualmente é muito mais fragilizada." Técnica 03.

Por outro lado, considera-se que houve uma aparição ou retorno de Assistentes Sociais conservadores e não alinhados ao projeto ético-político profissional. Raichelis (2011) pontua ainda, a ausência de infraestrutura adequada nos espaços sócio-ocupacionais, que interfere na qualidade técnica e ético-política do atendimento, como observamos nas falas anteriores.

A autora acrescenta ao debate, a intensificação do trabalho dos/as assistentes sociais que em suas novas configurações vai afastando o trabalho profissional da população, pois o volume e intensidade de atividades demandadas, não lhes permitem ter maior aproximação e fazerem acompanhamento sistemático das situações, como se deveria.

A estipulação de metas e as cobranças pelos resultados imediatos, nos faz refletir sobre a influência destas questões na atuação do serviço social, que se torna cada vez mais frágil e marcado pela descontinuidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou elucidar o impacto da violência estrutural na vida das mulheres assistidas pela política de assistência social de Duque de Caxias, observando as situações de vulnerabilidade social por elas vividas e repercutidas na saúde da mulher.

Pode-se concluir que as observações realizadas mediante o Cras Jardim Gramacho, utilizando instrumentos de pesquisa, como entrevistas e observação participante, mostram que: as mulheres sofrem experiências complexas num contexto social urbano onde a discriminação racial, a desigualdade de gênero e a pobreza extrema dificultam que elas correspondam ao papel de provedoras das necessidades materiais da família.

Essa situação influencia diretamente a saúde mental e física das mesmas, apontando como uma grave expressão da questão social, na área metropolitana do Rio de Janeiro. Os resultados aqui apresentados visaram contribuir para o debate sobre a mulher na PNAS, assim como para as políticas públicas no sentido amplo, para que se tornem mais efetivas, combatendo as desigualdades sociais, a partir do enfoque de gênero sobre a classe trabalhadora.

Ressalta-se que estudos como o de Soares (2011) e Oliveira (2007) apontam que as mulheres representam a maioria entre as classes mais subalternizadas e pauperizadas. Estas condições as colocam em grupos mais vulneráveis e suscetíveis ao adoecimento mental, questões que aumentam quando relacionadas aos episódios de violências vivenciados no âmbito doméstico, quanto à violência urbana e policial.

No primeiro capítulo buscou-se fazer um delineamento sobre a literatura e a discussão sobre violência estrutural como expressão da questão social, entendendo que a questão social é a matéria-prima da profissão do Serviço Social e que o fenômeno da violência tem repercutido na vida da sociedade e está intimamente ligada à atuação profissional, o que tem se manifestado no século XXI, como uma das maiores e mais manifestas expressões da questão social.

A violência tal como se apresenta em suas múltiplas formas, tem gerado impactos agudos na vida em sociedade. A violência estrutural foi apreendida como aquela que sustenta todas as demais em diversas manifestações, às vezes invisíveis, porém paradoxalmente tem impacto na vida das pessoas, como é o caso da sobrevivência das mulheres. Neste capítulo, ainda situamos o debate da Política Social e em que terreno ela se desenvolve no sistema capitalista e a correlação de forças com o Estado.

No segundo capítulo, tratamos o município da pesquisa, trazendo elementos que constituem a história de Duque de Caxias e o seu desenvolvimento econômico, bem como, dos entrelaces políticos de cunho coronelistas e assistencialistas que perduram na cidade até hoje, solo de formas específicas da questão social local. Duque de Caxias se apresenta como uma das maiores arrecadações de receitas do Estado do Rio de Janeiro, mas mantém sua população com um baixo índice de desenvolvimento humano, o que merece atenção nas discussões orçamentárias e devidas alocações de recursos. Neste capítulo, também buscamos trazer elementos sobre o contexto em que se desenvolve a política de assistência social e como ela está organizada no referido município.

No terceiro capítulo, introduzimos a discussão sobre renda, gênero e pobreza, conceituando o debate sobre as relações de poder que permeiam o debate de gênero e a violência de gênero, citando as conquistas femininas e o papel do feminismo nas lutas das mulheres por emancipação e direitos sociais. Realizamos uma reflexão sobre a feminização da pobreza, seus entraves e repercussão na força de trabalho, ocasionando um agravamento das suas condições desiguais de vida entre os sexos, ou seja, como a divisão sexual do trabalho coloca as mulheres na exclusão, gerando a pobreza, na medida em que a elas são delegadas em maior grau as atividades informais para conciliação com o trabalho doméstico de reprodução e cuidado da família. Identificamos aí a violência estrutural em estreita conexão com a questão social, em sua forma explícita em que a pobreza é inerente à lógica estruturante do capital.

No capítulo 4, enfatizamos as discussões sobre os dados coletados na pesquisa. No primeiro momento levantamos o perfil das mulheres e de que forma elas vivem, acessam os serviços de saúde e sobrevivem economicamente ou suas maiores ocupações. Observamos um maior número de mulheres catadoras de recicláveis, dado as condições e à história do bairro Jardim Gramacho. Em relação a isto observamos o contexto de vida e da realidade de trabalho destas mulheres, que estão inseridas em um cenário repleto de vulnerabilidades sociais, econômicas, trabalhistas e de condições de saúde.

Além do trabalho ser marcado pela informalidade, risco e precariedade, essas mulheres também sinalizaram o sofrimento psíquico e a sobrecarga de tarefas domésticas e responsabilidades com cuidado e a maternidade. Nas entrevistas as participantes sinalizaram que vivenciam violência, discriminação, privações de uma série de direitos, o que vem causando prejuízos a sua saúde das mesmas, principalmente em relação a saúde mental e o agravamento de suas vulnerabilidades física e social. Embora as mulheres tenham

alcançado avanços no que se refere às condições de vida, de ingresso no mundo do trabalho e no acesso à educação, também foi observado que as mesmas se encontram com nível de escolaridade, de acesso ao emprego e uma remuneração muito aquém dos homens.

Por fim, no capítulo 5 , especificamos a parte das entrevistas realizadas com as mulheres trabalhadoras da política de assistência do município, verificando os maiores desafios da/os técnicos/as em gestão do SUAS, principalmente das assistentes sociais. Questões como o sucateamento do serviço público, das condições de trabalho, da precarização das relações, foram trazidas pelas profissionais, bem como, a focalização das políticas sociais. Ha ausência de qualificação profissional, diminuição de recursos humanos e de infraestrutura, que rebatem diretamente na atuação e na saúde da classe trabalhadora da qual essa profissão que atua com os pobres é um exemplo.

Apona-se ainda a necessidade de aprofundar as discussões em relação à emancipação das mulheres e a melhoria da qualidade de vida, principalmente, no que se refere à sobrecarga física e mental que elas enfrentam no cotidiano, para manter suas famílias. Ademais, faz-se indispensável um estudo que se debruce sobre a importância do papel da Política de Assistência Social na superação destas situações limites, para além de oferecer acesso aos benefícios sociais residuais e de natureza emergencial.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Gláucia Lelis. Processos de trabalho, precarização e Serviço Social: uma relação necessária! O Social em Questão, Rio de Janeiro, v. 1, n. 34, 2015

AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. Considerações sobre a violência pela ótica de johan galtung: alguns aspectos do terrorismo e o advento da intolerância. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/download/7661/5530/21444>. Acessado em: Maio de 2023.

ARRAZOLA, Laura Susana Duque. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade/ Ana Elizabete Mota (organizadora). – 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2010

BARSTED, Leila Linhares. **A resposta legislativa à violência contra as mulheres no Brasil**. Violência de Gênero e Políticas Públicas /Suely Souza de Almeida. Série Didáticos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências: Portaria MS/GM n.º 737 de 16/5/01**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação de Saúde. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. 64 p. – (Série E. Legislação de Saúde)

\_\_\_\_\_. Secretaria de Vigilância em Saúde. Painel Covid-19.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília – DF, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS, Brasília- DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Brasília – DF, 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Guia de Orientação Técnica - SUAS n. 01- Proteção Social Básica de Assistência Social, Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Diário Oficial da União, Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009, Brasília – DF, 2009.

BEHRING, Elaine. BOSCHETTI, Ivanette. Assistência Social na pandemia da covid-19. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Wbf86mT4vwX6HvnSyRy3kkD/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: Fevereiro de 2022.

\_\_\_\_\_. Política Social: fundamentos e história. 7.ed. – São Paulo: Cortez, 2010. Biblioteca básica de serviço social; v.2.

BEHRING, E. R. **Política Social no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Cortez, 2015, 6ª ed. Introdução e conclusão.

BEHRING, E.; SANTOS, S. M. M. Questão social e direitos. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRIGATTI, Fernanda. Menos da metade das negras com filhos pequenos consegue trabalhar. Folha de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/menos-da-metade-das-negras-com-filhos-pequenos-consegue-trabalhar-diz-ibge.shtml>. Acessado em: Março de 2023.

BROTTO, Marcio Eduardo. ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DUQUE DE CAXIAS/RJ: influências da história e da cultura política na consolidação de impasses e desafios a gestão

democrática. In: Anais VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2013. São Luis, Maranhão.

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. Disponível em: [https://www.cmdc.rj.gov.br/?page\\_id=1155](https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1155) Acessado em: Janeiro de 2023.

CAVALLI, Michelle. **Violência estrutural: enfrentamentos para o Serviço Social.**In: ANAIS da V Jornada Internacional de políticas públicas (2011).

CASTRO J.A. **Política social e desenvolvimento no Brasil.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012. <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea12.pdf>

CARNEIRO, Sueli. **“Mulheres em movimento”** Estudos Avançados. 2003

CARVALHO, Antonio Ivo de. Determinantes Sociais, Econômicos e Ambientais da Saúde. A SAÚDE NO BRASIL EM 2030. Disponível em: <https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2016/07/11.pdf>. Acesso em: Maio de 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, Revista Estudos Feministas, ano 10, Florianópolis, 2002

COLLINS, Patricia Hill. “Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão”, **Reflexões e práticas de transformação feminista** (org. Renata Moreno), SOF (Coleção Cadernos Sempre viva), 2015.

CONCEIÇÃO, Carolina Silveira da. MORA, Claudia Mercedes. “Respeito é bom e eu gosto”: trajetórias de vida de mulheres negras assistidas por um Centro Especializado de Atendimento à Mulher em Situação de Violência na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil. Cad. Saúde Pública 2020; 36(7):e00180019.

DUARTE, Constância Lima. “Feminismo – uma história a ser contada”. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto** (org. ARRUDA, Heloisa Buarque de Hollanda), Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FARAH, M.F.S. **Gênero e políticas públicas**. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1 p.47-71. Jan/Abr 2004.

FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista**. As funções da previdência e assistência social. Cortez: São Paulo, 1987, 5ª edição. Capítulos 3 e 4.

FEIJÓ, Janaína. A mulher negra no mercado de trabalho. Fundação Getúlio Vargas. Blog do IBRE, 2021. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/mulher-negra-no-mercado-de-trabalho> Acessado em: Janeiro de 2023.

FERREIRA, Maria Crismanda et al. **A pobreza e assistência social: reflexões necessárias**. Anais do 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Tema: “80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão” .Olinda, PE, Brasil. Disponível em: [https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos\\_artigos/0418.pdf](https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos_artigos/0418.pdf) Acesso em: Agosto de 2022.

FIORINI, Vanessa Russi. Mulheres em vulnerabilidade socioeconômica: um estudo sobre violência interpessoal, transgeracionalidade e redes sociais pessoais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Programa de PósGraduação em Psicologia e Saúde, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufcspa.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1768/1/%5BDISSERTA%C3%87%C3%83O%5D%20Fiorini%2C%20Vanessa%20Russi%20-%20Vers%C3%A3o%20parcial.pdf> Acessado em: Junho de 2022.

FIOCRUZ, 2020. **Desigualdades sociais provocam aumento do sofrimento mental**. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=desigualdades-sociais-provocam-aumento-do-sofrimento-mental-em-meio-a-pandemia-da-covid-1#:~:text=Covid%2D19-,Desigualdades%20sociais%20provocam%20aumento%20do%20sofrimento%20mental,%C3%A0%20pandemia%20da%20covid%2D>

19&text=Nos%20%C3%BAltimos%20meses%20os%20especialistas,%E2%80%9Ctsun  
ami%20de%20doen%C3%A7a%20mental%E2%80%9C. Acesso em: Fevereiro de 2023.

FLEURY, S. **Políticas Sociais e cidadania**. Working Paper, September 1998.

\_\_\_\_\_. **Estado sem cidadãos. Seguridade Social na América Latina**. Rio de Janeiro:  
Fiocruz, 1994. P. 43 a 57.

GOFFMAN, Erving. Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Quarta  
edição. Tradução: Mathias Lambert, 1991. Disponível em:  
[https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma\\_notassobreamanip  
ulacaodaidentidadedeteriorada.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma_notassobreamanipulacaodaidentidadedeteriorada.pdf) Acessado em: Abril de 2023.

GOMES, Livia Gouvea. BIRON, Lisa. **Mulheres e mercado de trabalho: a crise da covid-  
19 no emprego feminino no Brasil**. IADS, 2021. Disponível em: [blogs.iads.org/brasil/pt-br/](https://blogs.iads.org/brasil/pt-br/)  
GONÇALVES, Rafaela. **Dados sobre aumento da fome no Brasil detonam crise no Ipea**.  
In: Correio Braziliense. Disponível em:  
[https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/08/5031289-dados-sobre-aumento-da-f  
ome-no-brasil-detonam-crise-no-ipea.html#:~:text=O%20levantamento%20mostrou%20que  
%2033.das%20pol%C3%ADticas%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o%20social](https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/08/5031289-dados-sobre-aumento-da-fome-no-brasil-detonam-crise-no-ipea.html#:~:text=O%20levantamento%20mostrou%20que%2033.das%20pol%C3%ADticas%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o%20social). Acessado  
em: Agosto de 2022.

HIRATA, Helena. **Globalização e divisão sexual do trabalho**. Cadernos Pagu. (17/18)  
2001/02: pp.139-156. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/cpa/a/PcsfvS6CPpgORZLRmdTzgxL/?format=pdf&lang=pt> Acessado  
em: Agosto de 2022.

IBASE. **Diagnóstico Social participativo: jardim gramacho/** coordenação Manuela  
Amaral. – 1ed. – Rio de Janeiro: Ibase. Fórum Comunitário de jardim gramacho, 2022.

IAMAMOTO, Marilda V. **A divisão do trabalho em Marx**. In: IAMAMOTO, Marilda V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007. p. 54-75.

\_\_\_\_\_, Marilda V. **O Serviço Social na divisão do trabalho**. In: IAMAMOTO, Marilda V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007. p. 87-112.

\_\_\_\_\_, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. In: IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social, 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007. p. 414-432

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Quatro em cada dez municípios brasileiros não tem serviço de esgoto no país, 2021. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/2832-6-quatro-em-cada-dez-municipios-nao-tem-servico-de-esgoto-no-pais>. Acesso em: Agosto de 2022.

LESSA, Sérgio. Trabalho e reprodução. In: LESSA, Sérgio. Serviço Social e Trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. p. 35-58.

LORDE, Audre. Irmã **Outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019. Introdução e Páginas 49-55 e 137-172.

MEDEIROS, Luciene. **Políticas Públicas de enfrentamento da violência contra a mulher**. In: O social em debate. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital : PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 2018.

MEDEIROS, Juliana. SCFV: **Tudo o que você precisa saber sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Blog do GeSuas, 2021. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/scfv/> Acesso em: Julho de 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 132p. (Coleção Temas em Saúde).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I – o processo de produção do capital. 1889. Tradução: Rubens Enderle.

MPRJ participa da inauguração de Centro para Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Mulher Vítima de Violência em Duque de Caxias. Site do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/web/guest/home/-/detalhe-noticia/visualizar/76313>. Acessado em: Novembro em 2020.

MELO, Hildete Pereira de. BANDEIRA, Lourdes. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Unidad Mujer y Desarrollo. Projecto Governabilidad Democrática e igualdad de gênero, Chile, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Violência: um Velho-Novo Desafio para a Atenção à Saúde. **Rev. bras. educ. med. vol.29. no.1. Brasília, Jan./Apr.2005**

\_\_\_\_\_, Maria Cecília de Sousa. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 132p. (Coleção Temas em Saúde).

\_\_\_\_\_, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOISÉS, Carla Carolinne Alves de Carvalho. **O trabalho profissional nos cras do município de Duque de Caxias: expressões do projeto ético-político**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

MORAIS, Juliana Alves de. **A política pública de assistência social: trajetória histórica e aportes legais**. In: Anais 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Tema: “80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão”, 2016, Pernambuco. Disponível em: [https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos\\_artigos/0550.pdf](https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos_artigos/0550.pdf) Acesso em: Agosto de 2022.

MOTA, Ana Elizabete. **Questão Social e Serviço Social: um debate necessário**. In: O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade/ Ana Elizabete Mota (organizadora). – 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabeth. **Crise sanitária, políticas públicas e sociabilidade: desafios ao Serviço Social brasileiro**. In: CFESS. Diálogos do Cotidiano – Reflexões sobre o trabalho profissional, caderno 1 – Brasília, 2021.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OBSERVATÓRIO GEOGRÁFICO DA AMÉRICA LATINA. Desenvolvimento Local em Duque de Caxias; enclaves e possibilidades à Democracia Participativa, 2003. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiapolitica/25.pdf> Acessado em: Maio de 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Violência - um problema mundial de saúde pública**. Relatório Mundial de Saúde e Violência. Genebra, 2002

OLIVEIRA, Verusca Couto. **Vida de Mulher: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência**. Universidade de Brasília, 2007. Acesso em: Julho de 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2862>

POLITICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

POUGY, Lilia Guimarães. Saúde e violência de gênero. **Violência contra a mulher e políticas públicas no setor saúde**. In: Violência de Gênero e políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista - Brasil 1890-1930**: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 Capítulo II “A colonização da mulher

ROL, Ana Carolina Pontes. Produção e Reprodução social da violência: rebatimentos da naturalização de processos violentos na sociedade capitalista. Anais da Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 2011.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. Serviço Social & Sociedade [online]. 2011, n. 107. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300003>.

RELATÓRIO FINAL DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE. 1986. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8\\_conferencia\\_nacional\\_saude\\_relatorio\\_final.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_saude_relatorio_final.pdf)  
Acessado em: Agosto de 2022.

ROCHA, Daniel Albuquerque; BROTTTO, Marcio Eduardo; **"Reflexões sobre a precarização do trabalho na assistência social do município de duque de caxias/rj."**, p. 1074-1084 . In: Anais do XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas. Blucher Social Science Proceedings, n.4 v.2]. São Paulo: Blucher, 2016. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/reflexes-sobre-a-precarizacao-do-trabalho-na-assistencia-social-do-municipio-de-duque-de-caxiasrj-23651> Acesso em: Junho de 2022.

ROCHA, Daniel Albuquerque; BROTTTO, Marcio Eduardo; TOLEDO, Herculis Pereira. **Rede socio assistencial de Duque de Caxias: Reflexões sobre trabalho e as múltiplas expressões da questão social**. In: Anais do Seminário Nacional de Serviço Social e Política Social, 2015, Santa Catarina.

ROCHA, Daniel Albuquerque; **"Reflexões sobre a precarização do trabalho na assistência social do município de duque de caxias/rj."**, Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2016.

RODRIGUES, Raquel de Mesquita. MESQUITA, Irlanda Brandão. **A condição de vulnerabilidade social da mulher no Brasil frente a pandemia de covid-19**. Anais do IV Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, Bahia, 2021. Disponível em:

<https://www.even3.com.br/anais/enepcp2021/362765-a-condicao-de-vulnerabilidade-social-da-mulher-no-brasil-frente-a-pandemia-do-covid-19/>Acesso em: Julho de 2022.

ROQUE, Silvia. **Violência Estrutural**. Observatório sobre crises alternativas. Disponível em: [https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&pag=7865&id\\_lingua=1](https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&pag=7865&id_lingua=1). Acesso em: Abril de 2023.

SEVERO, Ana Luiza Feliz. MAIA, Fernando Joaquim Ferreira. GUIMARÃES, Patricia Borba Vilar. O estigma da atividade de catador de material reciclável no ambiente urbano: uma análise na ótica de Erving Goffman sobre o Lixo Extraordinário. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/29458>. Acessado em Abril de 2023.

SOARES, Suamy Rafaely. **A feminização da pobreza e as políticas sociais focalizadas nas mulheres: um debate a ser repensado?** In: Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 2011. Acesso em: Julho de 2022. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/QUESTOES\\_D\\_E\\_GENERO\\_ETNIA\\_E\\_GERACAO/A\\_FEMINIZACAO\\_DA\\_POBREZA\\_E\\_AS\\_POLITICAS\\_SOCIAIS.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_D_E_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/A_FEMINIZACAO_DA_POBREZA_E_AS_POLITICAS_SOCIAIS.pdf)

SOUSA, Edinilsa de. **Violência velada e revelada: estudo epidemiológico da mortalidade por causas externas em Duque de Caxias, Rio de Janeiro**. Cad. Saúde Pública vol.9 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 1993  
<https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000100006>

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. São Paulo: Cortez, 2007

XEREZ, Adriana Andrade. **Mãe rampa: os impactos do encerramento do aterro metropolitano de jardim gramacho nos catadores de material recicláveis**. Dissertação de mestrado: 2013, UFF, Niterói, RJ. Disponível em: [http://ppgantropologia.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/16/2016/07/Adriana-Xerez\\_2013.pdf](http://ppgantropologia.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/16/2016/07/Adriana-Xerez_2013.pdf) Acessado em: Maio de 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O Significado sócio-histórico da profissão.** In: Conselho Federal de Serviço Social, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125-142.

\_\_\_\_\_, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** In: Conselho Federal de Serviço Social, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 1-28.



## ANEXOS

### ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

Pesquisa: As implicações da violência estrutural na vida de mulheres acompanhadas pela política de assistência social em Duque de Caxias

Pesquisador: Laís Vargas Fernandes

Profª Orientadora: Dra. Luci Faria Pinheiro

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Usuária dos Serviços do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Venho convidá-lo (a) a participar da minha pesquisa de campo para a elaboração da dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduados em Política Social da UFF- Niterói, sob a orientação da Professora Dra. Luci Faria Pinheiro, com base no projeto de pesquisa **“As implicações da violência estrutural na vida de mulheres acompanhadas pela política de assistência social em Duque de Caxias”**, já qualificado e aprovado na comitê de ética da universidade.

Eu, Laís Vargas Fernandes, estou desenvolvendo uma pesquisa para a minha dissertação de mestrado, sobre as implicações da violência estrutural na vida de mulheres que são acompanhadas pelo grupo desenvolvido nos Cras, da rede municipal de Duque de Caxias. A pesquisa tem como objetivo analisar as características predominantes das mulheres acompanhadas no Cras, identificar as respostas do Estado para as demandas destas mulheres, identificar as principais formas de violações de direitos que estas mulheres estão mais suscetíveis, identificar de que forma a violência estrutural têm repercutido nas questões de saúde das mulheres, em sua visão; verificar qual a percepção destas mulheres no que tange ao papel da Política de Assistência Social na superação de suas vulnerabilidades.

Neste sentido, sua realização é importante porque seus resultados poderão contribuir tanto para a produção de conhecimento na área do Serviço Social quanto para levantar elementos que possam ser úteis para a melhoria das condições e das políticas sociais aplicadas a este

segmento populacional. Para a realização da pesquisa será aplicado, um questionário destinado as mulheres participantes do grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com questões objetivas, e a realização de entrevistas semiestruturadas com as mesmas.

Convido-o (a) a participar, mas você não é obrigado (a) a isso. Você tem o direito de não participar desta pesquisa. A sua recusa não mudará nada na sua vida pessoal e profissional e, caso consinta em participar, a qualquer momento poderá desistir e se retirar sem problemas. Sua participação é totalmente voluntária e envolve tão somente a resposta ao questionário e, se for o caso, a concessão de entrevista semi estruturada, com duração de aproximadamente 01 (uma) hora, para a qual não haverá nenhum tipo de remuneração.

Você também não terá custos de nenhum tipo com a resposta do questionário e/ou com a realização da entrevista, que será marcada em dia e horário que melhor lhe convier. As perguntas da entrevista serão relacionadas a questões gerais sobre a sua percepção no que se refere aos processos de violência vivenciados e sobre o papel da assistência social na superação das vulnerabilidades identificadas por você.

Os dados contidos na entrevista serão utilizados unicamente para estudos na pesquisa acima indicada e apenas poderão ter acesso ao material coletado a pesquisadora responsável e sua orientadora e para fins exclusivos desta pesquisa. Para melhorar a qualidade e a fidelidade dos dados coletados durante a entrevista, nossa conversa poderá ser gravada, se a gravação for previamente autorizada por você. Você pode desistir de participar a qualquer momento e a coleta será interrompida na hora. Se houver gravação, a mesma será transcrita e o acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas por mim e/ou pela minha orientadora. Ao final do estudo, o material gravado e/ou transcrito será descartado (os arquivos contendo as gravações e transcrições serão apagados e os documentos que porventura sejam impressos serão destruídos). O material da pesquisa ficará pelo menos cinco anos arquivado e a pesquisadora Laís Vargas Fernandes será guardiã do material e após esse período será incinerado. Caso aceite participar da pesquisa, a sua identificação será mantida em sigilo e as referências aos participantes serão feitas sem nenhuma indicação de nomes ou outros dados que possam identificá-lo (a). De nenhuma forma o seu nome será usado na análise dos dados para a dissertação e seus dados serão mantidos em sigilo e você pode se retirar a qualquer momento da entrevista sem que isso cause prejuízos de qualquer natureza para você. Esta pesquisa não pretende oferecer riscos de qualquer natureza para você. Todos os cuidados éticos foram tomados para isso. Mas como benefício, poderá contribuir para a ampliação do conhecimento

sobre as implicações da violência estrutural no cotidiano das mulheres acompanhadas pela Política de Assistência Social, o que pode permitir melhorias na execução dos serviços ofertados no equipamento frequentado por você, além de possibilitar um espaço de reflexão.

Os riscos potenciais desta pesquisa estão atrelados ao "mal estar" que a reflexão crítica da vivência de violência pode ocasionar nas entrevistadas. Sabe-se que qualquer processo de reflexão da realidade gera conflitos internos nas pessoas envolvidas, ainda mais se tratando de usuárias que convivem com estas realidades e a reflexão pode mobilizar interna e externamente os sujeitos envolvidos. O(A) responsável pela realização do estudo se compromete a zelar pela integridade e o bem-estar dos participantes da pesquisa.

A pesquisa classifica-se como de risco mínimo. Para assegurar a segurança dos sujeitos, a pesquisadora irá interromper a coleta de dados em caso de ocorrências de riscos emocionais e poderemos indicar apoio psicológico caso seja o desejo do entrevistado (a).

Ao término do estudo comprometo-me a retornar os resultados da pesquisa para fazer a sua divulgação, através da entrega de uma cópia digital da dissertação. Comprometo-me, ainda, a apresentar oralmente os resultados a todos os participantes, se for do interesse e vontade do grupo. Em qualquer etapa do estudo você poderá ter acesso ao pesquisador para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Como responsável pela coleta de dados, estarei disponível para esclarecer suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, no telefone (21) 97577-2568 e através do e-mail: [vargaslais@yahoo.com.br](mailto:vargaslais@yahoo.com.br) e também a orientadora Luci Faria Pinheiro estará disponível para esclarecimentos no e-mail: [lucifariapinheiro@gmail.com](mailto:lucifariapinheiro@gmail.com) Você receberá uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) – Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

Caso persistirem dúvidas estas também poderão ser dirigidas ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística (CEP – Humanas) – *Campus da UFF da Praia Vermelha – Instituto de Física – 3º andar (Torre nova)* Telefone: (21) 2629-5119 – Email: [cephumanasuff@gmail.com](mailto:cephumanasuff@gmail.com)

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

Após a leitura e explicação recebida, acredito ter sido suficientemente esclarecido (a) sobre as informações que li ou que foram lidas para mim, a respeito do estudo: **“As implicações da**

**violência estrutural na vida de mulheres acompanhadas pela política de assistência social em Duque de Caxias**". Obrigado por ler estas informações. Se deseja participar deste estudo, assine este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o ao(à) pesquisador(a).

Você deve guardar uma via deste documento para sua própria garantia.

1 – Confirmo que li e entendi as informações sobre o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

Autorizo a gravação da entrevista realizada através de gravador:

( ) autorizo ( ) não autorizo

Nome do participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

## **ANEXO B - Carta de Anuência**

Declaramos que esta Instituição tem interesse em participar do projeto: AS IMPLICAÇÕES DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NA VIDA DE MULHERES ACOMPANHADAS PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DUQUE DE CAXIAS, proposto pelo pesquisador: LAÍS VARGAS FERNANDES, autorizando a sua execução.

Declaramos ainda, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/2012 e a Resolução CNS 510/2016. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes do projeto de pesquisa nela recrutados, dispondo da infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Esta autorização está condicionada à aprovação final da proposta pelo (s) Comitê (s) de Ética em Pesquisa responsável (is) por sua avaliação.

Duque de Caxias, Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

---

Assinatura e carimbo do responsável institucional

## ANEXO C – CARTA CONVITE AOS TÉCNICOS EM GESTÃO DO SUAS

Caro (a) Técnico em Gestão do Suas, temos a honra de convidá-lo (a) a participar da pesquisa **“AS IMPLICAÇÕES DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NA VIDA DE MULHERES ACOMPANHADAS PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DUQUE DE CAXIAS”** que analisa os impactos da violência estrutural na vida das mulheres que sofrem vulnerabilidades e riscos sociais, acompanhadas pela política de assistência social de Duque de Caxias. Sua participação é muito importante e os resultados desta pesquisa permitirão uma melhor compreensão sobre os desafios postos no cotidiano do trabalho do (a) técnico em gestão do Suas nesta unidade considerada a principal “porta de entrada” dos usuários ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tal pesquisa encontra-se aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Humanas da Universidade Federal Fluminense (CEP /UFF). A avaliação dos CEPs leva em consideração os benefícios e riscos, procurando minimizá-los e busca garantir que os participantes tenham acesso a todos os direitos assegurados pelas agências regulatórias. Neste sentido, suas respostas receberão tratamento científico e estarão sob completo sigilo. A coleta dos dados estará sendo realizada no CRAS, no período a combinar. Uma vez que concordem em participar da pesquisa, responderão a um questionário e uma entrevista com duração máxima de 1 hora e meia. Se houver dúvidas antes ou depois de sua participação, envie um e-mail para [vargaslais@yahoo.com.br](mailto:vargaslais@yahoo.com.br) Pedimos a gentileza de que confirmem previamente sua participação no e-mail acima para que visando seu conforto sejam operacionalizadas as devidas providências. Agradecemos sua colaboração.

Atenciosamente,

Laís Vargas Fernandes,

Bacharel em Serviço Social pela UFRJ, Especialista em Saúde e em Saúde da Mulher pela UFRJ, Mestranda no Programa de Pós-Graduados em Política Social da UFF, Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Duque de Caxias e da Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias.

## **ANEXO D – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS TÉCNICOS EM GESTÃO DO SUAS**

### **IDENTIFICAÇÃO**

Idade:

Escolaridade:

Bairro:

Cor:  Branca  Negra  Parda  Asiática  Indígena

Estado Civil:

Profissão:

Cargo:

Quanto tempo trabalha na Secretaria de Assistência?

Qual seu regime de contrato?

Contrato  Estatutário  RPA  PJ  Cooperativa  CLT  Temporário

Trabalhou durante a pandemia de Covid-19? De que forma? (online ou presencial)

De que forma você considera que as situações de vulnerabilidade social impactam na vida ou saúde das pessoas acompanhadas por você?

E na sua saúde?

Como você identifica a violência estrutural nos atendimentos que você faz?

Quais as maiores formas de violações de direito que você identifica nas mulheres acompanhadas pelo seu equipamento?

Como você identifica o papel da política de assistência social no contexto de agravamento das expressões da questão social, advindos com a Pandemia?

Como você identifica as fragilidades do equipamento em que você atua? E as potencialidades?

Para você quais são os limites e desafios de atuar nesta política?

## ANEXO E – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA USUÁRIAS

### IDENTIFICAÇÃO

Idade:

Escolaridade: ( ) Fundamental ( ) Médio ( ) Superior ( ) Não Alfabetizado

Bairro:

Renda:

Cor: ( ) Branca ( ) Negra ( ) Parda ( ) Asiática ( ) Indígena

Estado Civil:

Profissão:

### COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Possui filhos (ou netos)? ( ) Não ( ) Sim, quantos: \_\_\_\_\_

Tem rede de apoio com os filhos, quem? \_\_\_\_\_

Filhos (ou netos) estudam? ( ) Sim ( ) Não, Porque? \_\_\_\_\_

Qual a idade dos filhos (ou netos)? \_\_\_\_\_

Os filhos (ou netos) participam do SCFV? ( ) Sim ( ) Não, porque? \_\_\_\_\_

### DADOS SOCIOECONÔMICOS

Benefícios:

( ) BPC Idoso ( ) BPC Deficiência ( ) Auxílio Brasil ( ) Aposentadoria ( ) Pensão ( ) Pensão Alimentícia ( ) Renda proveniente de trabalho FORMAL ( ) Renda de Trabalho INFORMAL

Recebe Benefício Eventual (C.básica):

( ) Não ( ) Sim, qual período de recebimento: \_\_\_\_\_

### CONDIÇÕES DE MORADIA

Saneamento Básico (esgoto): ( ) Sim ( ) Fossa Rudimentar

( ) Vala Aberta

Água: ( ) Encanada ( ) Rede Pública ( ) Poço ( ) Compra água ( ) Doação

Condições de Moradia: ( ) Alugada ( ) Cedida ( ) Programa Habitacional

( ) Própria ( ) Financiamento ( ) Reside de Favor

Tipo de Moradia: ( ) Alvenaria ( ) Kitnet ( ) Cômodo com banheiro ( ) Madeira ( ) Situação de Rua

### DADOS SOBRE SAÚDE

Possui algum problema de saúde? ( ) Sim, qual \_\_\_\_\_ ( ) Não

Algum familiar possui problema de saúde? ( ) Sim, qual? \_\_\_\_\_ ( ) Não  
Toma medicamentos? ( ) Sim ( ) Não  
Como acessa? ( ) Compra ( ) Doação ( ) Farmácia Popular ( ) SUS

Possui acesso a saúde?

- ( ) Sus
- ( ) Plano de Saúde
- ( ) Centro Social
- ( ) Somente Emergência – UPA, UPH, Hospitais de Médio e Grande Porte
- ( ) Cadastrado no ESF

Faz algum acompanhamento de saúde?

Qual?

Porque?

Problemas Relacionados ao Álcool e outras drogas?

- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) Alguém da família Quem? \_\_\_\_\_

Já sofreu algum tipo de violência? ( ) Sim ( ) Não

Qual: \_\_\_\_\_

Faz acompanhamento com outro órgão?

- ( ) Sim, qual: ( ) Conselho Tutelar ( ) Creas
- ( ) Não

Quais são suas atividades de lazer?

#### BLOCO DE PERGUNTAS ABERTAS

1. O que você considera como pobreza?
2. Quais são as suas maiores necessidades básicas? Falta alguma?
3. Você identifica que as questões de vulnerabilidade social são formas de violência? Como?
4. Você considera que a pobreza ou situação de vulnerabilidade social afeta sua condição de saúde? De que forma?
5. Você identifica que a violência está presente ou impacta a sua vida ou saúde? De que forma?
6. De que modo você percebe que a Política de Assistência Social contribui ou não para a superação da sua condição de vulnerabilidade social?

7. O que você considera que está sendo feito para melhorar a sua condição através das políticas sociais (Estado)?

8. Se você fosse uma política, tivesse um cargo importante e pudesse fazer as leis, que tipo de leis você faria para as mulheres que são pobres ou sozinhas, chefes de família?”

9. No espaço do Cras, o que você considera que poderia melhorar ou ter para suprir suas necessidades e de sua família?

